

UNIVERSIDADE DE UBERABA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E EXTENSÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CURSO DE MESTRADO

MARIA VITÓRIA ALVES RODRIGUES

A BIBLIOTECA ESCOLAR E A FORMAÇÃO DE LEITORES NA EDUCAÇÃO
BÁSICA

UBERABA, MG

2019

MARIA VITÓRIA ALVES RODRIGUES

A BIBLIOTECA ESCOLAR E A FORMAÇÃO DE LEITORES NA EDUCAÇÃO
BÁSICA

Trabalho apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Uberaba, curso de Mestrado, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Sueli Teresinha de Abreu Bernardes

Linha de pesquisa: Processos educacionais e seus fundamentos

Área de Concentração: Educação

Uberaba, MG

2019

Catálogo elaborado pelo setor de Referência da Biblioteca Central UNIUBE

Rodrigues, Maria Vitória Alves.

R618b A biblioteca escolar e a formação de leitores na Educação Básica /
Maria Vitória Alves Rodrigues. – Uberaba, 2019.
118 f. : il. color.

Dissertação (mestrado) – Universidade de Uberaba. Programa de
Pós-graduação em Educação. Linha de pesquisa: Processos Educacionais
e seus Fundamentos.

Orientadora: Profa. Dra. Sueli Teresinha de Abreu Bernardes.

1. Bibliotecas escolares. 2. Leitura. 3. Tecnologia. 4. Educação. I.
Bernardes, Sueli Teresinha de Abreu. II. Universidade de Uberaba.
Programa de Pós-graduação em Educação. III. Título.

CDD 027.8

MARIA VITÓRIA ALVES RODRIGUES

A BIBLIOTECA ESCOLAR E A FORMAÇÃO DE LEITORES NA EDUCAÇÃO
BÁSICA

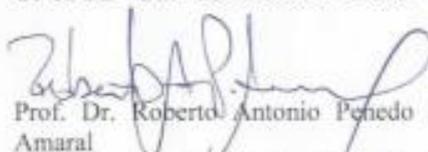
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Uberaba, curso de Mestrado, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação

Aprovada em: 24/09/2019

BANCA EXAMINADORA



Prof.^a Dr.^a Sueli Teresinha de Abreu
Bernardes (Orientadora)
UNIUBE - Universidade de Uberaba.



Prof. Dr. Roberto Antonio Penedo do
Amaral
UFT - Universidade Federal do
Tocantins.



Prof. Dr. Gustavo Araújo Batista
UNIUBE - Universidade de Uberaba

À minha mãe Maria Lindalva Alves.

AGRADECIMENTOS

À Deus pela bênção e proteção iluminando minha jornada e minha vida.

À Professora Dr.^a Sueli Teresinha de Abreu Bernardes pelo carinho, atenção, dedicação, paciência e orientação perfeita. Uma pessoa incrível.

Aos professores, Dr. Gustavo Araújo Batista, Dr. Osvaldo Freitas de Jesus, Dra. Renata Teixeira Junqueira Freire, pela disponibilidade na leitura do texto e ricas contribuições no exame de qualificação.

Aos queridos professores, funcionários e colegas do Programa de Mestrado em Educação da Universidade de Uberaba, pelos momentos de aprendizagens ímpares que jamais serão esquecidos.



Figura 1 - André Kertész, *Esztergom, Hungary (three boys reading)*, 1915.

RESUMO

Este estudo sobre a formação do leitor pela biblioteca escolar integra-se à Rede de Pesquisadores sobre Professores no Centro-Oeste e ao Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre o Professor, a Arte e a Filosofia, desenvolvidos na linha de pesquisa Processos Educacionais e seus Fundamentos do Programa de Pós-Graduação em Educação da UNIUBE. Parte-se da questão: como formar o aluno leitor por meio das ações da biblioteca escolar na educação básica? A partir dela, define-se como objetivo geral compreender a função educativa da biblioteca escolar para a formação do leitor na educação básica. O referencial teórico abrange Proust, (2003) Freire (2005); Moraes (1979); Carvalho Silva (2011), Assis (2010); Campello (2005); Ramos (2015) e Valadas (2015), entre outros. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, na perspectiva fenomenológica, particularmente na proposta de Viggiani Bicudo. A metodologia abrange estudos bibliográficos, direcionando a atenção para o discurso do texto, lido e interpretado à luz de interrogações postas. O processo investigativo inclui estudos teóricos de obras que discutem a formação do leitor; o papel da biblioteca escolar nesse aspecto; as inovações existentes relacionadas ao uso das tecnologias digitais; a análise da legislação vigente que aborda a biblioteca escolar no Brasil, a partir de 1996 até os dias atuais. O trabalho apresenta imagens fotográficas de André Kertész, como epígrafes visuais. Os resultados revelam que, em Proust, a leitura pode ser chamada de conclusão para o autor, e de estímulo para o leitor. Depreende-se que a sabedoria do leitor principia onde a do autor se encerra. Para Paulo Freire, ler, é interpretar o mundo e poder lançar sua palavra sobre ele. Em relação ao histórico, os estudos mostram que a biblioteca escolar tem sua origem em instituições confessionais jesuítas e expande-se para as instituições privadas. Com políticas educacionais tímidas, desde a promulgação da LDB em 1996, apresenta um sentido mais voltado para o acervo do que para a formação do leitor. Quanto à informatização, as bibliotecas estão gradualmente aderindo, mas faltam recursos e formação pertinente de bibliotecários e professores. Considera-se que, para mudar as ações relacionadas à biblioteca escolar adequando-as para a formação do leitor, é necessário refletir sobre a concepção que se tem dela, a qual deve contemplar e explicitar uma natureza política e social de transformação do indivíduo e da sociedade.

Palavras-chave - Biblioteca Escolar. Leitura. Tecnologias digitais. Formação do leitor.

ABSTRACT

This study on reader education by the school library is part of the Midwestern Teacher Researchers Network and the Center for Studies and Research on Teacher, Art and Philosophy, developed in the research line Educational Processes and their Fundamentals. UNIUBE Graduate Program in Education. It starts with the question: how to form the student reader through the actions of the school library in basic education? From this, it is defined as a general objective to understand the educational function of the school library for the formation of the reader in basic education. The theoretical framework covers Proust, (2003) Freire (2005); Moraes (1979); Carvalho Silva (2011), Assis (2010); Campello (2005); Ramos (2015) and Valadas (2015), among others. This is a qualitative research, in the phenomenological perspective, particularly in the proposal of Viggiani Bicudo. The methodology covers bibliographical studies, directing attention to the discourse of the text, read and interpreted in the light of questions posed. The investigative process includes theoretical studies of works that discuss the reader's formation; the role of the school library in this regard; existing innovations related to the use of the digital technologies; the analysis of the current legislation that addresses the school library in Brazil, from 1996 to the present day. The work presents photographic images of André Kertész as visual epigraphs. The results reveal that, in Proust, reading can be called conclusion to the author, and stimulus to the reader. It follows that the wisdom of the reader begins where that of the author ends. For Paulo Freire, to read, is to interpret the world and to be able to cast his word on it. Regarding history, studies show that the school library has its origin in Jesuit confessional institutions and expands to private institutions. With shy educational policies, since the promulgation of the LDB in 1996, it has a sense more focused on the collection than on the formation of the reader. As for computerization, libraries are gradually joining, but there is a lack of resources and relevant training for librarians and teachers. It is considered that, in order to change the actions related to the school library, adapting them to the reader's formation, it is necessary to reflect on the conception of the library, which must contemplate and explain a political and social nature of transformation of the individual and society.

Keywords - School Library. Reading. Digital Technologies Reader Formation.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - André Kertész, <i>Esztergom, Hungary (three boys reading), 1915</i>	vi
Figura 2 - André Kertész, <i>New York, 23 septembre 1962</i>	13
Figura 3 - André Kertész, <i>Boy eating icecream on pile of newspapers, New York, 1944</i>	28
Figura 4 - André Kertész, <i>Venice Young man reading on canal side, Venice, 1963</i>	46
Figura 5 - <i>Pátio do Colégio</i> criado por José de Anchieta em São Vicente, SP (1554).	50
Figura 6 – Colégio dos Meninos, Salvador, BA.....	51
Figura 7 – Mosteiro de São Bento, São Paulo (1920).....	53
Figura 8 – Academia de Direito e Convento de São Francisco, SP, 1862.	54
Figura 9 – Hora da leitura na Biblioteca Infantil da Escola Caetano de Campos (1940).....	60
Figura 10 - André Kertész, <i>Girls in fairy costumes, New York, 1938</i>	65
Figura 11 - André Kertész, <i>Artista de circo no camarim, 1969</i>	83
Figura 12 - André Kertész, <i>En el balcón. La Boca, Buenos Aires, Argentina, 1962</i> ...	87
Figura 13 - André Kertész, <i>Le kiosque à journaux, New York, novembre 1950</i>	97

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Quantidade de estudantes previstos/presentes e distribuição dos resultados de leitura nos quatro níveis da escala, 2016.	19
Quadro 2 – Produções acadêmicas identificadas a partir dos descritores biblioteca escolar e formação do leitor, e biblioteca escolar e legislação (2010 a 2017)	22

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BE - Biblioteca Escolar

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania

CFB – Conselho Federal de Biblioteconomia

IFLA – Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias

INAF - Indicador de Alfabetismo Funcional

IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação

MEC – Ministério da Educação

NBR - Norma Técnica

NEPAFi - Núcleo de Estudos sobre o Professor, a Arte e a Filosofia

ONG – Organização não Governamental

PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais

PLC - Projeto Lei da Câmara

PNE - Plano Nacional de Educação

PNBE - Programa Nacional Biblioteca da Escola

PROINFO - Programa Nacional de Tecnologia Educacional

PROUCA - Programa Um Computador por Aluno

REDECENTRO – Rede de Pesquisadores sobre Professores(as) do Centro-Oeste

SAEB – Sistema Nacional de Educação Básica

SESI - Serviço Social da Indústria

SNBE - Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares

TIC - Tecnologia de Informação e Comunicação

UNESCO – Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

UNIUBE – Universidade de Uberaba

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	14
2. O SENTIDO DO ATO DE LER.....	29
2.1 O sentido da leitura segundo Marcel Proust.....	29
2.2 O sentido de leitura na perspectiva de Paulo Freire.....	36
3. UM RECORTE HISTÓRICO DAS BIBLIOTECAS NO BRASIL: DOS JESUÍTAS À REPÚBLICA	47
3.1 As origens mais remotas.....	47
3.2 A biblioteca no Brasil colonial.....	49
3.3 As bibliotecas escolares no período republicano: alguns recortes	59
4. A BIBLIOTECA ESCOLAR NO DISCURSO DA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA, OS CENÁRIOS ATUAIS E A FORMAÇÃO DO LEITOR	66
4.1 A legislação do período 1996 a 2017 sobre a biblioteca escolar.....	66
4.2 Cenários contemporâneos: novos espaços e recursos de leitura da biblioteca escolar.....	74
4.3 O papel da biblioteca escolar e do professor para a formação do leitor.....	77
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	84
REFERÊNCIAS.....	88
APÊNDICE A: DISSERTAÇÕES LEVANTADAS PARA O ESTUDO DO ESTADO DO CONHECIMENTO (2010-2017)	98
APÊNDICE B: POLÍTICAS EDUCACIONAIS E LEGISLAÇÃO VIGENTE SOBRE BIBLIOTECAS ESCOLARES E QUESTÕES SOBRE A FORMAÇÃO DO LEITOR, A PARTIR DO ANO DE 1996 ATÉ 2017.....	107



Figura 2 - André Kertész, *New York*, 23 septembre 1962.

INTRODUÇÃO

Quando se fala sobre o processo de estimular a aprendizagem da leitura, depara-se com um fato comum que acontece nos dias atuais: a falta do hábito de ler. Evidente que várias tentativas como conquista desse leitor têm sido feitas, como projetos de incentivo à leitura, divulgações de obras literárias nas escolas, e nas bibliotecas, sejam estas públicas, escolares ou particulares.

O processo de formação do leitor inicia-se, normalmente, antes mesmo de seu ingresso no âmbito escolar, uma vez que o aluno se encontra inserido em um ambiente que estimula a leitura, sobretudo a de mundo, com informações existentes em vários aspectos e suportes como jornais, revistas, televisão, internet, notícias, diversos gêneros textuais, contos, fábulas, placas, dentre outras.

Na escola, alguns aspectos dificultam as ações desse processo formativo nas bibliotecas, como o espaço físico; o horário- de funcionamento, a disponibilidade, a quantidade e a qualidade do acervo; a figura de um profissional capacitado, no caso o bibliotecário, pois, na ausência deste, o substituto nem sempre tem a formação adequada e, portanto, conhecimento necessário para exercer tal função.

O prazer e o gosto pela leitura devem ser despertados nas crianças desde cedo, levando-as a sentirem emoções que poderão ser reveladas através das páginas de um bom livro, abarcadas e exploradas no seio da imaginação.

É importante que o professor mediador, ou bibliotecário ou contador de histórias, não deixem o entusiasmo e o encanto pelo ato de ler, se perderem ao longo do caminho à medida que vão crescendo e entrando na pré-adolescência, com sugestões e ações propícias a diversidade de interesses literários.

Partindo do pressuposto das sugestões propícias nos remete à memória o âmbito da biblioteca, que é um local favorável para a prática da leitura. E por que não um olhar para as bibliotecas escolares? Onde a maior parte das crianças tem o seu primeiro contato com um livro.

Por que me interessei em realizar essa pesquisa?¹

Minha primeira formação foi em Pedagogia finalizada em 2010, pelo CESG – Centro de Ensino Superior de São Gotardo, localizado em Minas Gerais. Mesmo que

¹ Ao responder esta questão, escrevo na primeira pessoa, trazendo minha experiência vivida.

a temática da monografia apresentada não tivesse como foco principal as bibliotecas escolares, escrevi sobre a importância do ato de ler e a leitura na educação infantil. Em seguida, para aprimorar meus conhecimentos especializei-me em Educação Inclusiva, Gestão Escolar e Psicopedagogia Aplicada, pela mesma faculdade.

No ano de 2018 concluí minha segunda graduação, formando-me em Biblioteconomia pela UCS – Universidade de Caxias do Sul, no Rio Grande do Sul. O trabalho de conclusão de curso foi um relatório de estágio. O objetivo principal desse Estágio foi a formação do graduando de biblioteconomia para os trabalhos desenvolvidos na realidade de uma biblioteca, estimulando e apoiando a leitura, ou seja, aliando a teoria do que se aprendeu durante o curso, à prática que acontece no dia a dia, além de fixar e revisar o que foi ensinado.

Pensando nessa perspectiva, por ser pedagoga e bibliotecária senti o desejo de trazer algumas contribuições sobre a biblioteca escolar e a formação do leitor para uma área que considero de suma importância, que é o alicerce de toda formação escolar, por isso se chama educação básica. Em meio a tantos caminhos, artifícios e distrações que o mundo oferece para tirar a atenção do leitor, ainda considero a importância do livro, da leitura, da biblioteca como espaço que pode contribuir para as mudanças sociais necessárias.

Trabalhei como bibliotecária em uma escola de educação básica, e a experiência vivida e a formação recebida motivaram-me a buscar no Mestrado em Educação o aprofundamento das questões sobre a formação do leitor. Já observava que este é um trabalho para o qual convergem vários olhares, sendo assim, uma atitude interdisciplinar.

Sabemos que a leitura é um ato que permeia todas as instâncias do trabalho da biblioteca escolar. Em razão disso, o gosto por ler talvez seja a maior lição que a escola tem para estimular a aprendizagem da leitura. Assim quanto mais cedo histórias orais e escritas entrarem na vida da criança, maiores serão as chances de ela gostar de ler.

Nesse sentido, o escritor João Ubaldo Ribeiro (1998, p. 22), fala sobre seu início como leitor na infância, em sua casa:

A circulação entre os livros era livre [tinha que ser, pensando bem, porque eles estavam pela casa toda,], de maneira que eu convivia com eles todas as horas do dia, a ponto de passar tempos enormes com um deles aberto no colo, fingindo que estava lendo e, na verdade, se

não me trai a vã memória, de certa forma lendo, porque quando havia figuras, eu inventava as histórias que elas ilustravam e, ao olhar para as letras, tinha a sensação de que entendia nelas o que inventara.

Notamos que a leitura é capaz de propiciar ao leitor uma infinidade de experiências e sensações e emoções que o leva a viajar com sua imaginação, envolvendo o tempo passado ou mesmo o presente com lembranças gostosas e doces, com descobertas nas páginas de um livro.

Um dos principais problemas que hoje afeta a sociedade e a educação brasileira, está relacionado ao baixo desempenho escolar dos alunos, o qual se encontra diretamente ligado às dificuldades enfrentadas por eles próprios ao produzirem textos, e/ou interpretá-los, assim como as suas condições culturais, sociais e econômicas.

Sobre as implicações da deficiência de leitura no processo escolar, Mügge (2011, p. 9), em sua tese de doutorado, reflete que:

a leitura de bons textos [...] e a sua conseqüente interpretação são elementos indispensáveis para a formação integral de alunos, que saibam, [...] ascender a uma categoria de discentes mais preparada para [viver na] sociedade atual, em que um dos principais requisitos para a inserção é o domínio da língua e o posicionamento crítico diante das questões do mundo contemporâneo.

O autor ressalta ainda que a leitura contribui para a potencialização dos requisitos necessários para o exercício da cidadania. Além disso, na maioria das vezes a dificuldade de leitura e interpretação causa certo desconforto, podendo afetar a autoestima, e conseqüentemente se refletirá nas outras disciplinas, levando alguns ao abandono da vida estudantil.

Um estudo como este, que se propõe investigar como formar leitores com a proficiência necessária para o seu desenvolvimento escolar e inserção social desejada, expressa uma relevância científica e um valor social para os possíveis resultados. A significância pode alcançar não apenas o desenvolvimento do aluno, mas repercutirá na instituição de ensino como um todo, e na biblioteca escolar em especial, a qual poderá consolidar e/ou rever práticas, além de propor novas formas de atuação. O valor social decorrente, como dito por Mügge (2011, p. 9), é a apresentação de resultados que explicitem formas de maior inserção social e de capacidade de interpretação e de crítica das leituras disponíveis.

A biblioteca, como espaço das pesquisas em âmbito interdisciplinar, junto à escola, possui um papel importante no incentivo e realização da prática do ato de ler, não se detendo em apenas uma transmissão de conhecimentos. Fazem-se necessárias estratégias criativas que estimulem os alunos na busca pela leitura, que é a base consistente e primordial do saber, pois, as informações são disseminadas pelo mundo de várias formas, embasadas em teorias e práticas que contribuem para o sucesso e crescimento intelectual de todos.

Pensamos igualmente importante analisar as políticas públicas educacionais brasileiras que se referem à biblioteca escolar e à formação do leitor, ainda vigentes. Para isso, demarcamos o período da década de 1990 até o ano de 2018.

Essa demarcação considera que, apesar de na esfera nacional as reformas do ensino norteadas na Escola Nova realizadas pelos educadores Fernando de Azevedo (1927-1930) e Anísio Teixeira (1931-1935) validarem a biblioteca escolar no sistema de ensino, é só a partir da década de 1990 que são criadas

[...] algumas políticas em nível nacional que começam a apresentar, mesmo que de forma ainda tímida, alguns parâmetros para o desenvolvimento da biblioteca escolar do país. Destaca-se a criação da Lei n. 9.394/1996 que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional - 2ª LDB (BRASIL, 1996), e dos Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997), pois, ambos contemplam a biblioteca escolar como um ambiente de aprendizado e incentivo à leitura, levantando a relevância da valorização e da preservação da cultura [...] (SALA; MILITÃO, 2017, p. 4671).

Nos dez volumes dos *Parâmetros Curriculares Nacionais-PCN* (BRASIL, 1997) a biblioteca escolar é destacada, de modo implícito ou explícito, reiterando sua função no processo escolar e colaborando de modo basilar para a formação de leitores. Ao comentar esses PCN, Sala e Militão (2017, p. 4672) dizem que: “o compromisso com o exercício da cidadania exige que a escola forneça as condições necessárias para o uso da linguagem. Assim, a proposta de aprendizagem estabelecida pelos PCN está fundamentada na diversidade textual”. Essa afirmação parte do princípio de que “um leitor competente só pode constituir-se mediante uma prática constante de leitura de textos de fato, a partir de um trabalho que deve organiza-se em torno da diversidade de textos” (BRASIL, 1997, v. 2, p. 54).

Em 20 de março de 2009, o Ministério da Educação aprova a Resolução n. 7, que “dispõe sobre o Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE)”. Destacamos,

aqui, um de seus artigos que expressa o que esse Programa propõe, dirigido a discentes e docentes, e com a preocupação de formar o leitor.

Art. 2º Serão distribuídos às escolas acervos compostos por obras de literatura, de referência, de pesquisa e de outros materiais relativos ao currículo nas áreas de conhecimento da educação básica, com vista: I - à democratização do acesso às fontes de informação; II - ao fomento à leitura e à formação de alunos e professores leitores; III - ao apoio à atualização e ao desenvolvimento profissional do professor (BRASIL, 1997, p. 1-2).

Uma importante política de incentivo e criação de biblioteca escolar foi instituída com a promulgação da Lei n. 12.244 (BRASIL, 2010), que dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do país, e constitui um marco emblemático nos documentos legais que expressam políticas de leitura na educação básica. Essa lei foi resultado de um esforço da classe bibliotecária que vinha denunciando a inexistência de bibliotecas nas escolas e/ou a insuficiência das poucas existentes, situação corroborada por diversas pesquisas.

A Lei n.13.005 (BRASIL, 2014), a qual aprovou o II Plano Nacional de Educação, norteia, também, os planos estaduais e municipais de todo o país. Esse Plano é composto de vinte metas. Cada meta apresenta estratégias que possibilitam o seu alcance. Contudo, no que se refere às metas e estratégias que abordam, explícita ou implicitamente, a biblioteca escolar e sua contribuição na formação de leitores, identificamos as metas 6 e 7. Apontamos, por exemplo, a estratégia definida para a Meta 7 do PNE/2014.

Promover, com especial ênfase, em consonância com as diretrizes do Plano Nacional do Livro e da Leitura, a formação de leitores e leitoras e a capacitação de professores e professoras, bibliotecários e bibliotecárias e agentes da comunidade para atuar como mediadores e mediadoras da leitura, de acordo com a especificidade das diferentes etapas do desenvolvimento e da aprendizagem (BRASIL, 2014 *apud* SILVA; CUNHA, 2016, p. 53).

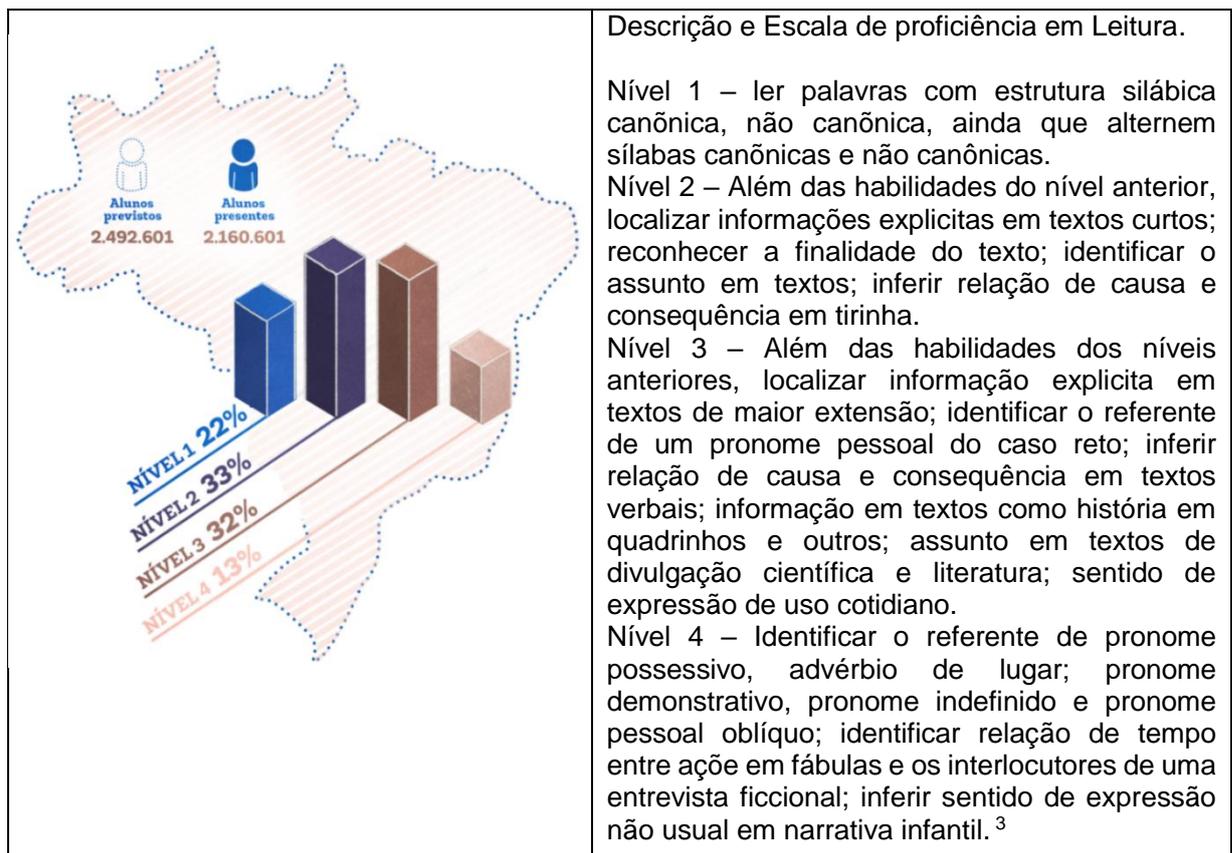
Apesar das várias políticas implantadas, ainda perguntamos se, além dos livros distribuídos e das bibliotecas criadas, até que ponto estamos formando leitores. Outra questão que não pode ser esquecida é o envolvimento dos professores e bibliotecários, como destaca o manifesto da IFLA/UNESCO (2000, sem paginação) sobre a biblioteca escolar, ao afirmar que, “está comprovado que bibliotecários e

professores, ao trabalharem em conjunto, influenciam o desempenho dos estudantes para o alcance de maior nível de literacia na leitura e escrita, aprendizagem, resolução de problemas, uso da informação e das tecnologias de comunicação e informação”.

Segundo o IDEB² (2017), o Brasil vem melhorando na questão do desempenho da leitura nos anos iniciais do ensino fundamental, mas os altos índices da insuficiência ainda são alarmantes, o que não deixa de ser um grande desafio enfrentado pelo cenário educacional do país.

No Panorama Brasil, o INEP informa que, ao avaliar 2.492.601 alunos do 3º ano do ensino fundamental, no Censo Escolar 2016, os seguintes dados foram obtidos (Quadro 1).

Quadro 1 – Quantidade de estudantes previstos/presentes e distribuição dos resultados de leitura nos quatro níveis da escala, 2016.



Fonte: INEP. Panorama Brasil. Leitura. 20--.

² “Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, criado em 2007, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), formulado para medir a qualidade do aprendizado nacional e estabelecer metas para a melhoria do ensino” (MEC, 20--, sem paginação).

³ Outras informações complementares podem ser consultadas nas Sinopses Estatísticas do Censo Escolar 2016.

Observamos que a proficiência demonstrada está aquém do maior nível desejável.

O Instituto Paulo Montenegro e a ONG Ação educativa realizaram uma pesquisa — o Indicador de Alfabetismo Funcional-Inaf⁴, que também apresenta dados em relação às práticas de leitura dos brasileiros.

O Inaf 2018 mostra que a escolaridade do brasileiro cresceu, no entanto, os índices de alfabetismo não cresceram proporcionalmente. Segundo o estudo, 32% da população que está no ensino médio possui um nível de alfabetismo rudimentar. Esse número sobe para 42% se forem considerados os que estão no Ensino e cai para alarmantes 25% de alfabetismo elementar no ensino superior. O Inaf 2018 mostra também que escolaridade e hábitos de leitura estão diretamente relacionados. E que a principal diferença entre os níveis de alfabetismo está na variedade de gêneros e suportes com os quais esses leitores entram em contato ou estão expostos. Enquanto os alfabetizados elementares e os consolidados leem em proporções similares livros de literatura por vontade própria (30% e 37%, respectivamente), quando o foco é a leitura de livros técnicos e formação profissional, a diferença fica em 16% (25% e 41%, respectivamente) (PLATAFORMA PRÓ-LIVRO, 2018).

O Sistema Nacional de Educação Básica (SAEB), a Prova Brasil e o IDEB são exemplos de avaliações sistêmicas para saber como anda o aprendizado no país. As avaliações da aprendizagem são coordenadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação MEC.

De acordo com MEC,

A Prova Brasil é aplicada censitariamente aos alunos de 5º e 9º anos do ensino fundamental público, nas redes estaduais, municipais e federais, de área rural e urbana, em escolas que tenham no mínimo 20 alunos matriculados na série avaliada. A Prova Brasil oferece resultados por escola, município, Unidade da Federação e país que são utilizados no cálculo do IDEB (BRASIL, s.d., sem paginação).

Para a avaliação das crianças menores, que se encontram nas séries iniciais da educação básica, é utilizada a *Provinha Brasil*. Segundo o portal do Ministério da Educação “A *Provinha Brasil* é uma avaliação diagnóstica do nível de alfabetização

⁴ O Indicador de Alfabetismo Funcional (Inaf) é uma pesquisa idealizada em parceria entre o Instituto Paulo Montenegro e a ONG Ação Educativa, e realizado com o apoio do IBOPE Inteligência, com o objetivo de mensurar o nível de alfabetismo da população brasileira entre 15 e 64 anos, avaliando suas habilidades e práticas de leitura, de escrita e de matemática aplicadas ao cotidiano.

das crianças matriculadas no segundo ano de escolarização das escolas públicas brasileiras. Essa avaliação acontece em duas etapas, uma no início e a outra ao término do ano letivo” (BRASIL, s.d., sem paginação). Essa divisão das etapas facilita, aos professores e gestores da educação, obterem uma visão geral sobre o aprendizado dos alunos. Assim poderão verificar se as habilidades de leitura estão sendo eficazes nesse processo. Processo esse que é tão importante pois se refere à base da educação em todos os aspectos, que é a educação infantil.

É importante que existem órgãos do governo e não governamentais interessados em registrar os índices de baixo rendimento escolar e a deficiência na leitura, mas as propostas para resolver o problema ainda não são eficazes, como a própria divulgação das instituições responsáveis por essas informações o atestam.

Refletimos, ainda, sobre quantas vezes as bibliotecas são confundidas com um depósito de livros, distorcendo sua verdadeira imagem e objetivo. E quantas vezes também os professores a procuram para acesso ao livro didático e levar seus alunos para meras cópias. Por essa ótica a biblioteca escolar perde seu princípio elementar que é um organismo vivo com a capacidade de informar, de guardar e cuidar o conhecimento para servir o outro, tornando-a um lugar prazeroso e agradável de visitar.

Para conhecermos o estágio do estado do conhecimento sobre a biblioteca escolar como formadora de leitores, recorreremos ao Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. Para isso, utilizamos os descritores: biblioteca escolar e formação do leitor, e biblioteca escolar e a legislação pertinente, abrangendo o período de 2010 a 2017 com o propósito de analisar estudos contemporâneos sobre a temática.

Inicialmente, identificamos 15 (quinze) produções acadêmicas. Nesse rol, levantamos trabalhos que investigaram a biblioteca escolar, a formação de leitores e a legislação educacional específica sobre bibliotecas escolares. Aplicando um filtro nos dados encontrados, buscamos teses e dissertações que abarcassem as duas temáticas – biblioteca escolar e formação de leitores e biblioteca e a legislação pertinente, registrados no Quadro 2.

Ressaltamos que nenhuma tese foi encontrada, nesse período, a partir desses descritores.

Depois da leitura dos resumos de todos os trabalhos em análise, buscamos, também, por palavras-chave, para ampliar nossa pesquisa com foco nas temáticas

em questão, quanto aos objetivos propostos e as metodologias utilizadas para que fossem alcançados.

Quadro 2 – Produções acadêmicas identificadas a partir dos descritores biblioteca escolar e formação do leitor, e biblioteca escolar e legislação (2010 a 2017).

Ano de defesa	Descritores		Subtotal
	biblioteca e formação de leitores	biblioteca escolar e legislação	
2010	2	1	3
2011	3	-	3
2012	3	-	3
2013	-	-	-
2014	1	-	1
2015	1	-	1
2016	1	-	1
2017	1	-	1
Total	12	1	13

Fonte: Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, 2019.

Das 15 pesquisas analisadas, doze trabalhos abordaram a biblioteca e a formação de leitores, explorando em várias perspectivas o hábito da leitura, que na visão de alguns pesquisadores está perdendo sua importância. Uma dissertação (ASSIS, 2010) focou a biblioteca escolar e a legislação específica (Apêndice A). Esse estudo utilizou uma metodologia bibliográfica e documental, centrada na análise de leis, decretos de lei, portarias, decisões, cartas e avisos imperiais, e exposições de motivos sobre o ensino secundário brasileiro, no período de 1838 a 1968. Por meio das análises realizadas pela pesquisadora, observamos que a biblioteca escolar tinha um lugar nos discursos da legislação do ensino secundário. Foi apresentado, com maior ênfase, os dados referentes ao colégio Pedro II e à Reforma Epitácio Pessoa.

Os objetivos das pesquisas pautaram-se basicamente em sensibilizar as professoras responsáveis pelas bibliotecas escolares a repensarem a sua prática. (LORENÇO, 2010. p. 5); investigar se as políticas públicas de incentivo à leitura, especificamente o PNBE (Programa Nacional Biblioteca da Escola), têm contribuído com o acesso à leitura, a formação de leitores, a dinamização da biblioteca escolar,

GUIMARÃES, 2010, p. 8); identificar as práticas de leitura literária adotada pela escola, assim como a verificação das relações entre o ensino de literatura e a formação do leitor de textos literários (SIQUEIRA, 2011, p. 8); realização de investigações no processo de constituição dos leitores dos primeiros cinco anos da educação básica (CARON, 2012, p.7); investigar as características dos leitores e dos tipos de leitura, considerando que, atualmente, os recursos de leitura e as pesquisas tradicionais dividem espaço com novos produtos e serviços, influenciados pelas Tecnologias da Informação e Comunicação (FREITAS, 2012, p. 9); ampliar a utilização da mediação e da biblioteca na educação dos alunos, que se encontram nos anos finais do ensino fundamental (FIORINI, 2015, p. 5); e, ainda, com a investigação de Vargas (2016, p. 7), uma abordagem de ressignificação da utilização do espaço e da mediação da leitura na biblioteca escolar, por intermédio do acervo literário do PNBE. Essa iniciativa, segundo o investigador, contribui para despertar o interesse dos educandos para a leitura literária e, conseqüentemente, para a ampliação do seu universo cultural.

Para o referencial teórico os pesquisadores fundamentaram-se em vários autores para a revisão de literatura. Buscaram análises de documentos oficiais, nos quais aprofundaram seus estudos sobre cada tema específico em questão, biblioteca escolar e formação de leitores e biblioteca escolar e legislação.

Sabemos que o mercado de trabalho está cada vez mais exigente, o que não é diferente quando o assunto se trata de educação e mais precisamente sobre leitura. Siqueira (2011, p. 8) aponta questões que abordam essa temática afirmando que:

A modernidade exige um leitor fluente, capaz de entender o que lê, de fazer relações intertextuais e de estabelecer conexões com a realidade. Educar não é apenas transferir conhecimentos prontos, mas sim redefinir novas práticas de ação, dentro de um processo permanente de diagnóstico, de discussão, de tomada de decisões. A proficiência em leitura é um dos objetivos principais da Educação Básica, portanto ao final do Ensino Médio espera-se que o aluno tenha o domínio dessa ferramenta fundamental.

Em contrapartida, também, surge a dificuldade competitiva e revolucionária com as tecnologias. Segundo essa mesma autora, uma seleção inadequada de obras para leitura, a diversificação das leituras escolares e a rejeição às leituras obrigatórias contribuem para a falta de interesse dos alunos. Por isso a escola precisa se reprogramar de acordo com as novas diretrizes educacionais, considerando a

substituição do conhecimento enciclopédico pela competência dos alunos (SIQUEIRA, 2011, p. 8). Assim, o professor também precisa se formar para conseguir atender a demanda que cada vez se encontra mais exigente.

Nos demais trabalhos, as deficiências das bibliotecas escolares são questões evidentes e preocupantes para os pesquisadores. Mesmo que escolas, bibliotecários e professores se encontrem empenhados para tornar esse ambiente formador de leitor contribuindo para a aprendizagem, ainda existem regiões do Brasil que esse processo surge de forma tímida, devido à fragilidade educacional desse país. Apesar de tantas dificuldades e limitações e da sociedade plural e tecnológica, o professor ainda é referência na formação e na mediação leitora (BAGGIO, 2011, p. 5).

No que se refere à metodologia, identificamos a pesquisa-ação, exploratória e todas baseadas em uma abordagem qualitativa, tendo como instrumentos de coleta de dados predominantes, a observação, o questionário, a entrevista estruturada e a observação participante (FREITAS, 2012, p. 9). As entrevistas foram realizadas com professores, bibliotecários, supervisora escolar, alunos e também houve um estudo de caso.

Sabemos que a leitura é importante e contribui para a formação dos leitores, sobretudo na Educação Básica e no Ensino Fundamental. O grande desafio é como despertar nos alunos essa prática e hábito de ler. Nessa perspectiva, Caron (2012, p. 7) desenvolveu sua pesquisa na Escola Municipal Patronato Santo Antônio de Carazinho R/S, nos cinco primeiros anos da Educação Básica, na qual constatou o resultado positivo que a mediação do professor oferece.

Entre as conclusões que os pesquisadores chegaram, identificamos duas linhas opostas. “Uma que confirma problemas que têm afetado a biblioteca escolar e que dificultam sua atuação como espaço de aprendizagem; outra que revela possibilidades de atuação efetiva da biblioteca escolar como espaço de ação pedagógica” (CAMPELLO, 2013, p. 130). Percebemos que, mesmo com muitas barreiras, condições precárias, ausência de profissionais capacitados e falta de apoio governamental, como deveria ser a educação brasileira, existem educadores que não desistiram de fazer da educação a melhor opção para se formar leitores.

Uma terra fértil para se germinar a semente do hábito de ler é a escola. Mais precisamente na biblioteca escolar, com o incentivo e apoio dos bibliotecários e professores. Nesse sentido Fiorini (2015, p.5) fala ao término de sua pesquisa que “pode-se perceber a importância da mediação da leitura e, principalmente, o poder

transformador da leitura, em especial da literatura, possui na vida de jovens estudantes, tornando-se capaz de modificar sua forma de ver e viver o mundo atual.” Seja nos anos iniciais da Educação Básica, seja no Ensino Fundamental, no Ensino Médio e/ou Superior, a leitura estará sempre pronta para ser explorada, recheada de ricos conhecimentos. Seu poder transformador possui poder ímpar, principalmente quando o foco é a construção da identidade de cidadãos críticos, participantes da vida social, almejando um futuro promissor de boas ações.

A partir de reflexões sobre o desempenho estudantil em relação à leitura, a função da biblioteca escolar e a produção acadêmica sobre a temática, delimitamos o tema e construímos a questão de estudo: como formar o aluno leitor por meio das ações da biblioteca escolar na educação básica?

E é sobre esse prazer adquirido, sobre essa formação das letras transformadas em palavras, que dialogamos com Marcel Proust e Paulo Freire.

O referencial teórico em que nos apoiamos abrange: sobre o sentido da leitura, temos como aporte Marcel Proust, (2003) e Paulo Freire (2005); sobre a formação do leitor, Rubens Borba de Moraes (1979); sobre a trajetória histórica da biblioteca; Carvalho Silva (2011); sobre a biblioteca na legislação, dialogamos com Wanderli Assis (2010); Bernadete Santos Campello e Mônica Silva (2005). Sobre a tecnologia digital nas bibliotecas, Rachel Ramos (2015) e Carmen Jorge Martins Valadas (2015). Na metodologia de pesquisa, temos como aporte Maria Aparecida Viggiani Bicudo (2011, 2012).

Nosso objetivo geral é compreender a função educativa da biblioteca escolar para a formação do leitor na educação básica. Como objetivos específicos, definimos: conceituar o sentido do ato de ler segundo Marcel Proust e Paulo Freire; apresentar o histórico das bibliotecas escolares no Brasil do período jesuítico até a Nova República; compreender o lugar que as bibliotecas escolares da educação básica ocupam na legislação do ensino (1996-2018) como formadores de leitores; analisar cenários contemporâneos da biblioteca escolar da educação básica, suas inovações e o uso de tecnologias; apresentar uma proposta de uso da biblioteca escolar na educação básica para formação de leitores.

O período 1996-2018 foi escolhido porque só em 1996, com a Lei 9.394 (LDB, conforme mencionado anteriormente, “iniciam-se algumas políticas em nível nacional que começam a apresentar, mesmo que de forma ainda tímida, alguns parâmetros para o desenvolvimento da biblioteca escolar do país” (SALA; MILITÃO, 2017, p.

4671). No ano de 2018, o Projeto de Lei 9484/18, que modifica o conceito de biblioteca escolar e cria o Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares (SNBE) foi aprovado na instância da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, aguardando os trâmites para aprovação final no Congresso.

Para o alcance dos objetivos, nesta pesquisa de cunho teórico e descritivo, propomos uma abordagem qualitativa, segundo o entendimento de Maria Aparecida Viggiani Bicudo (2011, 2012). Para essa pesquisadora, essa abordagem vale-se da descrição para obtenção de dados; ela “solicita que o pesquisador direcione sua atenção para o discurso do texto, lido e interpretado à luz da interrogação posta” (BICUDO, 2012, p. 23). Assim, buscamos a compreensão dos textos a partir de interrogações postas, realizando leituras cruzadas, quando, a partir de nossas interrogações, procuraremos respostas nos diferentes textos selecionados.

Nosso processo investigativo inclui estudos teóricos de obras que discutem a formação do leitor, o papel da biblioteca escolar nesse aspecto e as inovações existentes relacionadas ao uso das tecnologias digitais na contemporaneidade; a análise da legislação vigente que aborda a biblioteca escolar no Brasil, a partir de 1996 até os dias atuais. Essa análise incluirá a Lei n. 9.394 - LDB (BRASIL, 1996), os *Parâmetros Curriculares Nacionais-PCN* (BRASIL, 1997), a Lei n. 12.244 (BRASIL, 2010), o PNBE (2009), o *Plano Nacional de Educação-PNE II* (BRASIL, 2014) e o Projeto de Lei 9484/18.

Neste trabalho trazemos imagens fotográficas do artista das lentes André Kertész⁵.

Tiradas entre 1920 e 1970, estas fotografias capturam pessoas lendo em várias partes do mundo. Os leitores em todos os lugares possíveis – telhados, parques públicos, nas ruas – estão submersos em um momento profundamente pessoal e ao mesmo tempo universal. As

⁵ Segundo a NBR 14724 (2011, p. 2, 7), a epígrafe é uma “folha onde o autor apresenta uma citação, seguida de indicação de autoria, relacionada com a matéria tratada no corpo do trabalho”. Comumente é apresentada em linguagem verbal, mas, neste trabalho, ousamos apresentá-la como imagem, dada a relevância da criação artística do fotógrafo André Kertész (1894-1985). *On Reading* (2008), publicado pela primeira vez em 1971, tornou-se um de seus trabalhos de assinatura. Tiradas entre 1920 e 1970, as fotografias que o integram capturam leitores em todos os lugares imagináveis — nos telhados, nos parques públicos, nas ruas movimentadas, esperando nos bastidores da peça da escola - apanhados em um momento profundamente pessoal, mas universal. “As imagens cuidadosamente orquestradas na versão original do livro apresentam visões da humanidade, da arquitetura e do poder de absorção da leitura como um prazer universal. Através de estudos poéticos e, às vezes, bem-humorados, Kertesz eleva a atividade solitária da leitura a um novo nível, repleto de toques humanísticos” (Museum of Contemporary Photography, Columbia College Chicago, s. d., adaptado).

fotos fazem parte do livro *On Reading* [primeira publicação em 1971], um clássico de autoria desse fotógrafo húngaro [1894–1985]” (OLIVEIRA, 2014).

As imagens constituirão epígrafes visuais de cada parte desta dissertação.

Para melhor entendimento do leitor, dividimos este trabalho em três capítulos. No primeiro, “O sentido do ato de ler”, analisamos o sentido da leitura em Marcel Proust; a importância do ato de ler em Paulo Freire.

No segundo capítulo, “Um recorte histórico das bibliotecas no Brasil: dos jesuítas à república”, apresentamos recortes históricos das bibliotecas no período colonial e na República,

No terceiro capítulo, “A biblioteca escolar no discurso da legislação brasileira, os cenários atuais e a formação do leitor”, analisamos legislações brasileiras (1996-2017), referentes à temática desta dissertação; alguns cenários contemporâneos da biblioteca escolar, analisando inovações no uso da biblioteca escolar da educação básica com o uso da tecnologia e reflexões sobre a formação do leitor.

No Apêndice A, trazemos uma relação de produções acadêmicas sobre de bibliotecas escolares, as quais foram objeto de nosso estudo do estado do conhecimento. No Apêndice B, apresentamos a relação de legislações pertinentes à biblioteca escolar.



Figura 3 - André Kertész, Boy eating icecream on pile of newspapers, New York, 1944.

2. O SENTIDO DO ATO DE LER

Neste capítulo apresentamos o sentido do ato de ler, como desvelado em uma obra de um clássico da literatura, Marcel Proust, *Sobre a leitura* (2003) e no livro *A importância do ato de ler em três artigos que se completam* (2005), além de discorrermos sobre o papel do professor mediador para a formação do leitor.

2.1 O sentido da leitura segundo Marcel Proust

Valentin Louis Georges Eugène Marcel Proust (Marcel Proust) é considerado um dos grandes escritores românticos do começo do século XX. Nascido na cidade de Paris, em 10 de julho de 1871, faleceu na mesma cidade em 18 de novembro de 1922. Sua obra mais conhecida é *Em busca do tempo perdido* (*À la recherche du temps perdu*), um conjunto de sete novelas, considerada uma das grandes produções literárias do século XX, publicada entre 1913 e 1927. Nessa criação, refere-se às grandes mudanças ocorridas na França durante a Terceira República e o fim do século, de modo especial ao declínio da aristocracia e a ascensão das classes médias que ocorreram na França em sua época.

O livro escolhido para análise neste trabalho é *Sobre a leitura* (PROUST, 2003). Nele, partindo de lembranças de sua infância, o autor oferece-nos uma série de reflexões sobre o ato de ler. Nesse sentido, passa por nomes como Homero, Shakespeare e Racine, explora as relações entre autor e leitor e nos mostra o que há de mais fascinante no ato de ler. Esse texto foi publicado “originalmente como o Prefácio escrito por Proust, em 1905, para a sua tradução do livro *Sésame et lês Lys*, de John Ruskin”⁶. Nessa parte da obra, o escritor de Auteuil-Neuilly-Passy afirma que,

A observação que fez um editor francês na ocasião em que publicou este texto é tão pertinente que vale a pena reproduzi-la na edição brasileira: “[...] essas páginas ultrapassam tanto a obra que introduzem, propõem um elogio tão belo da leitura e preparam com tanta felicidade *Em Busca do Tempo Perdido* que quisemos, livrando-as de sua condição de Prefácio, publicá-las na sua plenitude” (PROUST, 2003, p. 2).

⁶ Conforme diz o editor de *Sobre a leitura*, publicado pela Pontes Editores, em 2003.

Quando Proust começa a escrever o livro *Sobre a Leitura* (2003), suas lembranças são tão abundantes que ele não consegue seguir sem referenciá-las, a ponto de citar os mínimos detalhes fatos acontecidos como se fosse ontem, ao mesmo tempo associando-os com sua vida atual, os quais foram fundamentais em sua significância que o conduziu para superações que ele próprio jamais imaginou.

O menino Proust é retratado em memórias que expressaram a finalidade essencial da leitura. Sem saber que seria de imensurável valia na formação do seu próprio ser leitor e de sua personalidade, traçados pela paixão que o conduziu até seus dias finais nessa vida, deixando uma reflexão sobre o sentido da leitura.

Nas primeiras linhas de *Sobre a Leitura*, encontra-se explicito a paixão pelos livros e pela leitura. Recordando sua infância, Proust revela que, não gostava das interrupções corriqueiras e simples, como a hora do jantar, um amigo que vinha convidá-lo para algum jogo na hora mais interessante da leitura ou simplesmente mudar a posição da poltrona por causa da luz do sol que ofuscava a vista. E quando tinha que o fazer ou ajudar em algumas tarefas da casa, levava consigo o suspense de terminar a leitura o mais rápido possível para retomar o capítulo não finalizado.

Essa característica de não gostar de ser interrompido enquanto se encontrava na companhia dos livros, lendo ou escrevendo, se estendeu pela vida a fora e tornou sua atividade diária e constante. Célest Alberet⁷, em depoimento à Sônia Nolasco-Ferreira⁸, publicado em *Sobre a leitura* afirma que Proust “escrevia, religiosamente, toda noite, noite adentro, escrevia” (PROUST, 2003, p. 62).

Proust faz descrições, a partir de suas lembranças, das leituras feitas nas férias, quando todos saíam de casa, e o prazer, do dia inteiro, de desfrutar do sossego e realizar longas horas de dedicação aos textos, as quais eram realizadas com atenção. Assim ele vai descrevendo as ações do dia a dia com detalhes que aguçam a imaginação do leitor, inclusive aquelas horas intermináveis de almoço misturadas a ansiedade de voltar à leitura.

A avó sempre com carinho e capricho na alimentação, cuidava para que a cozinheira não pecasse em mudar a perfeição e a originalidade dos pratos. Mas esse zelo não o desviava de seu interesse maior, que era a leitura. Sempre depois do

⁷ Célest Alberet foi governanta durante os últimos dez anos de vida de Proust, quando ele escrevia *Em busca do tempo perdido*.

⁸ Sonia Nolasco-Ferreira, jornalista e correspondente internacional. Entrevista publicada originalmente na Revista 80, no inverno de 1983.

almoço, o contato com os livros era retomado imediatamente, inclusive quando em dias quentes, e todos da casa se retiravam para seus quartos para repousarem, Proust corria para seu quarto. A janela tinha de ser rapidamente fechada para evitar a fumaça do cigarro do armeiro que ficava ali conversando com as pessoas que por ali passavam. Nada poderia ser incomodado naquele momento tão doce e mágico. Fazendo uma analogia com a teoria de William Morris⁹, por várias vezes citado na obra em análise, lemos que “um quarto não é bonito se não contiver somente coisas que nos são úteis e toda coisa útil, mesmo um simples prego, não deve ser dissimulada, mas aparente” (PROUST, 2003, p. 14). Mesmo que alguns objetos presentes naquele ambiente não tivessem utilidade, na visão dele, isso não tiraria o encanto do quarto. Tinha que levar em consideração o respeito que alguém havia realizado um prévio trabalho na preparação para ele.

Sua falta de jeito era notável ao manusear as altas cortinas brancas, que escondiam a cama no fundo como se fosse um santuário, às colchas com flores bordadas, as fronhas de cambraias de linho, todo conjunto parecia uma ornamentação do altar no mês de Maria. À noite, quando ia deitar-se, ele pegava tudo com cuidado e colocava na poltrona ao lado, perto dos copos com desenhos de flores azuis, acompanhados da garrafa igual, que eram seguidos das recomendações da tia para não quebrar o conjunto ali depositado sobre a bandeja. Isso dava a impressão do quarto ser quase uma capela, pois ainda compunha a mobília do ambiente uma cômoda coberta por uma toalha branca de renda semelhante a um altar, com dois vasos, um com a imagem do Salvador e o outro com um ramo bento.

O prazer de ler no quarto era inevitável, que em diversas vezes se estendia noite adentro, sobretudo se o livro estivesse no final, o que tornava a leitura mais intensa e instigante. De vez em quando tinha que acompanhar a família no passeio ao parque, que ficava a um quilômetro da vila. Depois da participação no jogo, que era obrigatório, Proust finalizava rapidamente seu lanche trazido em cestos, o qual era servido para as crianças bem às margens do rio. Seu livro encontrava-se

⁹ “William Morris (1834-1896) viveu na Inglaterra na Era Vitoriana. [...] Para Morris, a verdadeira arte deve ser “feita pelo povo e para o povo, como uma benção para quem a faz e para quem a desfruta”. Contudo, Morris não conseguiu alcançar o que acreditava, uma vez que, por seus produtos serem realizados manualmente eram mais custosos e não acessíveis a todos, somente aos ricos. [...]. Morris define arte como “ a maneira de o homem exprimir o prazer que lhe vem do trabalho”, acredita que “ é impossível dissociar arte da moral, da política e da religião”, mantendo-se como fiel seguidor de Ruskin, uma vez que, este acreditava que “realizar com verdade é realizar manualmente, e realizar manualmente é realizar com alegria” (TEORIA E HISTÓRIA DAS ARTES E ARQUITETURA II, s. d.).

confiscado sobre a relva, onde estava também o lanche, com a proibição de ser retomado antes que todos terminassem de comer.

Com o intuito de fazer o tempo passar mais rápido, já que a leitura estava suspensa por algum tempo, punha-se a observar o rio imaginando seu percurso, que era retilíneo enquanto a vista alcançava estátuas sorrindo às suas margens, carpas saltitantes que brincavam nas águas cristalinas. Quais seriam os caminhos percorridos por suas águas ao passar pela cerca do parque? Certamente passariam entre pastagens e rebanhos, diversas espécies de árvores e flores, montanhas, vales e toda natureza ao redor, se encontraria com outros rios, inclusive passaria entre as ruínas que diziam ser da idade média, as quais se encontravam nas proximidades da vila.

Enquanto algumas crianças se distraíam com o lanche e brincando na parte baixa do parque, Proust distanciava-se de todos para alcançar o labirinto até a alameda, isolando-se para apreciar aquele momento seu com a natureza. Impossível de ser encontrado. Recostado nos nogueirais, ficava olhando os aspargos e a plantação de morangos, o lago onde às vezes os cavalos vinham e a porteira branca que se encontrava no fim do parque. Além dos campos de papoulas, desfrutava do silêncio apenas ouvindo as pessoas ao longe, que por vezes chamavam seu nome, e o risco de ser encontrado era nulo.

O soar dos sinos bem distantes, sem saber definir ao certo o número de batidas, era perceptível com seu som forte e determinado, estourando sobre a praça, passando além do parque, dirigindo a todos os campos e camponeses, levando a hora aos rincões mais distantes.

Por várias vezes Proust passava noites inebriado pela leitura, reacendia a vela depois dos pais dormirem. Lá fora o silêncio e a rua vazia eram brindados com uma noite negra e sombria, ao lado da igreja da vila onde os fiéis participavam com alegria da missa dominical, não se esquecendo de comprar aquele delicioso doce na doceira da praça em dias de festa.

Quando a leitura terminava só restava aquele suspiro profundo e pesar com um desejo que ainda poderia ter mais algumas páginas. Os olhos cessavam aquela corrida desvairada e a voz seguia sem som, seguidos de questionamentos: e aí? Esse livro não era senão isso? Para onde foram os personagens que tiveram mais atenção e porque não, o amor que nos inspirava, mais que as pessoas reais? Isso sem falar da situação quando os pais surpreendiam a leitura parecendo sorrir da emoção

estampada no rosto do menino. O livro era fechado imediatamente com indiferença e tédio fingido. Tais acontecimentos eram inevitáveis devido ao envolvimento de um leitor, sua leitura e seu livro.

Ao escrever o livro *Sobre a Leitura* (2003), as recordações tomam conta do autor que, segundo ele, até poderia tê-las excluído do seu texto, mas, não o fez com o propósito de afirmar o que havia dito:

O que as leituras da infância deixam em nós é a imagem dos lugares e dos dias em que as fizemos. Não escapei ao seu sortilégio: querendo falar delas, falei de outras coisas diferentes de livros, porque não é deles que elas me falaram. Mas talvez as lembranças que elas me trouxeram tenham elas mesmas sido despertadas nos leitores, conduzindo-os pouco a pouco — retardando-se nesses caminhos floridos e enviezados — a recriar em seu espírito o ato psicológico original chamado *Leitura*, com força suficiente para poder seguir agora como que dentro dele mesmo as reflexões que me restam a apresentar (PROUST, 2003, p. 25).

Para o escritor de Neuilly-Auteuil-Passy, as lembranças da infância vêm à tona quando as leituras realizadas dão prazer e revelam algo novo. Geralmente se encontram em um nível saudoso de tempos que não voltam mais. Todos têm guardados em lugares especiais de nossas memórias momentos agradáveis ou não que nos seguem pela vida a fora. Vale ressaltar sobre o livro marcante na vida do autor quando criança, aquele que o fazia ler durante horas depois do almoço, sob os nogueirais quando ia ao parque ou lia em seu quarto. As referências foram feitas com todas as descrições possíveis, ricas em detalhes que prendem a atenção do leitor, que aguçam a vontade de saber o desfecho da história, que não sente vontade de parar de ler. Proust fala de suas primeiras leituras, e uma delas é a obra *O Capitão Fracasso*, do autor Théophile Gautier (1866).¹⁰ Ela lhe foi marcante porque significou algo que o levou a despertar lembranças guardadas com todo cuidado. Houve aprendizado, porque as leituras realizadas foram espontâneas cheias de curiosidades que lhe proporcionaram novas descobertas.

¹⁰ “Capitaine Fracasse (Capitão Fracasso) é um romance de Théophile Gautier (de 1811 a 1872), título do personagem que é um fanfarrão tagarela e impetuoso. O romance narra as aventuras do barão de Sigognac durante o reinado de Luís XIII. O romance inclui todas as características principais de um típico *roman de cape et d'épée* (romance de capa e espada), [...]: perseguições, lutas, intrigas, ironia, amor, mudanças dramáticas de eventos e um estilo de narrativa em ritmo acelerado. [...] É escrito num estilo polido, com descrições de personagens, cidades, pousadas e paisagens extravagantes que recriam uma sociedade há muito tempo extinta. [...] A obra foi publicada em um único volume pela Charpentier em 1863 (BIBLIOTECA DIGITAL MUNDIAL, s. d.).

São, efetivamente, várias passagens em que o escritor de Auteuil narra o embevecimento vivido em sua atividade de leitor isolado, descrevendo o tempo e o espaço dessas leituras. O próprio Proust (1971, p. 28) define a leitura como uma categoria de "milagre fecundo de uma comunicação no seio da solidão", pois nos apresenta sua própria experiência de menino fascinado pela leitura.

Em uma das mais belas passagens do livro, Proust (1971, p. 2) diz:

Uma das grandes e maravilhosas características dos belos livros (e que faz compreender o papel simultaneamente essencial e limitado que a leitura pode representar em nossa vida espiritual) que para o autor elas poderão chamar-se "Conclusões" e para o leitor "Incitações".

Ao anular-se, o sujeito na leitura guarda

O momento de isolamento que deflagará a experiência do imaginário e do simbólico. Por isso, não é o sujeito em si que desaparece, mas o texto, restando as impressões que ampliam as "conclusões" do autor do livro, abrindo espaço para as "incitações" experimentadas pelo leitor. [...] tudo não é senão preparação e espera para que os resíduos da leitura concretizem-se na trama da escritura (PROUST, p. 34).

O ler e o escrever transformam o escritor em leitor obstinado, para quem a criação é o desdobramento infundável de outros textos.

Enfim, faz-se necessário que essa vontade de ler seja despertada desde cedo, para que o leitor possa mergulhar nas páginas de um bom livro, como se fizesse parte dele. A verdadeira leitura e suas interfaces é aquela que respeita o autor em seus limites, fundamentada em suas experiências encantando o leitor fazendo-o entender seu verdadeiro sentido como receptor desse conhecimento.

Esse é o papel do escritor, levar seu leitor a se jogar no desconhecido por meio da leitura. Mergulhando nas páginas é possível viver em outro mundo, como se fizesse parte dele. Sonhar, viajar sem sair de casa, depois retornar à realidade, com mais conhecimento ainda, mais conteúdo intelectual e histórias para contar. A conquista da habilidade de ler é o primeiro passo para a assimilação de valores da sociedade. Porém, o mais importante é romper o discurso lido e construir o próprio caminho.

O livro cumpre um papel essencial na alfabetização e acompanha o aluno por toda sua vida estudantil, por isso é tão importante o incentivo à leitura, pois através dela o indivíduo se desenvolve em todos os sentidos e passa a ter um pensamento e

olhar crítico para enfrentar qualquer situação que possa surgir, além de contribuir para uma formação e melhor atuação na vida social, familiarizando-o com o meio de forma decisiva.

Nessa perspectiva Proust mostra que ao ler, pode-se viver e reviver o prazer da decifração das letras e das palavras, da exploração do novo que oferece obstáculos e atrai com intensidade a busca do conhecimento sempre crescente, na construção de níveis cada vez mais elevados, que se instalam entre o leitor e o texto, culminando em uma troca interativa. A leitura proporciona capacidade de ver a importância do outro e da natureza em sua própria vida, adquirindo sentimentos positivos para a geração de soluções dos conflitos, com a pessoa e com o meio em que vive.

Proust convida-nos, por meio do seu modo de escrever, a uma leitura prazerosa na qual se torna possível reviver nossa própria história, trazendo-nos, à memória, os livros e as leituras realizadas quando mais jovens. A dedicação naquela época se tornava exclusiva, mesmo porque as tecnologias eram ainda precárias, não preenchia tanto tempo das pessoas distraíndo-as com tantos motivos fúteis, desviando a atenção para coisas banais sem nenhum acréscimo intelectual.

Hoje com outra visão da vida e com mais criticidade talvez, o que líamos com tanto amor se tivéssemos a chance de manusear esses livros novamente, não seria com a mesma intenção de outrora. Ao lembrar esses momentos nos restam sim as recordações de lugares e pessoas que não existem mais, que fizeram parte de um tempo especial, carregadas de contribuições que fizeram a diferença na nossa formação enquanto leitores.

Quando esse prazer de ler é despertado nos alunos desde cedo, esse sentimento poderá ir além dos muros da escola. O efeito será melhor se não ficar somente na leitura obrigatória que, sozinha, não agrega valores. Isso depende e faz parte de um processo no qual se faz necessária a intervenção e o envolvimento de toda comunidade escolar e da família. A motivação também é quesito primordial nessa questão de despertar o leitor.

2. 2 O sentido de leitura na perspectiva de Paulo Freire

Paulo Freire, um educador, teve seu reconhecimento não apenas no Brasil, mas, também no exterior, considerado um notável pensador no âmbito da história da pedagogia.¹¹

Preocupado com a quantidade de adultos analfabetos sobretudo nos estados do Nordeste, com focos alarmantes nas áreas rurais, ele desenvolveu um método de alfabetização de adultos com base no vocabulário dos alunos.

Considerado o patrono da educação brasileira, esse educador com suas ideias simples, porém revolucionárias, trata a questão da leitura com ênfase especial, abordando democraticamente a relação educador e educando, enquanto sujeitos e trocas de experiências que se fundem em um mesmo horizonte na busca de um aprendizado, colocando em evidência o sentido do ato de ler.

Em seu livro intitulado *a Importância do ato de ler: em três artigos que se completam* (2005), o foco principal é sobre a leitura da palavra precedida pela leitura do mundo. O autor deixa explícito o papel fundamental que a leitura desempenhou em sua vida, como mola propulsora que o despertou em momentos marcantes que nunca foram esquecidos, no seu pequeno mundo quando viveu enquanto criança. Primeiro, para ele, ocorreu a leitura desse mundo, que era simples, mas, este era o mundo que o movia em sua vida de convivência com sua família e amigos na sua infância. Posteriormente durante a sua vida estudantil, nem sempre a leitura foi apenas das palavras do seu mundo. Outras novas leituras foram chegando e agregando ao seu vocabulário novos saberes e sentidos.

Avançando mais um pouco em suas lembranças, o autor vai descrevendo a

¹¹ “Paulo Reglus Neves Freire nasceu no dia 19 de setembro de 1921, no Recife, Pernambuco, onde logo cedo pôde experimentar as dificuldades de sobrevivência das classes populares. Trabalhou inicialmente no SESI (Serviço Social da Indústria) e no Serviço de Extensão Cultural da Universidade do Recife. Ele foi educador, professor de escola a criador de ideias e "métodos". Sua filosofia educacional expressou-se primeiramente em 1958 na sua tese de concurso para a Universidade do Recife, e, mais tarde, como professor de História e Filosofia da Educação daquela Universidade, bem como em suas primeiras experiências de alfabetização como a de Angicos - RN, em 1963. A coragem de pôr em prática um trabalho de educação que identifica a alfabetização com um processo de conscientização, capacitando o oprimido tanto para a aquisição dos instrumentos de leitura e escrita quanto para a sua libertação fez dele um dos primeiros brasileiros a serem exilados. [...]. Em junho de 1980 Paulo Freire regressa definitivamente ao país que havia deixado em 1964, sob o comando dos militares. Fixou residência em São Paulo, onde aceitou o convite para lecionar na Faculdade de Educação da Unicamp, em Campinas e logo depois ingressou no Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação (supervisão e currículo) da PUC/SP. Paulo Freire participou, também, da fundação do Vereda – Centro de Estudos em Educação, cujo objetivo era desenvolver pesquisas, prestar assessoria e atuar na formação de professores dedicados à prática da educação popular. Faleceu em 2 de maio de 1997” (INSTITUTO PAULO FREIRE, s.d. adaptado).

casa onde morou em sua infância, a qual era rodeada de árvores e suas sombras serviam de abrigo enquanto brincava, aconchegando-se nos galhos menores, os quais ofereciam menor risco do que o se aventurar em galhos maiores.

Uma casa velha que possuía, além dos quartos e corredor, um sótão e um terraço, isso sem falar nas belas avencas que a mãe cultivava, compondo um conjunto acoplado ao amplo quintal. Nesse cenário, os primeiros passos como leitor aconteceram de forma gradativa e perceptiva, inseridos em um contexto que o capacitava para a compreensão e o respeito aos mais velhos, aos seus irmãos e aos pais.

Entrelaçadas aos textos e contextos, as letras e as palavras daquele tempo encontravam-se na capacidade e na percepção de cada objeto e sinais, como o cantar dos pássaros, como o sanhaçu, o sabiá e o bem-te-vi; o anúncio de fortes tempestades com rajadas de raios e trovões acompanhados das águas das chuvas que seguiam seu percurso formando rios, lagos, riachos e ilhas. As lembranças traziam à tona um primeiro contexto que reflete as sintonias remetidas aos acontecimentos jamais esquecidos, como o assobio dos ventos, as nuvens no céu, bem como suas cores e movimentos, no cheiro das flores em suas variadas tonalidades, nos sabores das frutas em suas peculiaridades e sua significação.

Prosseguindo em suas descrições, o autor apresenta as lembranças da convivência com os animais de sua casa, os gatos da família, o cachorro Joli e suas caçadas aos timbus que atacava o terreiro devorando as gordas galinhas de sua avó, e também o universo da linguagem dos mais velhos, carregado de gostos, crenças e valores. Algo que estava imediatamente ligado ao seu pequeno mundo, em conexão direta a outros mundos maiores do que o seu, expandido em conhecimentos e linguagens que só mais tarde entenderia, pois se tratava de um tempo em que ainda não lia a palavra. Isso foi revivido e recriado enquanto ele escrevia o texto.

Outro fato marcante foram os causos que os mais velhos contavam, sobretudo, aqueles das almas penadas, que aguçavam o medo da noite e da escuridão. Dava medo até do acendedor de lampiões com sua figura magra e alta que vinha rua afora no início da noite, acendê-los, com sua vara que como mágica iluminava com uma luz precária as ruas daquele bairro de Recife. Isso tornava propício o ambiente para as almas, onde o medo tomava conta, pois as sombras eram mais intensas do a luz e a espera do novo dia tornavam-se mais longas, mas quando o dia chegava era esquecido aquele temor. A partir do momento em que ele começou a entender o seu

mundo, seu medo foi também diminuindo, porque passou a conhecer onde vivia.

Aprendeu a escrever à sombra da mangueira no quintal de sua casa com palavras do seu mundo, escritas no chão com gravetos. Ao ir para escola já conhecia as palavras ensinadas pelos pais, e aperfeiçoou e aprendeu mais ainda com a professora Eunice, que o direcionou a “leitura da palavra a frase, da sentença, e jamais significou uma ruptura com a leitura do mundo. Com ela, a leitura da palavra foi da “palavramundo”. (FREIRE, 2005, p. 15). Nota-se que sua professora valorizou o que ele trouxe de conhecimentos prévios, melhorando e aumentando o que já sabia.

Anos depois como professor, Paulo Freire não utilizava um ensino mecânico da descrição do objeto, mas optou por uma significação dele, para que os alunos fossem capazes de aprender. A leitura mecânica insistente não condizia, para ele, com a importância do ato de ler. Destaca, também, que para se ter uma disciplina intelectual é preciso ler sempre. No entanto, existe um movimento da leitura e da palavra, em que um necessita do outro. Esse movimento deve ser contínuo e recíproco. Sobre isso afirma:

Refiro-me a que a leitura do mundo precede sempre a leitura da palavra e a leitura desta implica a continuidade da leitura daquele. Na proposta a que me referi acima, este movimento do mundo à palavra e da palavra ao mundo está sempre presente. Movimento em que a palavra dita flui do mundo mesmo através da leitura que dele fazemos. De alguma maneira, porém, podemos ir mais longe e dizer que a leitura da palavra não é apenas precedida pela leitura do mundo mas por uma certa forma de “escrevê-lo”, ou de “reescrevê-lo”, quer dizer, de transformá-lo através de nossa prática consciente. (FREIRE, 2005, p. 18).

Sobre essa importância da leitura de mundo, deve-se levar em consideração o respeito sobre o saber que cada um traz em si. Ao se fazer uma análise desse aspecto, percebe-se que se há uma complexidade sem medida relacionada não apenas ao meio em que se vive, mas, também, em relação aos costumes, raças, culturas, crenças e vivências dos povos, que ao se misturarem, vão formando outras e novas culturas.

Nesse sentido FREIRE (2005, p. 11), contribui com uma reflexão que diz o seguinte:

A leitura do mundo precede a leitura da palavra, daí que a posterior leitura desta não possa prescindir da continuidade daquele.

Linguagem e realidade se prendem dinamicamente. A compreensão do texto a ser alcançada por sua leitura crítica implica a percepção das relações entre o texto e o contexto.

Cabe ressaltar a relevância desse processo na vida das pessoas, transformando-as e contribuindo para o prazer em aprender. Não dá para fragmentar a leitura da palavra que a compõe em um conjunto de letras codificadas e a leitura do mundo que se constitui em um complexo sentido de vivências próprias de cada pessoa, mesmo que para descrever um mesmo objeto, se faça necessário ir além da realidade desse mesmo objeto, conforme já dito antes. Essa interpretação está diretamente ligada ao contexto ao qual pertence, em suas múltiplas interpretações ao meio que se encontra inserido com um olhar mais crítico da realidade.

O gosto pela imersão no desconhecido, pela exploração da diversidade, a satisfação de se deixar transportar para outro tempo e outro espaço, viver com experiências diferentes do cotidiano, fazem que, em alguns momentos, o leitor se depare com o contentamento de se descobrir em um personagem. São momentos em que a leitura propicia ao leitor a soma de conhecimentos em um texto mais denso, ou a realização de uma simples fantasia ao ler um texto de aventura.

Essa dupla capacidade de imaginar outros mundos e, paralelamente relacionar uma intensa vivência enriquecedora, é a garantia de um dos nobres prazeres de uma boa leitura. Em um livro, pode-se obter a decifração dos enigmas, a exploração do novo, que oferece obstáculos e atrai com intensidade a vontade de ler.

Paulo Freire ao proferir a palestra apresentada no XI Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, realizado em João Pessoa, em janeiro de 1982, destacou a alfabetização de adultos e as bibliotecas populares, como sua preocupação aos problemas ligados a leitura e a escrita. Foi a partir dessa palestra a origem do livro *A Importância do Ato de ler: em três artigos que se completam* (2005), que é discutido neste trabalho. Essa fala contém um ponto culminante que merece um olhar atencioso.

O educador pernambucano, na ocasião, relatou uma experiência de alfabetização de adultos, que deu certo, a qual ele próprio desenvolveu com a ajuda de sua equipe em São Tomé e Príncipe.¹² Assim ele afirma:

¹² A República Democrática de São Tomé e Príncipe é um país localizado na África Equatorial, sendo constituído por duas ilhas principais, cujos nomes perfazem também o nome do Estado. Colônia de Portugal desde cerca de 1470 até 1975, possuía tríplice importância na rota comercial do Império Colonial Português. Para trabalhar nos engenhos, foram trazidos cativos de Angola, país com o qual

Falar de alfabetização de adultos e de bibliotecas populares é falar, entre muitos outros, do problema da leitura e da escrita. Não da leitura de palavras e de sua escrita em si próprias, como se lê-la e escrevê-las não implicasse uma outra leitura, prévia e concomitante àquela, a leitura da realidade da mesma (FREIRE, 2005, p. 22).

Conforme o próprio autor destaca não há como ignorar o “mito da neutralidade da educação, que leva à negação da natureza política do processo educativo e a tomá-lo como um que fazer puro” (FREIRE, 2005, p. 23). Infelizmente vivemos em uma sociedade onde os menos favorecidos e desprovidos de uma renda econômica digna não conseguem estudar e/ou apoiar seus filhos na vida estudantil. Para algumas pessoas fazer um curso universitário fica além do sonho almejado, sem que consigam concretizá-lo.

O educador de Recife diz, ainda, que:

Só educadoras e educadores autoritários negam a solidariedade entre o ato de educar e o ato de serem educados pelos educandos; só eles separam o ato de ensinar do de aprender, de tal modo que ensina quem se supõe sabendo e aprende quem é tido como quem nada sabe (FREIRE, 2005, p. 29).

Na verdade, sempre temos algo a ensinar, enquanto outros vão ter sempre algo a aprender. “Programados para aprender e impossibilitados de viver sem a referência de um amanhã, onde quer que haja mulheres e homens há sempre o que fazer, há sempre o que ensinar, há sempre o que aprender” (FREIRE, 2017, p.82). O saber é construído ao longo da vida através de experiências e pensamentos já adquiridos por outras pessoas, o que comprova que ninguém já nasce sabendo tudo ou é dono da verdade absoluta e acabada, como faziam (e ainda fazem) as classes dominantes.

Com o passar dos tempos a imagem autoritária sobre educação foi sendo transformada e passou a ser observada sob outra ótica mais humana. A participação democrática tenta superar as dificuldades nos vieses que tange esse processo, tanto na alfabetização de adultos, quanto na formação da biblioteca popular, com fundamental importância na formação de leitores críticos. Partir de seus próprios conceitos e ensinamentos e suas histórias sejam estas escritas ou orais é um desafio, mas com esforço se torna possível a idealização dessa biblioteca onde as páginas

São Tomé mantém laços afetivos estreitos exatamente por essa origem em comum dos dois povos. (SANTIAGO, s. d.).

dos livros a serem escritas, terão por autores os próprios educandos.

Ainda sobre a palestra proferida por FREIRE, quando tecemos um diálogo com os mais velhos a respeito de suas histórias e vivências, eles nos mostram um conteúdo tão rico que às vezes não encontramos nos livros.

Percebe-se que:

Daí a necessidade que tem uma biblioteca popular centrada nessa linha de estimular a criação de horas de trabalho em grupo, em que se façam verdadeiros seminários de leitura, ora buscando o adentramento crítico no texto, procurando aprender a sua significação mais profunda, ora de a linguagem popular é intensamente rica. (FREIRE, 2005, p. 33).

Para que dê certo a realização desse tipo de trabalho, é necessário o envolvimento de profissionais competentes e que saibam fazer um levantamento geral da área a ser pesquisada. As pessoas mais indicadas são os bibliotecários, documentalistas, educadores e historiadores. E as ferramentas podem ser as entrevistas gravadas. Os moradores mais velhos de qualquer localidade sempre terão fabulosas histórias para contar, principalmente quando se tratar de vultos populares. (FREIRE, 2005, p. 34).

Difícil encontrar um lugar que nunca teve alguma figura humana que a criançada não zombasse ou corresse de medo. O mais cruel era quando os mais velhos se juntavam para contar aqueles cabulosos causos de assombração, lendas e alma penada. Quase não se ouvia a respiração de tanto medo, não podia encostar-se em nada que soltava aquele grito de pavor. Dessas conversas informais que são reveladas também as benzedeadas que abençoam os amores em crise, espantam o mal olhado, e refaz a espinhela caída, as receitas das avós os poetas românticos que nunca param de inventar e de sonhar. (FREIRE, 2005, p. 33).

A partir de então,

Com todo este material poderiam ser feitos folhetos, com o respeito – dos entrevistados. Esses folhetos, bem como as fitas gravadas, poderiam ser usados tanto na biblioteca mesma, em sessões próprias, quanto poderiam ser material de indiscutível valor para os cursos de alfabetização, de pós-alfabetização ou para atividades outras do campo da educação popular na mesma área. (FREIRE, 2005, p. 34).

Claro que as pessoas pertencentes a esses grupos não estão preocupadas com as pesquisas como os pesquisadores. São autores de suas próprias histórias e

apenas as passam de geração em geração. Esses tipos de conversas são mais comuns em comunidades menores e na zona rural. Seria bom demais se esse material fosse intercambiado entre as regiões propagando o rico acervo de uma biblioteca popular. (FREIRE, 2005, p. 34).

Retomando o assunto sobre a alfabetização de adultos na República Democrática de São Tomé e Príncipe. Paulo Freire teve a parceria do governo que o apoiou em suas ideias. Se ocorresse tal entendimento em todos os lugares, a educação no mundo seria a ideal e tão almejada pela humanidade. Mas a realidade não oferece essa concordância, pelo contrário. Lá a prática da alfabetização e da pós-alfabetização é orientada através dos cadernos de cultura popular. São assim definidos:

Cadernos de cultura popular é o nome genérico que vem sendo dado a esta série de livros de que o primeiro é o da alfabetização. Este primeiro caderno é composto de duas partes, sendo a segunda uma introdução à pós-alfabetização. Como reforço a este primeiro caderno há um outro de exercícios, chamado Praticar para Aprender (FREIRE, 2005, p. 38-39).

O segundo caderno é composto de textos com linguagem simples, em diversas temáticas com atualidades do país. Os alunos são incentivados a não fazer uma leitura mecânica, desenvolvendo um olhar crítico que ajuda na construção da própria identidade, focados na socialização e na democracia. Existe, ainda, um terceiro caderno que trata do ensino da aritmética. Um quarto caderno, que contém assuntos sobre a saúde, e um quinto, de autoria do professor chileno Antônio Faúndez, trazem uma série de textos com aprofundamentos de assuntos já mencionados no segundo. Há um sexto caderno, também de autoria do mesmo professor, o qual, por meio do Conselho Mundial das Igrejas, deu uma grande contribuição ao país” (FREIRE, 2005).

A participação popular tornou-se ponto chave para o sucesso desse processo. Para que uma ação desse tipo dê certo todos precisam estar envolvidos participando democraticamente. Tanto o povo quanto os governantes. Sabemos que não é bem assim que acontece na realidade e nem sempre a satisfação nacional é o foco dos políticos. Sobretudo quando o assunto em pauta é sobre educação para todos.

Voltando ao que Paulo Freire (2005, p.47) afirma sobre a prática para aprender, que consta no caderno de exercícios, não há melhor ferramenta para a aprendizagem na fase da alfabetização e pós-alfabetização do que

Se é praticando que se aprende a nadar.
 Se é praticando que se aprende a trabalhar.
 É praticando também que se aprende a ler e a escrever.
 Vamos praticar para aprender.
 E aprender para praticar melhor.

Vamos ler:
 Povo
 Saúde
 [...]

Na sequência desse comando de palavras, os alunos têm um espaço em branco onde são convidados a escrever o que terminaram de ler. A partir dessas palavras o professor pode e deve incentivar os alunos a construírem frases ou pequenos textos, respeitando sempre o limite de cada um. Posteriormente é pedido que se faça uma avaliação dos resultados obtidos na prática.

Para que o sentido da leitura seja apreendido, é necessário que ela seja reinventada cada vez que é praticada, originando novas diretrizes para a visão crítica do indivíduo. Através desses novos horizontes surgem as possibilidades para a transformação na sociedade.

Ler, segundo Freire, não é caminhar sobre as letras, mas interpretar o mundo e poder lançar sua palavra sobre ele, interferir no mundo pela ação. Ler é tomar consciência. A leitura é antes de tudo uma interpretação do mundo em que se vive. Mas não só ler. É também [...] falar sobre ele, interpretá-lo, escrevê-lo. Ler e escrever, dentro desta perspectiva, é também libertar-se. Leitura e escrita como prática de liberdade (ALMEIDA, 2009, sem paginação).

Para o patrono da educação brasileira, a leitura do mundo antecede a leitura das letras. A leitura é, assim, um fato político-cultural de participação e de libertação.

O que o homem e a mulher leem precisa ter um significado para eles. “Vovó vê a uva” não significa nada. Com o método de Freire, os adultos não se sentem alheios aos temas de sua escrita, e a leitura transforma-se em um aprofundamento do que já vive, pois partem de suas experiências como trabalhadores e cidadãos.

Um folião de Reis, o camponês mineiro Antonio Cícero de Souza, o Ciço, entrevistado pelo antropólogo Carlos Rodrigues Brandão¹³, assim expressa o que para ele é educação:

¹³ Carlos Rodrigues Brandão, antropólogo, educador, escritor, poeta, pesquisador, possui publicações

quando o senhor chega e diz “educação”, vem do seu mundo, o mesmo... um outro. Quando eu sou quem fala, vem de um outro mundo. Vem dum fundo de oco que é o lugar dum pobre [...]. No seu essa palavra vem junto com o que? Com escola, não vem? Com aquele professor fino, de roupa boa, estudado, livro novo, bom, caderno, caneta, tudo muito separado, cada coisa no seu jeito, como deve ser. Um estudo que cresce e que vai muito longe de um saberzinho só de alfabeto... uma conta aqui, outra ali. [...]. Quando o senhor fala a palavra conforme eu sei pronunciar também, ela vem misturada no pensamento com recursos que no seu mundo tem. [...] Quando eu falo, o pensamento vem dum outro mundo. Um que pode até ser vizinho do seu, vizinho assim, de confrontante, mas não é o mesmo. A escolinha cai-não-cai ali num canto de roça, a professorinha dali mesmo, os recursos, tudo como é o resto da regra de pobre. Estudo? Um ano, dois, nem três. Comigo não foi nem três. Então eu digo: “educação” e penso: “enxada”; o que foi para mim. [...] O que a gente aprende mesmo, pros usos da roça, é na roça. (BRANDÃO, 1985, *apud* BERNARDES, 2011, p. 19).

Ficamos tão envolvidos com o que acreditamos ser o saber que o povo precisa aprender, com as leituras que ele deve fazer, que nos esquecemos de buscar o que ele necessita, o que para ele tem significado. Cícero sabiamente faz sua crítica: “a gente fica pensando: ‘o que é que a escola ensina, meu Deus?’ Sabe? Tem vez que eu penso que pros pobres a escola ensina o mundo como ele não é” (BRANDÃO, 1985, *apud* BERNARDES, 2011, p. 20).

Destacamos os autores Marcel Proust e Paulo Freire nas reflexões sobre o processo da leitura, o ato de ler e da formação do leitor. Assemelham-se com seus pensamentos e ideias, quando se referem às lembranças dos livros, e da importância das leituras realizadas em suas infâncias. Tiveram a oportunidade de ler e sentir prazer no que liam. Isso acontece quando se tem contato com a leitura desde cedo. Uma ligação significativa, envolvendo sentimentos, despertando emoções, abrindo portas para a imaginação e conhecimento, foi estabelecida para que ficasse na lembrança.

Tanto Marcel Proust, quanto Paulo Freire, viveram em seus mundos experiências de leitura que marcaram suas vidas para sempre. Em contextos e tempos diferentes, mas, definidos por ideias e comportamentos bem próximos em vários aspectos, sobretudo pela paixão pela leitura.

na área de antropologia, cultura popular, etnia e educação, com foco na educação popular, e poesia. Atuou com Paulo Freire e essa convivência é narrada por Brandão em uma entrevista “entre árvores e sabiás” à Fernandes, Alvarenga e Spigolon (2017).

Vemos em comum que, para os dois autores, a leitura impulsiona para o porvir, O leitor proustiano é o que pensa através das conclusões que vêm dos outros, que concebe por si a partir do arrebuo despertado pela leitura. O ato de ler leva o leitor intencionalmente para fora do texto. Em Freire, o voltar-se para além da obra lida significa remeter o leitor para uma análise crítica do contexto social, econômico, político e cultural em que vive, e o impulsiona a transformar a sociedade.

Despertar nas crianças o gosto pela leitura é torná-las adeptas ao hábito de ler. Esse ato jamais deve ser mecânico, mas espontâneo longe de decodificação. Ler significa entender o mundo, comunicar-se com os outros, encontrar a própria identidade, e saber interpretar não apenas os textos, mas a sociedade. Ler é o elo que nos conecta ao nosso meio, ao nosso mundo e o mundo dos outros. Podem passar muitos anos, a leitura estará sempre lá, pronta para ser explorada.



Figura 4 - André Kertész, *Venice Young man reading on canal side*, Venice, 1963.

3. UM RECORTE HISTÓRICO DAS BIBLIOTECAS NO BRASIL: DOS JESUÍTAS À REPÚBLICA

O objetivo deste capítulo é descrever alguns momentos da história da instituição escolar, destacando a organização, finalidades e funcionamento da biblioteca escolar, dos jesuítas à Nova República.

3.1 As origens mais remotas

Para contextualizar melhor o assunto, primeiramente, fazemos uma breve leitura através do tempo. Ermakoff (2015, p.15), destaca que foi mais precisamente na região fértil e agrícola, localizada em territórios pertencentes a Israel, na Jordânia, no Líbano, parte da Turquia, Síria, Iraque, Egito e Irã. Enfim, onde tudo começou... “Nosso percurso inicia-se com a invenção da escrita, ocorrida em alguma data anterior a 3000 A.C., na região onde correm os rios Jordão, Eufrates, Tigre e Nilo” (ERMAKOFF, 2015, p. 15).

Esse ponto do mundo ficou conhecido como o berço da civilização, e porque não dizer também o berço das bibliotecas, pois o início delas se deu naquele lugar, onde existem registros da cultura de um povo que viveu há milhares de anos. A escrita cuneiforme, por exemplo, tão utilizada pelos povos sumérios e acadianos marcou essa época. Fez parte e construiu a história. Na ausência do papel ou outro suporte de escrita, os famosos bloquinhos de argila serviam para escrever ou fazer as marcações as quais se davam em forma de cunha.

Para uma maior durabilidade dos bloquinhos de argila, Ermakoff (2015, p.15), afirma que “eram levadas a um forno ou colocadas ao sol para secagem, tornando-se muito resistentes, razão pela qual muitas delas sobreviverem enterradas por até cinco mil anos.” ERMAKOFF (2015, p.15). As tabuletas ou os bloquinhos, não tinham um tamanho padrão. Umas maiores e outras menores que cabiam na palma da mão.

Devido a essa resistência é que foram encontrados vários bloquinhos durante escavações pelos arqueólogos, nas ruínas das cidades, depois dos ataques que sofriam. Ataques estes que ocorriam com frequência naquela época. O primeiro foco de destruição quando um reino guerrilhava com outro eram as bibliotecas. Esse ato era para apagar por completo a cultura do povo derrotado.

Foi por meio dessas escavações que o arqueólogo italiano Paolo Matthiane, da Universidade de Roma La Sapienza, uma biblioteca, datada do ano de (c. 2500-2000 A.C.). Nesses bloquinhos ou tabuletas, assim chamadas, os sumérios com a escrita cuneiforme registraram um “dialeto proto-hebraico que correspondia aos dicionários, dados econômicos, transações comerciais, relações políticas com outras cidades, decretos, tratados e listas de reis” (ERMAKOFF, 2015, p. 16). De acordo com esse mesmo autor, essas anotações foram encontradas organizadas em estantes presas às paredes depois de sofrer um incêndio. A cidade de Ebla foi incendiada por três vezes, na última foi banida totalmente, restando apenas as ruínas.

Diante de tantos ataques às bibliotecas e às cidades da antiguidade, se tem notícias de uma:

Outra grande biblioteca com escrita cuneiforme, contendo cerca de 40 mil peças de argila, foi descoberta em Nippur, centro religioso da Mesopotâmia, hoje no sudeste do Iraque fundado por volta do ano 5000 A.C. e existente até cerca de 800 D.C. Seu acervo é composto de documentos legais e de textos médicos, históricos e escolares. (ERMAKOFF, 2015, p. 16).

Difícil imaginar a quantidade de informações que foram perdidas. Informações preciosas que ficaram para trás e fez parte da cultura de muitos povos e nações. Milhares de pessoas que viveram em tempos remotos, que lutaram bravamente, mas não conseguiram terminar de escrever suas histórias.

Neste contexto histórico e embasado às descobertas dos arqueólogos, não podemos deixar de mencionar a biblioteca de Nínive, antiga capital da Síria. Conforme Ermakoff (2015, p.16), essa biblioteca pertenceu ao “palácio do Rei Assurbanípal (c. 690-627 A.C.), estabelecida entre os anos de 668-627 A.C.” Fazia parte do material encontrado aproximadamente 30 mil tabuletas. Os assuntos eram diversificados entre geografia, religião, astrologia, medicina entre outros.

Depois da descoberta valiosa pelo arqueólogo Hormuzd Rassan, todo esse material foi levado para o museu Britânico. De acordo com Ermakoff (2015, p.16), se encontra guardado, “em sua base de dados, o Museu Britânico contabiliza 30.943 peças, entre as quais uma cópia composta de 12 tabuletas de *A Epopeia de Gilgamesh*, poema épico da terceira dinastia de Ur (c. 2100 A.C.).” Esse poema se destaca por ser considerado o texto literário mais antigo escrito pelo homem.

Independente das guerras e destruições do passado, o conhecimento da

humanidade ainda necessitava ser guardado. As bibliotecas foram surgindo pelo mundo e nunca pararam de ser construídas. A Biblioteca de Alexandria, por exemplo, no Egito, “talvez a maior e mais importante do mundo antigo” (ERMAKOFF, 2015, p. 19).

Entre mitos e relatos muitas bibliotecas desapareceram junto com suas cidades. Surgiram outras e em diversos lugares conforme os povos iam se formando, guardando suas crenças e culturas. Milhares delas fizeram e fazem parte da nossa história. Temas que serão abordados em outra oportunidade.

3.2 A biblioteca no Brasil colonial

A história do livro e das bibliotecas no Brasil inicia-se a partir de 1549, com a instalação do Governo Geral, em Salvador, Bahia. É a partir desse ano que se iniciou “o sistema educacional no Brasil e é com o estabelecimento dos conventos de diversas ordens religiosas, principalmente da Companhia de Jesus - os Jesuítas - que foram formados os primeiros acervos no país” (SANTOS, 2010, p. 51).

Conforme apresenta Ermakoff (2015, p.37), houve um marco na história do país, pois ocorreu

grande mudança com a chegada, em 29 de março de 1549, em Salvador, Bahia, do primeiro governador-geral, Tomé de Souza, acompanhado do padre Manuel da Nóbrega e de mais cinco jesuítas sob a sua liderança: [...]. Instalado o governo geral, a cidade tornou-se a primeira capital do Brasil (ERMAKOFF, 2015, p. 37).

Depois de nove anos que a Companhia de Jesus havia sido fundada, os jesuítas tinham, também, entre suas ações, a catequização dos índios, a assistência religiosa, o ensino e educação dos colonos. Apresentavam como característica possuir bibliotecas em suas escolas. Referindo-se às casas no norte do Brasil, Serafim Leite afirma: "Não havia aldeia, por mais recuada que fosse na profundidade dos sertões e rios, que a não iluminasse ao menos uma estante de livros" (2004, t. IV, p. 113).

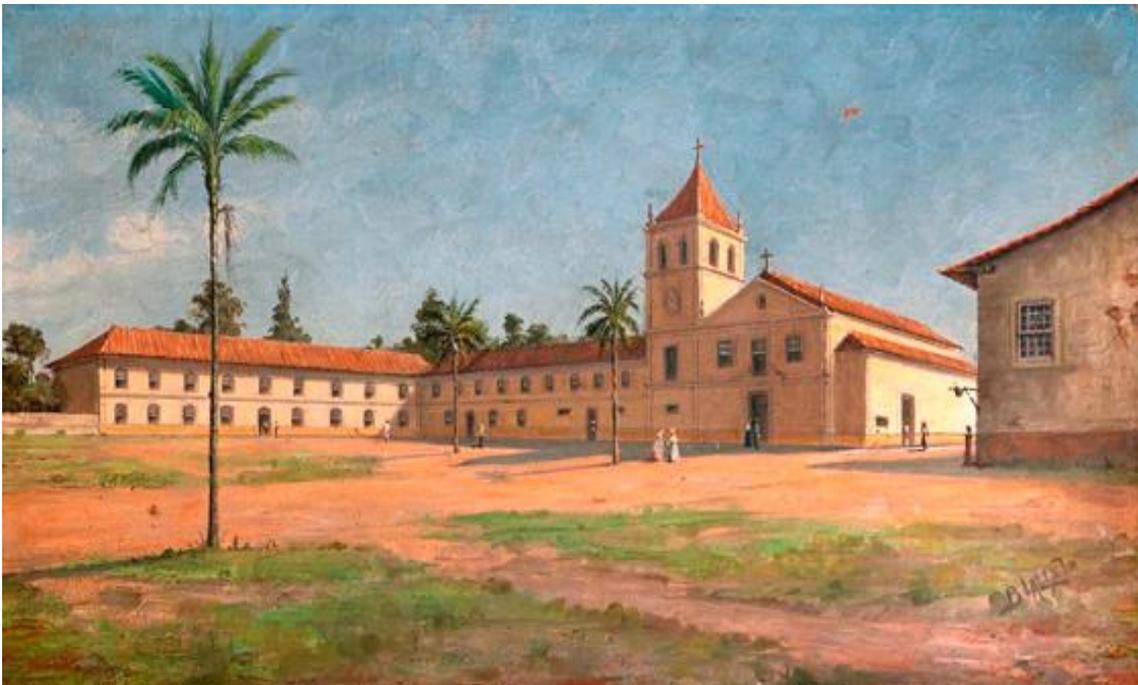
As bibliotecas criadas em diferentes locais não ficariam restritas aos alunos e professores. Toda a comunidade podia utilizar, porém era necessário formalizar um pedido e o acesso era liberado. “As bibliotecas dos jesuítas não ficavam abertas só para os alunos e padres, mas para qualquer pessoa que fizesse o pedido competente” (MORAES, 1979, p. 5).

A existência de livros era escassa nos primeiros séculos do Brasil colônia. Os primeiros registros revelam que eram obras de religião ou de Latim – solicitados pelos jesuítas. Como eram em pequeno número, esses religiosos copiavam os livros a mão para serem usufruídos por seus aprendizes durante as atividades de ensino e na doutrinação religiosa. As obras religiosas e devocionais compunham, assim, a literatura dominante no século XVI. Entretanto, apesar das proibições, realizava-se a leitura de obras vetadas como *Diana*, de Jorge Montemor; ou *Metamorfoses*, de Ovídio (PAIM DOS SANTOS, 2009).

Em decorrência à desobediência nessas leituras,

as influências da intelectualidade francesa, bebidas nas páginas das obras proibidas e os constantes questionamentos à ordem econômica e social instauradas pela Coroa portuguesa, fomentavam uma tensão permanente nas terras da colônia. Nessa perspectiva ‘Estado e igreja tomaram livros e saberes escolares como fonte de inquietação, de questionamento e, no limite, de ruptura dos laços coloniais’ (VILLALTA, 1997, *apud* PAIM DOS SANTOS, 2009, p. 1).

Figura 5 – *Pátio do Colégio* criado por José de Anchieta em São Vicente, SP (1554).



Fonte: Benedito Calixto, *Pátio do Colégio*, s. d.

Segundo Serafim Leite (2004, p. 144), eminente pesquisador do período colonial brasileiro, sobretudo das Companhias de Jesus instaladas no Brasil, um aspecto importante sobre a educação nesse período é que “a Igreja foi à única

educadora do Brasil até o fim do século XVIII, representada por todas as organizações religiosas do clero secular e do clero regular, que possuíam casas no Brasil”. Em 1554, padres jesuítas, entre os quais José de Anchieta, fundaram na capitania de São Vicente, um colégio que daria origem à Vila de São Paulo (Figura 1)..

A maior biblioteca jesuíta estava localizada no Colégio dos Meninos, em Salvador, conforme mostra a (Figura 6), a qual chegou a possuir um acervo de milhares de exemplares abrangendo todas as áreas do conhecimento humano. Na imagem, aparece o Terreiro de Jesus, como seria em 1808, com a Catedral (igreja dos jesuítas) e outras instalações do antigo Colégio.

A utilização dos livros era regulamentada nos colégios. Entre as normas, estavam os cuidados obrigatórios com as obras. Segundo o regulamento, o aluno que riscasse um livro seria castigado e recomendava: "Tratem os livros com asseio, como convém a meninos bem-criados" (LEITE, 2004, t. V, p. 247). Além disso, o hábito de leitura era sempre incentivado. Para isso, os padres distribuía livros como prêmios em datas especiais, como em festas de início do ano letivo (SILVA, 2008).

Figura 6 – Colégio dos Meninos, Salvador, BA.



Fonte: Foto Victor Frond, 1858. Enciclopédia Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras.

Nessa época não existiam tipografias, mas o acervo que os jesuítas possuíam era muito grande. Segundo o autor Ermakoff (2015, p. 39), a justificativa de seu tamanho era devido à relação existente entre a vida monástica e a leitura, presente ainda hoje. Por meio do ato de ler, obtinha-se a sabedoria indispensável à realização das atividades religiosas e à prática da vida espiritual [...]. Os monges precisavam preparar-se para serem educadores. Esse exercício de leitura constante os obrigava a uma permanente busca de novos conhecimentos.

É no Rio de Janeiro, na biblioteca do Colégio Jesuíta, que nos vem uma informação dada por Moraes (1979, *apud* SANTOS, 2010, p. 53): “além de possuir um grande acervo, cerca de 5434 volumes, sempre tiveram excelentes bibliotecários e um deles, Irmão Antônio da Costa, catalogou todos os livros da biblioteca por autor e assunto, sendo o primeiro catálogo brasileiro verdadeiro”.

As bibliotecas de outras ordens religiosas também apresentaram certo destaque, porém o seu acervo era composto, na sua maioria, por obras religiosas. Outras ordens católicas tinham bibliotecas em seus conventos. Segundo Carvalho Silva (2011, p. 23-24, adaptado), podemos destacar que, além dos padres jesuítas, outras ordens deram suas contribuições à leitura, como os franciscanos, os beneditinos e os carmelitas, chegados nos meados do século XVI. Os franciscanos, por exemplo, agregaram métodos de valores experimentais das ciências, valorizando os estudos de ideais franceses, representados, sobretudo pela ideia do iluminismo, enquanto os jesuítas eram essencialmente escolásticos.

De modo geral, o Brasil colônia retinha os livros nos Conventos. São Paulo teve duas bibliotecas conventuais: uma delas é a de São Bento¹⁴ (Figura 7). A Biblioteca do Mosteiro de São Bento de São Paulo foi criada junto à fundação do Mosteiro, em 1598, ainda que formada por uma reduzida coleção de livros. Destaca-se a sua coleção de obras raras, como uma bíblia de Gutenberg, o pai da imprensa, o mais raro do acervo, datada de 1496, quatro anos mais velha que o nosso país¹⁵.

¹⁴ “O Mosteiro de São Bento está localizado no Largo de São Bento, Centro de São Paulo. O local é um conjunto formado por: Basílica Abacial Nossa Senhora da Assunção, Colégio de São Bento (antigo Ginásio São Bento) e Faculdade de São Bento. Sua estrutura atual começou a ser construída entre 1910 e 1912. Em 1908, foi fundada a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras São Bento, que seria o embrião da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, criada em 1946. Em 1959, a Faculdade e uma biblioteca completa foram doadas pelo Mosteiro à PUC” (Arquidiocese de São Paulo, adaptado).

¹⁵ Outros livros raros da coleção: um comentário da bíblia de 1500, uma bíblia em alemão de Lutero, de 1656, a enciclopédia “História Natural do Brasil”, de 1658, os tratados de Aristóteles, de 1607, Steganographia, do monge Johannes Trithemius, de 1676 e um antifonal – base para o canto gregoriano – de 1715.

Figura 7 – Mosteiro de São Bento, São Paulo (1920).



Fonte: Biblioteca do Mosteiro de São Bento, Cultura geral: diálogo com a contemporaneidade.

O Convento de São Francisco (Figura 8)¹⁶, por Decreto Imperial de 11 de agosto de 1827, foi escolhido para abrigar os Cursos Jurídicos, com a concordância dos frades franciscanos.

Nos primeiros anos, o Convento e uma escola funcionaram juntos. Os estudantes entravam pela Sacristia para chegar às classes, e era o sino da igreja que os chamava para as aulas. Desde a sua criação até sua incorporação à Universidade de São Paulo, a Faculdade de Direito pertenceu ao Governo Central, primeiro, monárquico e, depois, republicano. As origens de sua biblioteca remontam ao século XVIII, com o legado da Biblioteca do Bispo de Funchal ao Convento de São Francisco. Dom Manoel da Ressurreição, terceiro Bispo de São Paulo, colocou esse acervo à disposição do clero e dos estudantes, instituindo, assim, a primeira biblioteca pública

¹⁶ O Convento de São Francisco é uma instituição religiosa instalada na vila de São Paulo, no Brasil colonial. Em 1827/28 os franciscanos abandonaram o edifício do convento, por esse ter sido requerido pelo governo imperial para instalar ali a Academia de Ciências Sociais e Jurídicas, atualmente Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. (Wikipédia).

da cidade de São Paulo.

Fundada em 1825, a primeira Biblioteca Pública da cidade de São Paulo nasce no contexto da independência do Brasil e do projeto de organização de suas instituições político-administrativas. Trata-se, portanto, de um projeto a um só tempo de natureza cultural e política, com o objetivo de integrar as províncias ao poder central e, ao mesmo tempo, fomentar as atividades do espírito em meio a população (Deaecto, 2017, p. 1).

Figura 8 – Academia de Direito e Convento de São Francisco, SP, 1862.



Fonte: Foto de Militão Augusto de Azevedo. Biblioteca Mário de Andrade.

Ressaltamos que essa instituição pública e laica, gerida pelo governo federal, viria contrapor-se às bibliotecas religiosas criadas pelos jesuítas no Brasil.

Novas bibliotecas abertas ao público foram instituídas a partir da década de 1860, sobretudo por iniciativa de clubes, sociedades e instituições de ensino privado. Deaecto (2017) destaca, por exemplo, a ação da maçonaria, criando a Biblioteca da Sociedade Propagadora, cujo objetivo era o de difundir o ensino gratuito, técnico ou profissional. Os poderes públicos somente voltariam a investir em bibliotecas de porte apenas em 1895, já no período republicano. Segundo o recenseamento de 1891, havia na capital paulista apenas duas bibliotecas públicas, a da Faculdade de Direito do Largo São Francisco e a do Liceu de Artes e Ofícios”, ambas integradas a

instituições de ensino.

Com a criação da Universidade de São Paulo, 1934, a Faculdade de Direito foi reformada. A Biblioteca instalou-se em suas atuais dependências, ocupando grande parte do primeiro pavimento do prédio do Largo São Francisco.

A força dos colégios religiosos na construção das bibliotecas escolares deu-se, de modo significativo, até o término do século XVIII, quando inicia sua decadência, concretizada em meados do século XIX. A expulsão dos Jesuítas, em 1759,¹⁷ pelo Marques de Pombal, representou uma lamentável perda para as bibliotecas brasileiras.¹⁸ De acordo com Moraes (1979, p. 6) a situação ficou da seguinte forma:

As bibliotecas sofreram um golpe terrível com a expulsão da Companhia de Jesus. Todos os seus bens foram confiscados, inclusive as bibliotecas. Livros retirados dos colégios ficaram amontoados em lugares impróprios, durante anos, enquanto se procedia ao inventário dos bens inacianos. Se uma ou outra obra foi incorporada aos bispados, algumas retiradas para Lisboa, a quase totalidade foi dilapidada, roubada ou vendida como papel velho a boticários para embrulhar unguentos. O clima úmido e os insetos deram cabo do restante (MORAES, 1979, p. 6).

A história dos livros e das bibliotecas em nosso país tomou um novo rumo com a chegada da família real portuguesa. “As primeiras bibliotecas públicas brasileiras surgiram após o estabelecimento da Família Real no Brasil, em 1808” (ERMAKOFF, 2015, p. 50).

A Biblioteca Real foi a primeira biblioteca oficialmente estabelecida no Brasil, isto em 1808. Esta biblioteca foi instalada em uma das salas do Hospital do Convento da Ordem Terceira do Carmo, porém abriu as suas portas somente três anos após a sua instalação, contendo “cerca de 60 mil itens entre manuscritos, livros, desenhos, gravuras, mapas, documentos, peças de numismática e a Biblioteca do Infantado” (ERMAKOFF, 2015, p. 95). Primeiramente, o acesso ao seu acervo era permitido

¹⁷ A carência de escravos negros estimulava muitos colonos a apresar e escravizar os indígenas. Os jesuítas eram contrários a tal prática, e frequentemente apoiavam os índios contra os colonos. Observando os prejuízos causados por essa situação, o ministro do rei Dom José I, Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal (1699 - 1782), expulsou os jesuítas e instituiu o fim da escravidão do povo indígena.

¹⁸ A circular de 19 de maio de 1835, do governo imperial, introduzida pelo Marquês de Pombal proibindo o noviciado, foi uma sentença de morte para os conventos. Algumas ordens, em certas províncias, resistiriam mais tempo que em outras. (MORAES, 2006). Vale ressaltar que a circular introduzida por Pombal se justifica pela ascensão do ideal iluminista, a partir da França, que se contrapunha a ideologia da igreja católica. O conflito entre o iluminismo e a igreja católica teve destacada ênfase durante o século XVIII e meados do século XIX, o que levou a decadência de diversos conventos no Brasil (CARVALHO SILVA, 2011, p. 493).

somente a estudiosos, mediante pedido formal.

A chegada da família real também possibilitou “a instalação da Imprensa Régia, a primeira editora-impressora no Brasil, fundada por decreto em 13 de maio de 1808” (ERMAKOFF, 2015, p. 95). A partir deste momento, os livros passaram a serem impressos no Brasil, contribuindo decisivamente para o desenvolvimento da educação em nosso país. A Imprensa Régia imprimiu uma infinidade de livros com fins pedagógicos.¹⁹

Em 1811 foi criada, em Salvador, a primeira biblioteca pública do Brasil. Conforme afirma Ermakoff, (2015, p. 50), “A Biblioteca Pública da Bahia, por sua vez, fundada com recursos privados em Salvador, em 1811, é tida como a primeira biblioteca pública brasileira, mas só passou a esfera do poder público em 1822, após a proclamação da Independência”. É importante destacar que as bibliotecas fundadas anteriormente no Brasil, como as bibliotecas monásticas, não eram públicas e a Biblioteca Real do Rio de Janeiro já existia em Lisboa, o que implica que somente foi transferida para nosso país. E assim aconteceu, “seja como for, ainda no século XIX, implantaram-se muitas bibliotecas públicas de norte a sul do país” (ERMAKOFF, 2015, p. 50).

Foi somente no ano de 1814, três anos após a sua abertura, que o acesso se tornou público. “A biblioteca deixou de atender apenas às pessoas autorizadas pelo príncipe regente e abriu suas portas para o público em geral” (ERMAKOFF, 2015, p. 96). O seu acervo era enriquecido constantemente através da compra e doações de coleções particulares e de espólios.

A Biblioteca Real recebeu a condição de depositária legal brasileira, o que ajudou muito no crescimento do acervo. “A própria Real Biblioteca, que pertencia aos reis de Portugal, transformou-se na nossa maior biblioteca pública, a atual Biblioteca Nacional” (ERMAKOFF, 2015, p. 50). Desde então passou por várias reformas e não parou de crescer. Diante de significativa transformação, afirma-se que:

Na virada do século XIX para o século XX, o acervo já atingira 705 mil itens, entre os quais 202 livros. Data de então, a posse do mais longo dos diretores, Manoel Cícero Peregrino da Silva. Bacharel em

¹⁹ No entanto, a comodidade dessa impressão ser aqui no Brasil, não era tão simples como se imagina. “A Impressão Régia teve sempre dificuldades financeiras.” Como a crise se estendia, o governo anexou, segundo esse mesmo autor, a “Fábrica de Cartas de Jogar.” Essa renda extra apenas servia para sobrevivência. O ofício da fabricação das cartas pertencia ao monopólio da coroa, mas em negócios rendosos e tentadores tinham aqueles que falsificava retirando proveito da situação. Fabricar cartas de jogar era crime. (MORAES, 1979, p, 104).

Direito, formado pela Faculdade de Direito do Recife, da qual fora bibliotecário [...]. Permaneceu em suas funções até 1924, salvo pequenos intervalos, nos quais foi chamado para ocupar outros cargos (ERMAKOFF, 2015, p. 101).

Durante a época colonial, as bibliotecas no Brasil não ficaram restritas aos espaços dos mosteiros (Bibliotecas Monásticas). As bibliotecas particulares merecem um destaque especial, em virtude do considerável número delas espalhadas pelo Brasil. Podemos observar que “há muitas pessoas que têm, em suas casas ou no escritório, bibliotecas de tamanhos variados, dependendo do seu grau de ligação com os livros, o hábito de leitura e as necessidades de aprendizado, pesquisa e consulta, e lugar para armazená-los” (ERMAKOFF, 2015, p. 61).

Essas bibliotecas particulares podiam pertencer, ainda, aos profissionais liberais (advogados, farmacêuticos, médicos, comerciantes e altos funcionários públicos). Seja quem fossem seus donos, não há possibilidade de contabilizar ao certo quantas são. Sabemos sim de sua importância e o quanto significa para nós.

Esse âmbito privado tem uma explicação. Segundo Villalta (1997, p. 351

Ditadas sob a égide repressiva da Coroa portuguesa, os princípios educacionais implantados na colônia, moviam-se paradoxalmente entre o progresso e a subordinação aos limites impostos pelos colonizadores, considerando-se que estes priorizaram, de um lado, uma não-pedagogia, acionando no cotidiano o aparato repressivo para inculcar a obediência [...] e, de outro, cultivaram uma educação para a mera sobrevivência atribuindo à iniciativa privada tarefas educacionais cujo sentido restringia-se à reprodução da ordem social.

Dedicado às elites, o ensino privado predominou entre os que alimentavam ambições de ter uma instrução colegial ou acadêmica. Transgredindo os anseios dos colonizadores, a educação privada da colônia fundamentou uma nova abordagem sobre o saber, pois, embora tendo como foco apenas no ensino de ofícios existentes na época e na aprendizagem das primeiras letras, por meio do estado, o indivíduo foi conduzido a sujeito principal da construção do seu próprio conhecimento, procurando a sua formação nos livros das bibliotecas, como como autodidata (PAIM DOS SANTOS, 2009).

Segundo essa mesma autora,

O hábito da leitura entre poucos intelectuais e a prática da oralidade resultante desse hábito foram pontos significativos na luta contra o domínio colonial. Nos espaços públicos, o conhecimento tirado dos livros deu origem a discursos que, se ainda não provocavam emergências de lutas armadas, ao menos questionavam a Fé, a Lei e o Rei, lançando as bases das futuras lutas contra o domínio colonial (2009, p. 7).

Assim, o século XVIII caracteriza-se como o século de transformações intensas no pensamento da colônia.

Salientamos que a biblioteca escolar recebeu uma inédita feição no término do século XIX e começo do século XX. Esse fato nos leva à três ponderações: a primeira é de que a biblioteca escolar nasce com um grande aparato estrutural, seja em relação à infraestrutura, seja referente ao acervo ; a segunda é que o acesso à ela era exclusivo dos membros das ordens religiosas, como bispos, padres e outros indivíduos pertencentes à igreja; e, a terceira é que a biblioteca escolar, em muitos casos, entre o século XVI e XIX, assemelhava-se mais a uma biblioteca especializada, por ser mais usufruída para estudos religiosos e científicos, buscando esmerar a educação religiosa de seus beneficiados para a incumbência de catequizar e instruir colonos e índios.

Esse aparato religioso dado à biblioteca escolar [...] tem duas situações complementares que influenciam a sua realidade atual: a primeira é de que ela seria acessível essencialmente a um público com *status* econômico e social mais elevado, principalmente ao dos colégios particulares; e, a segunda é que a ideia de biblioteca escolar está amplamente concatenada à percepção religiosa. Como consequência aparece uma terceira situação que, de certo modo, é uma tentativa de expandir a ideia de biblioteca escolar para outras escolas consideradas mais carentes, especialmente as de caráter público. No entanto, em termos factuais, nessa tentativa menospreza-se o potencial educativo e informacional da biblioteca escolar, predominando nela, ainda hoje, a composição de um espaço qualquer com livros de qualquer natureza, dentro da escola (CARVALHO SILVA, 2011, p. 495).

Na verdade, ainda hoje se sabe muito pouco sobre as bibliotecas do período colonial. Faltam fontes e mais pesquisas. As bibliotecas jesuíticas são as de que se tem mais conhecimento, em razão do trabalho, entre outros, publicado em “História da Companhia de Jesus no Brasil”, de Serafim Leite, S. J. (2004).²⁰

²⁰ Trata-se de uma obra sobre a atuação da ordem no país, em 10 volumes, publicados de 1938 a 1950, reeditada em 2004, edição que foi utilizada para a elaboração da pesquisa. Esse autor “baseou seu

3.3 As bibliotecas escolares no período republicano: alguns recortes

Os primeiros anos da República²¹ são importantes para a vida nacional quando, com o início, ainda que embrionário, da industrialização e o desenvolvimento da classe média urbana, é reconhecido um papel importante à instrução. Segundo Fávero e Molina (2006, p. 57) “As pessoas deveriam conhecer bem suas instituições, proclamava-se a necessidade do amor à pátria, ao próximo e do dever cívico e humanitário, sendo a escola o lugar mais apropriado para inculcar essas ideias”.

Segundo Lemos (2015, p. 15),

A tentativa de deslocar a ideia da biblioteca escolar como espaço reservado a um público elitizado, que frequentava colégios particulares católicos ou protestantes, no final do século XIX e início do século XX, ensejou o surgimento das escolas normais, ainda sob influências religiosas.

Destacamos a Escola Normal, depois Instituto de Educação Caetano de Campos, a qual foi criada em 09 de novembro de 1846, no âmbito de uma reforma educacional escolanovista, efetuada por Fernando de Azevedo em São Paulo. Instalada em um prédio junto à Catedral da Sé, em São Paulo, essa escola tinha como missão a formação de professores primários, além de atender alunos desde a infância. Integrava sua estrutura a Biblioteca Infantil Caetano de Campos (Figura 5).

Com os objetivos de incentivo ao gosto da leitura, despertar a curiosidade pelos livros, enriquecer o vocabulário infantil, estabelecer contato entre os autores de livros infantis e as crianças e estreitar os laços entre a bibliotecária e os alunos, era realizada na Biblioteca Infantil a ‘hora do conto’. Autores convidados ou a bibliotecária narravam histórias, que os alunos eram estimulados a dramatizar, contando com o auxílio ou não da professora da classe. [...]. A Biblioteca Infantil acolhia ainda o museu escolar e, a partir de 1943, as seções de discoteca e filmoteca. Congregando todos esses materiais pedagógicos, a biblioteca ampliava sua função de emuladora de práticas escolares (GONÇALVES, 2014, sem paginação).

trabalho em consultas a fontes primárias e secundárias. O Arquivo Geral da Companhia de Jesus, em Roma, constitui o fundo principal da obra. Foram também consultados arquivos e bibliotecas de outros países europeus. Foi também utilizada bibliografia dos séculos XVI, XVII e XVIII e de autores da historiografia brasileira. No que se refere aos livros e bibliotecas, o autor usa o termo livraria, que era o usual na época” (SILVA, 2008, sem paginação, adaptado).

²¹ O primeiro período da República é denominado República Velha, por vezes Primeira República Brasileira, e estende-se da proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, até a Revolução de 1930 que depôs o 13º e último presidente da República Velha Washington Luís.

As atividades dessa biblioteca escolar são consideradas como modelo em sua época, e isso se deve à relação pedagógica centrada na leitura e no cuidado com o acervo; à existência de mobiliário específico, espaço próprio e tempo determinado (aula de biblioteca) na organização curricular, corpo docente e discente selecionados, com grande homogeneidade cultural, além de condições de trabalho dos professores e dos bibliotecários diferenciados de outras escolas contemporâneas ao Caetano de Campos (Figura 9).

Figura 9 – Hora da leitura na Biblioteca Infantil da Escola Caetano de Campos (1940)



Fonte: Gonçalves (2014). “Álbum de fotografias do Jornal Nosso Esforço [impresso elaborado pelos alunos] (Abdala, 2013, p. 140). Nota: Esta figura é acompanhada da seguinte legenda: Que agradável! Hora de leitura. Ao lado de D. Iracema, os alunos bibliotecários Mário e Raul”. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-99362014000500015

De sua fundação até os dias atuais a Escola passou por diversas instalações e nomenclaturas, bem como alterações em sua grade Curricular. Hoje abriga a Secretaria da Educação de São Paulo.

Buffa e Almeida Pinto (2002, p. 46) comentam que

Com o advento da República, em São Paulo, políticos e educadores passaram a defender um projeto de educação popular por entender que a própria consolidação da República dependia da difusão do ensino primário. Esse projeto assentava-se na criação de uma escola primária graduada, com várias classes e vários professores, e na criação de Escolas Normais para formar esses novos professores. Essa escola elementar, denominada Grupo Escolar, exigia, em primeiro lugar, um espaço adequado para seu funcionamento.

A aprendizagem da leitura, da escrita, assim como o saber contar e votar, eram objetivos do programa republicano, além da valorização da pátria, dos símbolos nacionais, sob princípios da moral e do civismo. “Desse modo, a escola republicana é para a República, ou seja, para legitimar seu poder” (LOPES DE ABREU, 2012, p. 159).

Quanto ao número de bibliotecas públicas, até a década de 1915 somava um total de 14 unidades, reflexo da ausência de investimentos no campo da Educação.

Na década de 1930, os educadores Anísio Teixeira, da Bahia, Fernando de Azevedo e Manuel Lourenço Filho, de São Paulo, lideraram o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. Nesse documento, expressavam o ideal de constituir uma escola laica, pública, universal e gratuita. Para eles, a educação deveria ser para todos. Essa natureza laica pressupunha um ensino sem a influência e orientação religiosa, característica dos processos educacionais iniciado no período colonial.

Eggert-Steindel e Fonseca (2010, p. 2) salientam que “no âmbito nacional, as reformas do ensino pautadas na Escola Nova, realizadas por Fernando de Azevedo (1927-1930) e Anísio Teixeira (1931-1935), legitimaram a biblioteca escolar no sistema de ensino”. Seus esforços para desconstruir a imagem da Biblioteca Escolar como depósito de livros, fazem parte da história das bibliotecas escolares e, nos dias atuais, ganha expressividade com a criação de grupos de estudos sobre biblioteca escolar, alfabetização e leitura.

Nas primeiras décadas do período republicano os governantes trabalharam em prol de um modelo de nacionalização da educação. No período da Segunda República

(1930-1945) consolidou-se a ideologia liberal. Segundo Saviani (2008), os projetos educacionais da época engendraram diretrizes nacionais para a escolarização da população, apesar de assumir um modelo dualista no ensino: um para o povo outro para a elite, voltado para o sistema social produtivo e para a organização da sociedade, entendidos como ideais da educação. Afastavam-se, assim, do “amor à pátria, ao próximo e do dever cívico e humanitário” (FÁVERO; MOLINA, 2006), defendidos à época.

Em 1946 foram promulgadas as Leis Orgânicas Federais do Ensino Primário e do Ensino Normal. Elas integravam um conjunto de leis baixadas de 1942 a 1946, as quais foram denominadas Reformas Capanema. Baseada nessas Reformas, toda a estrutura educacional brasileira foi mudada buscando uma política nacional única para a educação brasileira (BEIRITH, 2009). A biblioteca escolar inseriu-se nesse processo de reforma educacional, sobretudo edificando uma proposta de estímulo ao processo de ensino-aprendizagem, tendo como objetivo maior a formação do leitor.

É ainda na década de 1940 que se começa a pensar (de modo mais significativo) a constituição do acervo e a participação da comunidade escolar nas ações da biblioteca, a partir das exigências políticas e das concepções das Reformas Capanema. Carvalho Silva (2011) relata que, segundo documento do então Ministério da Educação e Saúde, o acervo das bibliotecas deveria abranger:

[...] livros sobre viagens, ciências naturais (tanto quando possível sob a forma atrativa), biografias, poesias, obras didáticas, dicionários, revistas e jornais ilustrados e outros de interesse educativo. [...] As bibliotecas deverão ser enriquecidas com coletâneas feitas pelos próprios alunos com recortes de jornais, reunidos pelos assuntos: poesias fáceis, poesias para classes adiantadas, artigos sobre economia política, contos infantis, charadas, notícias históricas e outros. Quando houver oportunidade, promover-se-á sessão literária e artística, com finalidade educativa, aproveitando-se, quanto possível, a colaboração de intelectuais, ou artistas que estiverem de passagem pela localidade (MES, 1942, *apud* CARVALHO SILVA, 2011, p. 496).

Essa autora salienta que, nas décadas de 1940-1950, se observa um discurso sobre a relevância da constituição do acervo e da participação dos alunos e dos pais na biblioteca escolar. Em relação à composição do acervo, entende-se que ele deve abranger materiais diversos de cunho bibliográfico ou não. Por isso, a autora assegura “que a década de 1950 é o marco para instalação das bibliotecas escolares no Brasil”

(CARVALHO SILVA, 2011, p. 497).).

No decorrer das décadas de 1930 a 1980, a mesma autora afirma que

a falta de uma política nacional para bibliotecas que possa compor um conjunto de ações integradas entre os diversos tipos de bibliotecas (escolares, públicas, universitárias, comunitárias, populares, especializadas, dentre outras), pois é perceptível apenas ações locais isoladas que foram perdendo força durante o transcurso histórico em virtude da falta de incentivo ou de mentalidade política e governamental (CARVALHO SILVA, 2011, p. 497).

Nas últimas décadas do século XX e na primeira década do século XXI, identificamos, políticas ainda acanhadas para o desenvolvimento da biblioteca escolar brasileira, em nível nacional. Como é o caso da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), dos Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997) que contemplam o discurso da biblioteca escolar como espaço de aprendizado e estímulo à leitura e ao aprendizado. Destaca-se também a criação do Projeto Ciranda de Livros e o Programa Salas de Leitura (década de 1980); o Programa Nacional de Incentivo à Leitura – PROLER (implantado a partir de 1992) e do Programa Nacional Biblioteca na Escola-PNBE (BRASIL, 1997), também considerado tímido porque está focado na distribuição de livros. Iguma e Fernandes (2010, *apud* CARVALHO SILVA, 2011, p. 498) afirmam que “nascido com a finalidade de semear livros, o PNBE tem desempenhado sua função anualmente, no entanto, a dúvida que segue é até que ponto tem mandado o povo pensar”.

Segundo essa perspectiva histórica, nesse período republicano, de forma aleatória em escolas privadas e, sobretudo, no setor público, a biblioteca escolar aufere valorização mínima no país. No aspecto discursivo, essa situação pode apresentar-se diferente, como deduzimos do Manifesto da UNESCO (1999), além dos discursos apresentados eventos, produções bibliográficas e movimentos políticos. A Lei 12.244, vigente a partir de 20 de maio de 2010 (a qual será comentado em capítulo posterior), busca universalizar as bibliotecas escolares no Brasil, e é resultado de mobilizações políticas em prol da biblioteca escolar.

Como Carvalho Silva (2011), também consideramos que, para mudar as ações relacionadas à biblioteca escolar, é necessário refletir sobre a concepção que se tem dela, a qual deve contemplar e explicitar uma natureza política e social. Conforme declarações do Manifesto da UNESCO (1999)

Além do acervo e seus suportes documentais, a biblioteca escolar deve atender a uma intencionalidade política e social. A intencionalidade política e social está representada na disponibilização de serviços de aprendizagem e nos livros e recursos que permitam aos membros da comunidade escolar tornarem-se pensadores críticos e utilizadores efetivos da informação em diferentes suportes e meios de comunicação. Em outras palavras, cumpre a biblioteca escolar exercer as funções de incentivar a leitura dos estudantes; aprimorar a produção e uso da informação em diversos suportes; organizar atividades que valorizem a consciência social e cultural em nível local, nacional e global; apoiar as atividades integradas ao currículo da escola. Para tanto, é preciso a consecução de políticas e serviços; seleção e aquisição de recursos; provimento do acesso físico e intelectual a fontes adequadas de informação; fornecimento de instalações voltadas à instrução; contratação de pessoal treinado (UNESCO, 1999, *apud* CARVALHO SILVA, 2011, p. 500).

Apenas com uma alteração no discurso, nas instituições escolares e nas políticas pertinentes, é que poderemos alcançar uma transformação nas concepções e nas ações que envolvem a biblioteca escolar no Brasil.



Figura 10 - André Kertész, *Girls in fairy costumes*, New York, 1938.

4. A BIBLIOTECA ESCOLAR NO DISCURSO DA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA, OS CENÁRIOS ATUAIS E A FORMAÇÃO DO LEITOR

Neste capítulo partimos de uma análise da biblioteca escolar no âmbito da legislação educacional federal, período 1996-2017, abrangendo a Lei n. 9.394 - LDB (BRASIL, 1996), os Parâmetros Curriculares Nacionais-PCN (BRASIL, 1997), o PNBE (2009), a Lei n. 12.244 (BRASIL, 2010), o Plano Nacional de Educação-PNE II (BRASIL, 2014) e o Projeto de Lei 9484/18 que dispõe sobre uma nova definição de biblioteca escolar e cria o SNBE. Analisamos, ainda, alguns cenários atuais, a partir das tecnologias digitais, e o papel da biblioteca escolar e do professor para a formação do leitor na educação básica.

4.1 A legislação do período 1996 a 2017 sobre a biblioteca escolar

A LDB/1996

A Lei n. 9.394/96 estabelece as diretrizes e bases da educação brasileira, regulamentando-a, seja o sistema educacional público ou privado, à luz da Constituição Nacional. Anteriores a ela foram a 1ª LDB (BRASIL, 1961), promulgada no governo sob a presidência de João Goulart, fixando as Diretrizes e Bases da Educação Nacional; e a Lei n. 5.692 (BRASIL, 1971), que fixou Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus. Nas duas últimas, não encontramos registro das palavras, livro, leitura e muito menos biblioteca.

Também, quando nos referimos aos dez volumes dos PCN, somente o de Língua Portuguesa fala sobre a biblioteca escolar com mais ênfase. Os outros nove volumes trazem de forma menos intensa, mas sem deixar de destacar sua preciosa contribuição na formação de leitores.

Podemos perceber que só “a partir da década de 1990, que começam a serem observadas algumas políticas em nível nacional mesmo que de forma ainda tímida, alguns parâmetros para o desenvolvimento da biblioteca escolar do país” (SALA; MILITÃO, 2017, p. 3). Vale ressaltar que a biblioteca escolar começa a ser vista como um ambiente favorável e propício à leitura e aprendizado.

Com a LDB vigente (BRASIL, 1996), e os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN (BRASIL, 1997), houve um avanço na conquista de um espaço que contribuiu positivamente para a educação brasileira. Assim “os PCN reconhecem que a

biblioteca é fundamental para o desenvolvimento de um programa de leitura eficiente, que forme leitores competentes e não leitores que leiam apenas esporadicamente” (CAMPELLO, 2008, p. 17). Para que o leitor sinta o desejo e o despertar do ato de ler, é necessário que este local seja de fácil acesso, ambiente tranquilo e agradável, para que esse leitor volte novamente.

Nessa perspectiva, os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN (BRASIL, 1997) vem ao encontro da Lei n. 9.394/96, pois, “ambos contemplam a biblioteca escolar como um ambiente de aprendizado e incentivo à leitura, levantando a relevância da valorização e da preservação da cultura” (SALA; MILITÃO, 2017, p. 3).

Nesse sentido, segundo (CAMPELLO, 2008, p. 18), para a “formação de um cidadão consciente da importância dos diversos acervos culturais (museus, galerias de arte, bibliotecas e arquivos) e da necessidade de frequentá-los”, não basta ter apenas um profissional capacitado para trabalhar nestes locais. Há necessidade de alguém que saiba levar, a todos os usuários, o conhecimento e a informação da maneira mais correta possível, fazendo a diferença na conquista do leitor, e que esse leitor fique satisfeito.

A biblioteca representa vários papéis na vida das pessoas. A escola que possui uma biblioteca em seu interior tem o maior elo para que a união entre conhecimento e informação seja estabelecida. Desse modo,

Os PCN descrevem, [...] os diversos papéis que a biblioteca deverá representar como participante da formação de crianças e jovens, numa perspectiva construtivista e questionadora. Depende de a escola proporcionar os recursos que irão concretizar essa visão de biblioteca que, certamente, tem importante contribuição a oferecer no esforço de formar o cidadão do século XXI (CAMPELLO, 2008, p. 19).

Conforme podemos observar, os PCN (1997) trouxeram uma atenção especial para a a biblioteca escolar e a formação do leitor, que é o foco desta dissertação.

O Programa Nacional Biblioteca da Escola - PNBE

O Programa Nacional Biblioteca da Escolar foi criado pelo governo federal em 1997. Esse Programa tem por finalidade distribuir obras de literatura e de referência, de pesquisa e de outros materiais relativos ao currículo nas diversas áreas do conhecimento às escolas de educação básica e da educação de jovens e adultos da rede pública de ensino. O destino final do acervo do PNBE é de responsabilidade de

toda comunidade escolar. A conservação, preservação e manuseio desse material devem ter a orientação dos professores, que são os mediadores entre os livros e seus alunos.

Esse Programa não abrange, assim, a rede privada de ensino, e considera-se que ele, por si só não é suficiente para alcançar a universalização das bibliotecas na rede pública de ensino de todo o País.

Desde sua criação, o PNBE vem passando por diversas reformulações. Infelizmente por integrar-se a uma política pública menos intensa, o destino final dos livros não é animador. São diversos fatores que podem acontecer para que essas obras se percam. Por exemplo: a falta de um local apropriado para guardá-los, ou uma biblioteca; falta de profissionais com formação adequada, sejam esses bibliotecários ou responsáveis. São situações que ocorrem pelo país. Mas convém destacar que muitas escolas fazem o uso correto dos livros, utilizam e cuidam para repassar para outros colegas. Os desafios são muitos, e mesmo diante de tantos obstáculos o Programa buscou beneficiar quem dele precisasse. Guimarães (2010, p. 47) comenta que:

Esse programa faz parte das ações do Programa Toda Criança na Escola²², e está apoiado pelas políticas públicas de leitura gerenciadas pelo MEC e a documentação que o regulamenta vai ao encontro do artigo 208 da Constituição Federal, que garante o direito de todo educando ter acesso ao material de apoio didático, bem como a universalização e melhoria do ensino fundamental, estabelecidos na LDB 9394/96 (GUIMARÃES, 2010, p. 47).

No entanto, Paiva e Berenblum (2009, p. 10), em pesquisa realizada sobre o desenvolvimento do trabalho nas bibliotecas, pós PNBE, afirmam que

[...] o trabalho escolar baseia-se principalmente em livros didáticos, e é pouco frequente o desenvolvimento com outros tipos de textos. A simples distribuição de livros nas escolas não mudará, portanto, as práticas pedagógicas em relação ao uso de livros de literatura nem a apropriação e a construção de novos sentidos a partir da leitura. Nos casos em que esses materiais são utilizados, o trabalho pedagógico continua marcado por uma forte tendência à decomposição de textos

²² O Programa Toda Criança na Escola é desenvolvido pelo MEC e tem por objetivo promover a universalização do Ensino Fundamental, garantindo equidade nas condições de acesso, permanência e êxito do aluno com idade entre 7 e 14 anos. Suas ações são voltadas para a estruturação do ambiente escolar, visando proporcionar meios para que o processo de ensino-aprendizagem se desenvolva (GUIMARÃES, 2010, p. 47).

o estudo de gramática prescritiva, em busca de respostas corretas e únicas interpretações para a leitura.

Por conseguinte, as avaliações efetuadas demonstram a imprescindibilidade de políticas públicas de incentivo à leitura com práticas dirigidas à formação docente e aos bibliotecários, para que os livros distribuídos possam ter sentido na mediação e no estímulo à leitura.

A Lei n. 12.244

A Lei n. 12244 (BRASIL, 2010) dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País. Essa lei tem um prazo máximo de dez anos para sua efetivação, competindo às instituições de ensino “desenvolver esforços progressivos” para o seu cumprimento (BRASIL, 2010).

O suporte oferecido por essa lei mostra que o governo reconhece a precariedade de algumas bibliotecas escolares existentes, e ao mesmo tempo incentiva a criação das mesmas. Podemos perceber isso ao analisar a lei que diz o seguinte: “Art. 1º, as instituições de ensino públicas e privadas de todos os sistemas de ensino do País contarão com bibliotecas, nos termos desta Lei” (BRASIL, 2010). Aqui fica explícito que todas as escolas do país deverão possuir em suas dependências uma biblioteca.

O Art. 2º traz em suas entrelinhas a definição de biblioteca escolar: “Para os fins desta Lei, considera-se biblioteca escolar a coleção de livros, materiais videográficos e documentos registrados em qualquer suporte destinados a consulta, pesquisa, estudo ou leitura” (BRASIL, 2010). Percebemos que são vários tipos de suportes destinados ao conhecimento e a informação. O usuário precisa encontrá-los disponíveis, pois o acesso para realizar suas tarefas e trabalhos escolares é de suma importância. Bem como aos cuidados e conservação do acervo.

No parágrafo único desse artigo, está claro o modo de distribuição desses materiais e serviços oferecidos aos usuários. A afirmação a seguir, que se encontra no texto da lei, vem ao encontro ao que acabamos de comentar.

Será obrigatório um acervo de livros na biblioteca de, no mínimo, um título para cada aluno matriculado, cabendo ao respectivo sistema de ensino determinar a ampliação deste acervo conforme sua realidade, bem como divulgar orientações de guarda, preservação, organização e funcionamento das bibliotecas escolares (BRASIL, 2010, sem paginação).

A durabilidade das obras e dos materiais existentes nas bibliotecas dependerá da conscientização desenvolvida em toda comunidade escolar. O bibliotecário ou responsável pelo ambiente deve deixar bem claro as ações, para que todo o processo de conservação e preservação seja frequentemente executado. Para chamar a atenção dos usuários sobre essas informações, alguns recados devem ser espalhados pelo ambiente, em forma de informativos, plaquinhas, folders explicativos e cartazes, entre outros.

Devido sua fragilidade o papel é um material que se danifica por diversos motivos. A água é seu principal inimigo. Qualquer tipo de comida que pode atrair insetos. A luz do sol direta nos livros e outros descuidos que podem destruir todo o material. Existem alguns documentos mais antigos, e devido ao tipo de papel em que foi confeccionado, requerem um cuidado especial, pois até ao passar as páginas, elas podem se rasgar. É preciso conscientizarmos sobre os cuidados que devem ser aplicados, de um modo geral, a todos os suportes existentes na biblioteca.

E para o prazo de cumprimento como já falado anteriormente, a lei estabelece um período como apresentado no Art 3 da lei n. 12.244

Os sistemas de ensino do País deverão desenvolver esforços progressivos para que a universalização das bibliotecas escolares, nos termos previstos nesta Lei, seja efetivada num prazo máximo de dez anos, respeitada a profissão de Bibliotecário (BRASIL, 2010, sem paginação).

Mesmo que a lei ampare a biblioteca escolar e que destaque a presença do profissional bibliotecário, os sistemas de ensino do país ainda não conseguiram se abrir totalmente para uma nova realidade de aprendizagem, onde o foco principal seja a prática da leitura a partir desse espaço. Ignoram-se os avanços das pesquisas existentes sobre o tema e as diretrizes estabelecidas por instituições já mencionadas, como IFLA, UNESCO e CFB. (SALA; MILITÃO, 2017, p. 11).

Não está evidente, também, na lei, quando fala que “a responsabilidade pela manutenção, preservação, organização, deverá ser encaminhada para os sistemas locais. No entanto, essa responsabilidade não está clara, visto que, não é previsto na Lei os recursos e punições caso não seja cumprida” (SALA; MILITÃO, 2017, p. 12). Não está explícito que, além das responsabilidades, o tempo dos dez anos a se cumprir está esgotando-se. No entanto, existe um projeto de lei em tramitação pelo

Senado. Trata-se de uma proposta para alterar a Lei n. 12.244/2010, como veremos a seguir.

O Plano Nacional de Educação-PNE II

A Lei n. 13.005/2014 aprova o 2º PNE (BRASIL, 2014) “que norteia também os planos estaduais e municipais de todo o país e mantém as diretrizes definidas pelas leis que abordam a questão das bibliotecas nas instituições de ensino básico” (SALA; MILITÃO, 2017, p. 12). Sua finalidade são investimentos para que haja uma melhoria na educação. “O PNE é um ato legislativo que está previsto na Constituição Federal e tem duração de dez anos. O Plano atual pretende regular o sistema nacional de educação por meio de vinte metas. Cada meta apresenta diversas estratégias que possibilitam o seu alcance” (SALA; MILITÃO, 2017, p. 12).

As metas e estratégias que se direcionam direta ou indiretamente à biblioteca escolar, são as metas 6 e 7. De acordo com o portal do MEC, a meta 6 diz o seguinte: “oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos (as) alunos (as) da educação básica” (BRASIL, 2014, p. 28). Essa jornada exigirá mais dedicação de todo sistema que compõe a educação.

A elaboração de um novo planejamento será fundamental para que os objetivos da meta 6, sejam atingidos. Para atendê-la algumas estratégias são importantes e necessárias, “visto que atualmente cerca de 64 mil escolas distribuídas em 4.999 municípios oferecem educação integral para quase 5,8 milhões de alunos (todas as redes), o que representa em torno de 11,6% dos alunos matriculados em toda a educação básica” (BRASIL, 2014, p. 29).

Para uma demanda tão significativa, serão necessários planejamentos e atividades pedagógicas, que atendam a realidade de cada escola, para que os alunos possam desfrutar de todo serviço oferecido pelo governo e pelo ambiente escolar. Dependerá da disponibilidade dos profissionais envolvidos para que o sucesso dessa meta seja atingido.

Assim se faz importante:

Institucionalizar e manter, em regime de colaboração, programa nacional de ampliação e reestruturação das escolas públicas, por meio da instalação de quadras poliesportivas, laboratórios, inclusive de informática, espaços para atividades culturais, bibliotecas, auditórios,

cozinhas, refeitórios, banheiros e outros equipamentos, bem como da produção de material didático e da formação de recursos humanos para a educação em tempo integral. (BRASIL, 2014, p. 29).

São meios adotados para otimizar o tempo do aluno que permanece um período maior na escola. Diversas atividades podem ser desenvolvidas em cada espaço, na busca e conquista dos alunos, onde eles sintam prazer em aprender e permanecer na escola.

A meta 7 destaca a importância de um trabalho colaborativo. A parceria dos bibliotecários e professores mediadores da informação é o caminho principal para que essa meta seja atingida. Vejamos o que ela diz:

Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir em 2021 as médias nacionais para o IDEB 6,0 para os anos iniciais do ensino fundamental, 5,5, para os anos finais do ensino fundamental e 5,2 para o ensino médio.

Outra meta que não poderíamos deixar de falar é a 16. Pois sabemos que “o padrão de escolaridade básica no Brasil depende, dos investimentos que o poder público e a sociedade façam no tocante à valorização e ao aprimoramento da formação inicial e continuada dos profissionais da educação” (BRASIL, 2014, p. 51). Para que a educação básica alcance melhores índices, a formação continuada dos professores é a mola propulsora que impulsiona o nível do processo de ensino aprendizagem.

A meta 16 também menciona os acervos no âmbito escolar e a gestão escolar, que podem ser relacionados à biblioteca da escola. Essa meta chama-nos a atenção ao afirmar que:

Formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos (as) os (as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino. (BRASIL, 2014, p. 51).

Para o sucesso e efetivação da meta 16, estratégias no PNE foram traçadas almejando o sucesso das ações que formam o corpo docente. Uma delas é:

Ampliar a oferta de bolsas de estudo para pós-graduação dos professores e demais profissionais da educação básica (Estratégia

16.5); e fortalecer a formação dos professores das escolas públicas de educação básica, por meio da implementação das ações do Plano Nacional do Livro e Leitura e da instituição de programa nacional de disponibilização de recursos para acesso a bens culturais pelo magistério público. (BRASIL, 2014, p. 51).

O órgão responsável para a divulgação da porcentagem sobre os professores que fizeram algum curso de formação é o INEP. “[...] Os estados e municípios deverão estar atentos aos indicadores de cada novo Censo Escolar do INEP, que mostram a porcentagem dos professores da educação básica que cursaram algum tipo de pós-graduação nos últimos anos” (BRASIL, 2014, p. 52). A parceria dos sistemas de ensino e os programas de pós-graduação das universidades públicas são fundamentais para que a meta 16 seja atingida.

Quando se fala em gestão democrática na escola não podemos esquecer a meta 19. Através dessa meta, busca-se:

Assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto. (BRASIL, 2014, p. 59).

Quando uma gestão é pautada em meios que alcança a comunidade de um modo geral, o ensino toma rumos que beneficia toda escola. “A gestão democrática da educação nas instituições educativas e nos sistemas de ensino é um dos princípios constitucionais garantidos ao ensino público, segundo o art. 206 da Constituição Federal de 1988” (BRASIL, 2014, p. 59). Em um país como o nosso, com a renda mal distribuída e condições precárias das escolas e porque não dizer, de vida também, permanece um espírito de luta por um futuro melhor. Vários caminhos e soluções podem ser retomados para uma mudança social, que sempre passará pela educação.

O Projeto de Lei 9484/18.

Conforme publicado pela Câmara dos Deputados, o projeto traz uma proposta que amplia o conceito de biblioteca escolar, e prorroga o prazo para as escolas públicas constituírem seus acervos. A ementa Altera a Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010, que dispõe sobre a universalização das bibliotecas escolares nas instituições de ensino do País, para dispor sobre uma nova definição de biblioteca escolar e cria o Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares (SNBE).

Esse projeto de lei, que modifica o conceito de biblioteca escolar e cria o Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares (SNBE)

também prorroga para 2024, último ano de vigência do Plano Nacional de Educação (PNE), o prazo para que todas as escolas do País tenham biblioteca com acervo mínimo de um título para cada aluno matriculado e um bibliotecário por escola. O prazo atual de acervo mínimo expira em maio de 2020 (BRASIL, 2018).

A situação atual do projeto na Câmara é “Aguardando análise de parecer na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)” A inserção de bibliotecas escolares e a presença de um bibliotecário em cada biblioteca são atos que contribuem para o ensino. “Apesar de estar contemplada em algumas das principais legislações educacionais do país, a biblioteca escolar não é relacionada em um debate mais profundo sobre a sua relevância no processo educacional” (SALA; MILITÃO, 2017, p. 14).

Percebemos que existem membros da sociedade preocupados com a organização do ensino e as instituições escolares, e que desejam fazer algum bem em prol da sociedade estudantil. Porém, há um longo caminho a ser percorrido para se chegar à melhoria da educação. “Compete a toda comunidade escolar cobrar a aplicação [de ações dessa natureza], a fim de evitar que sejam postergadas em detrimentos de novos interesses” (SALA; MILITÃO, 2017, p. 15).

Enfim, sabemos que a biblioteca escolar está presente na legislação, mas ainda está longe de ser prioridade dos assuntos em pauta. Desconsidera-se que ela não é só muito importante para a educação básica, mas é essencial em todo processo educacional.

4.2 Cenários contemporâneos: novos espaços e recursos de leitura da biblioteca escolar

Neste item, enfocamos as transformações da estrutura e funcionamento das bibliotecas, a partir da implantação das tecnologias digitais.

Um longo trajeto através dos tempos foi percorrido até chegar aos dias atuais, quando falamos sobre a leitura e a escrita. Desde a era da pictografia, a escrita cuneiforme, perpassando pelos bloquinhos de argila tão usados pelos Sumérios, e tantos outros suportes que o homem inventou para registrar suas anotações, muita coisa mudou e evoluiu.

Sabemos, também, que esse trajeto atinge a história das bibliotecas em um longo percurso. Durante séculos elas foram considerados como espaços apenas para guardar livros, que eram bem diferentes dos livros que temos hoje.

Atualmente a comunicação e a informação encontram-se em velocidade rápida. Seu acesso se dá com apenas um *clic*. Esse é o gesto para se conectar ao mundo inteiro em segundos. As transformações que ocorreram na sociedade nos últimos tempos, tanto na economia quanto na educação são impactantes. “As mudanças são tão profundas que, na perspectiva da história da humanidade, nunca houve um momento tão potencialmente promissor ou perigoso” (SCHIWAB, 2016, p.5).

Nesse patamar de tecnologias e evolução digital, encontra-se inserida a biblioteca escolar, competindo com os suportes midiáticos e nunca desistindo de conquistar seus usuários e tentando acompanhar o fluxo. Desse modo Vianna (2008, p. 38), tece sua opinião sobre as tecnologias, no que tange a esse processo:

Considerando-se a permanente preocupação da biblioteca com a adequação da informação a ser oferecida ao leitor, não é de se estranhar que uma das questões que mais vêm sendo discutidas pelos bibliotecários, nos países desenvolvidos é a seleção na internet do material oferecido aos estudantes.

Essa preocupação não atinge somente os países desenvolvidos, ela também se manifesta nos países em desenvolvimento, e com certeza mais ainda nos subdesenvolvidos. O acesso às mídias cresceu em nível mundial. A seleção dos materiais tornou-se um desafio para bibliotecários e professores. A internet é uma ótima fonte de informação, mas pode ser, também, a causa de um fracasso na pesquisa escolar, pois tanto estão disponíveis os textos de qualidade científica, filosófica e/ou artística, como os que não têm reconhecimento escolar.

Com essa expansão de acesso *online*, da produção de informação e de novas possibilidades de leitura e de consulta a milhares de textos, a biblioteca escolar foi forçada a adaptar-se a essa realidade e rever suas antigas práticas para melhor atender os seus usuários.

Integrando as tecnologias digitais à biblioteca escolar, aumentam-se as possibilidades de aprendizagem, contribuindo para transformações necessárias à escola de hoje e possibilitando que esses espaços privilegiados de informação e educação dentro das instituições de ensino alcancem maior número de leitores.

Para Valadas (2015, p. 13)

Com a informação acessível em qualquer lugar e através de diferentes ferramentas tecnológicas, a função da BE é a de se tornar como uma “bússola” que orienta os utilizadores na acessibilidade à informação e dos recursos existentes. Além disso deve proporcionar e promover interação, colaboração e partilha entre utilizadores, recorrendo às tecnologias, sempre que possível.

A diferença com a era pré-digital está, sobretudo, aliada ao fato de que, nessa época, as bibliotecas focavam o seu trabalho no desenvolvimento de competências de leitura; com adesão às tecnologias, elas assumem um papel significativo na gestão da informação. Uma vez que a informação é cada vez mais momentânea, a sua relevância reside em saber acessar e utilizá-la para construir um conhecimento.

Valadas (2015, p. 17), comenta, ainda, que “a transformação da biblioteca tradicional, de repositório de informação apenas disponível para consulta, em que o professor bibliotecário é o único detentor do saber livresco, está em vias de extinção”. Essa metamorfose fundamenta-se em uma Web centrada no utilizador”.

O público que frequenta uma biblioteca escolar é, em sua maioria, composto por nativos digitais, aqueles que, além de serem rápidos na utilização de ambientes colaborativos da web, também são sedentos de informações que atendam os seus interesses. O bibliotecário precisa estar atento a essa demanda.

No entanto, para que isso se verifique, é necessário ampliar o acesso à informação, rever espaços, equipamentos, serviços e produtos, para não se tornem obsoletos frente às tecnologias digitais. Tudo isso necessita de políticas públicas voltadas para atender essa problemática.²³

Ramos (2015, p. 13) afirma que o professor bibliotecário, empenhado em promover a formação de leitores “no século XXI, deve conhecer e utilizar as novas tecnologias, sobretudo as ferramentas e serviços da Web 2.0”. As atividades diárias de um bibliotecário escolar devem abarcar

o recurso aos computadores e à Internet nas mais variadas tarefas, desde o apoio ao utilizador, à pesquisa para alunos e professores, para o seu próprio trabalho, para contacto com outros professores ou

²³ Ao leitor interessado nas políticas públicas educacionais brasileiras relacionadas às tecnologias digitais nas escolas, remetemos à leitura do Programa Nacional de Tecnologia Educacional - o PROINFO (1997); a Portaria. nº 522, de 9 de abril de 1997, a qual cria o Programa Nacional de Informática na Educação; o Programa Banda Larga nas Escolas, lançado em 04 de abril de 2008 pelo Governo Federal, por meio do Decreto nº 6.424; o Programa Um Computador por Aluno–PROUCA, lançado em 2010, entre outros.

de forma mais institucional, além da divulgação do trabalho que vai realizando na BE, entre outras. Para isso socorre-se de um conjunto alargado de ferramentas interativas acessíveis na Internet, tais como: blogue e o *microblogging* (ex. *Twitter*), as wikis, as redes sociais (ex. Facebook), os marcadores sociais (ex. *Diigo*), os fóruns de discussão e plataformas LMS (*Moodle*), os *RSS feeds*, os serviços de criação de sítios Web e de partilha de documentos e de ferramentas para criar livros digitais, construir e partilhar filmes e produzir e partilhar *podcasts* (VALADAS, 2015, p. 22).

Além disso, a Web 2.0 oferece à Biblioteca Escolar recursos como *wikis*, *Google Docs*, *Skype*, milhares de textos digitalizados e acesso a imagens, sons, e espaços geográficos, entre outros.

O grande desafio para o professor não é o domínio dos recursos eletrônicos, mas é o como educar sem distanciar-se do aluno, mesmo na modalidade a distância (BERNARDES, 2010).

Ressaltamos que, com o apoderamento das tecnologias nas bibliotecas, instaurou-se uma alteração no modo de se ler, mas não no conteúdo daquilo que se lê; o formato e o suporte podem ter alcançado diferentes aspectos, mas permanecem o objetivo de granjear o fascínio da comunhão com a escrita, e o seu conteúdo deve ser o objetivo do bibliotecário escolar, quando se recebem novos leitores.

4.3 O papel da biblioteca escolar e do professor para a formação do leitor

A Biblioteca Escolar proporciona o acesso a inúmeras fontes de informação e pesquisa, deixando evidente seu marcante objetivo no processo de formação do aprendiz. O professor não deve deixar passar despercebido esse ambiente propício à leitura. É o momento de estimular o raciocínio das crianças, despertando nelas a curiosidade, fazer com que tenham interesse de ler e aprender. Se preciso mudar suas formas e seus métodos de ensino. E o aluno precisa ter força de vontade, realizar as tarefas e estar atento às aulas.

Para quem não tem oportunidade ou condições para comprar livros, a Biblioteca Escolar pode ser o primeiro ambiente onde os alunos têm contato com um livro. Mesmo com tantas informações existentes, são inúmeros os fatores que às vezes as impedem de cumprir seu papel paralelo ao sistema curricular pedagógico. Cabe ao professor ser o facilitador e mediador para que isso aconteça.

Seguindo esse pensamento Douglas (1971, p. 11), afirma que,

No passado, o professor não tinha outro auxiliar além da cartilha; fazer aprender de cor era a última palavra da pedagogia. Hoje, ao contrário, os educadores sabem que numerosos meios permitem acelerar o processo de aquisição de conhecimentos e alargar-lhes o campo.

Em relação ao que diferencia o passado do presente, são os avanços tecnológicos que facilitaram a vida de todos. Linguagem que por longos anos, antes de ser registrada no papel e em seus suportes, foi passada de geração em geração, contada pelo mundo afora.

Com a prática da leitura fica evidente o acesso às informações dos acontecimentos não apenas da antiguidade, mas do tempo presente também. Um elo que une os costumes, os valores, as ideias e hábitos que estão intrínsecos na memória da humanidade.

Pode-se dizer que, ajudado pelo estímulo do professor, o aluno cria a condição de pensar, e passa a fazer questionamentos e consequência disso, reconhece a realidade do mundo em que vive, possibilitando assim a construção de suas opiniões.

Em síntese o papel do novo professor é o de usar a perspectiva de como se dá a aprendizagem, para que, usando a ferramenta dos conteúdos postos pelo ambiente e elo social, estimule as diferenças inteligências de seus alunos e os leve a se tornarem aptos a resolver problemas ou, quem sabe, criar “produtos” válidos para seu tempo e sua cultura (ANTUNES, 2009, p. 98).

Nessa ótica, o professor é considerado como um educador e mediador que auxilia o aluno a construir seu próprio conhecimento, apontando a importância do equilíbrio e da interação com o meio. Portanto, a leitura é o canal, o instrumento que permite o acesso mais confiável e comprovado às diversas culturas na aquisição de novas experiências, além de facilitar oportunidades incomparáveis.

A mediação pedagógica distingue uma peculiaridade centrada na ação de ensinar, ligada a um processo que envolve o professor, o aluno e o conhecimento. Por meio dessa conexão, fundem-se em um ato de entender e aprender, além da cultura perante a sociedade. Consiste também em facilitar a aprendizagem do aluno, com objetivo de intervir de modo atuante na vida de cada um.

No sentido da formação de leitores, os Parâmetros Curriculares Nacionais, mostram que a leitura se torna elemento com eficácia que transforma. Mesmo que este seja um dos maiores desafios aos educadores:

A formação de leitores e, conseqüentemente, a formação de escritores – pessoas capazes de escrever com eficácia, e não, evidentemente, escritores no sentido de profissionais da escrita -, se dá devido à prática de leitura, pois ao lermos, nós adquirimos a possibilidade de produzir textos eficazes que nos favorecem, por outro lado, a matéria-prima para a escrita: o que escrever; por outro, contribuem para a constituição de modelos: como escrever. A leitura deve ser um objeto de aprendizagem, e não apenas um objeto de ensino, como tem sido fundamentalmente na escola. Ler, não é apenas decodificar, converter letras em som, tendo a compreensão como consequência, mas a escola, com essa concepção de leitura vem formando, produzindo grande quantidade de “leitores” capazes de decodificar todo e qualquer texto, mas com enorme dificuldade para compreender o que leem (BRASIL, 1997, p. 58).

Incentivar os alunos a frequentar a biblioteca da escola pode ser uma boa iniciativa. Além de terem a liberdade de escolher um livro que satisfaça seus gostos literários, poderão fazer uma leitura tranquila e individual. Longe a ideia de que a biblioteca traz a imagem de castigo e cópias. Deixá-los a sós com o livro para que possam imaginar o que estão lendo, conhecer o melhor livro, a escrita, o sentido do texto e seu contexto são ações simples que contribuem para o aluno construir-se como leitor e tornar-se um amante da leitura. Uma roda de conversa é bem oportuna para as crianças recontarem a história ou texto lido, desta forma desenvolvem a habilidade de interpretação.

A leitura silenciosa individualizada deve ser trabalhada mediada e motivada pelo professor. Com esse contato direto com a leitura, os alunos conseguem escolher o tipo de texto que melhor lhe convém, tendo uma compreensão mais refinada sobre o que está lendo, entregando-se com mais intensidade à leitura e aprendendo a extrair do livro a que mais lhe chamou a atenção ou aquela parte que se identifica com alguma passagem de sua própria vida.

Esse tipo de leitura, silenciosa, influencia o desenvolvimento da concentração. Faz-se necessário e importante, porque através dela se prepara para a leitura em voz alta, mais expressiva e com mais facilidade, pois muitos têm dificuldade em ler em público ou até mesmo falar. Sem dúvida é uma boa prática. Notamos que são várias as metodologias para trabalhar com os alunos e recursos pertinentes para auxiliar o professor nesse processo longo. Ninguém aprende a ler do dia para a noite e nem adquire o gosto pela leitura muito rápido. Irão contribuir para isso, como serão apresentadas as oportunidades e motivações para que isso aconteça.

Existem também a leitura formal e a não formal, que estão em toda parte, não

apenas nos livros, e podem ser encontradas fora da sala de aula. Elas ocorrem na natureza, no diálogo com pessoas, na observação de animais, na leitura de rótulos de produtos, de placas, de letras de músicas, na apreciação de obras de artes, de fotografias, enfim, são inúmeras as opções a serem observadas fora da sala de aula.

Pensamos que a prática desse conceito mais abrangente de biblioteca, somente será possível com uma mediação permanente, mediação aqui compreendida como um projeto definido na escola para uma cogestão da biblioteca por todos os mediadores de leitura pertencente à comunidade escolar: professores, bibliotecários, gestores e especialistas.

No âmbito da mediação, estão, também, os familiares, os primeiros mediadores de leitura, pois são a ligação da criança com o mundo. No entanto, precisamos considerar que nem sempre as condições econômicas do brasileiro permitem a ele a inclusão de um livro, de um Cd-Rom, de uma página na internet ou de um passeio cultural.

Outro aspecto a considerar, quanto à utilização da biblioteca escolar, segundo KuhlThau (2002, p. 34),

para a criação de um ambiente alfabetizador, onde as crianças têm oportunidade de participar sistematicamente de atos de leitura. Elas se familiarizam com vários livros da coleção, tomam conhecimento da organização dos materiais na biblioteca e aprendem a seguir as rotinas de empréstimo. Começam a procurar significados nas histórias escutadas e compartilham ideias sobre esses significados. Um dos resultados mais importantes nesta etapa é o desenvolvimento de uma atitude positiva em relação ao uso dos materiais da biblioteca e da própria biblioteca, essa é uma idade maravilhosa, a escola promove uma nova experiência.

Destarte a biblioteca inserida no ambiente escolar constitui uma ferramenta pedagógica de referência, que possui características alfabetizadoras. Assim, desde a fase de alfabetização, o professor pode integrar a biblioteca em seu trabalho de formação de leitores.

Amaral (2009, p. 163) mostra que “os educandos precisam ser motivados a avançar na sua autonomia didática com o apoio da biblioteca, como o centro de interfaces que vai lhes permitir fontes de subsídios de que precisam”. Para o desenvolvimento dos estudantes, faz-se necessário criar um ambiente de biblioteca desafiador e aberto a questionamentos, que instigue a curiosidade, mobilize seus conhecimentos, mostre suas lacunas e estimule-os a eliminá-las, possibilitando a

reflexão e compreensão para julgamento crítico e articulado próprio de um cidadão consciente, autônomo e transformador.

Ao se trabalhar a prática da leitura convém observarmos aspectos que busquem uma aproximação entre o leitor e o texto. Os educadores devem buscar difundir obras que sejam condizentes com a realidade dos alunos, para que se crie uma aproximação do que está sendo lido para que seja enriquecedor. Por isso a relevância das estratégias diversificadas, como trabalhar textos em diferentes gêneros como revistas, folhetos, artigos de fontes seguras, livros literários que se identifiquem com o contexto cultural do aluno.

Ressaltamos, ainda, que é importante construir um bom relacionamento do bibliotecário com a escola, os professores, a comunidade e os usuários. A biblioteca escolar não deve atender somente seus alunos, mas deverá acolher os professores da escola, os pais dos alunos, a comunidade vizinha e todos os que frequentam a escola. O relacionamento do bibliotecário com seu público é fundamental para um bom desenvolvimento de seu trabalho. Suas ações ajudam no planejamento e elaboração de serviços da biblioteca com usuário.

As referências e fundamentações teóricas são essenciais e precisam ser feitas com seriedade. O respeito aos autores e com suas obras devem fazer parte do cotidiano do leitor.

Para Abreu (2008, p. 27), o sucesso da pesquisa depende de alguns aspectos. Por isso:

É fundamental que o aluno, o professor e o bibliotecário compreendam que a concretização da pesquisa escolar ocorre por etapas e não em um bloco único, e que a riqueza do processo se traduz na modificação de forma de pensar do estudante. Observa-se, portanto, que só serão alcançados os resultados positivos dessa estratégia de aprendizagem se a escola investir, sistemática e continuamente, em programas de desenvolvimento de habilidades informacionais, que deverão iniciar-se cedo na vida da criança (ABREU, 2008, p. 27).

Um perfil de aluno pesquisador autônomo só se constrói com base no suporte oferecido pela escola e seus ensinamentos. A pesquisa escolar faz parte de toda vida estudantil em todos os graus de estudos. Por esse motivo sua base deve ser sólida e construída sobre atitudes concretas e consistentes. A mediação dos professores e bibliotecários é o elo entre o aluno e a pesquisa. E a biblioteca é a ponte para o acesso ao conhecimento.

Neste tópico falamos das bibliotecas escolares em torno da utopia sobre como

deveriam ser. Mas qual é a nossa realidade?

Oriá (2017, p. 17) apresenta-nos dados do Censo Escolar de 2016:

A distribuição de bibliotecas escolares por região apresenta o seguinte quadro: - Região Norte: do universo de 33.955 escolas, apenas 16% possuem biblioteca; - Região Nordeste: de 109.240 escolas, apenas 18% declararam possuir biblioteca; - Região Centro-oeste: de 13.124 escolas, 39% possuem biblioteca; - Região Sudeste: do total de 88.216 escolas, 28% contam com biblioteca; - Região Sul: de 34.823 escolas, 44% dispõem de biblioteca. A partir da leitura desses dados, podemos constatar que, no Brasil, segundo o Censo Escolar de 2016, do universo de 279.358 estabelecimentos de ensino públicos e privados, somente 25% possuem biblioteca escolar em sua infraestrutura. Ou seja, cerca de 75% das escolas brasileiras estão desprovidas desse importante recurso didático-pedagógico- a biblioteca.

Pesquisamos sobre como a Biblioteca Escolar pode formar leitores em nível de excelência, e chegamos à constatação de que em muitas escolas elas nem sequer existem.

Terminamos este escrito dando a palavra a Marcel Proust, com quem iniciamos nosso estudo.

A leitura é a iniciadora cujas chaves mágicas abrem no fundo de nós mesmos a porta das moradas onde não saberíamos invadir. [...] Nisso reside, com efeito, um dos grandes e maravilhosos caracteres dos belos livros, que para o autor poderiam chamar-se 'conclusões' e para o leitor 'incitações'. Sentimos muito bem que nossa sabedoria começa onde a do autor termina, e gostaríamos que ele nos desse respostas, quando tudo o que ele pode fazer é dar-nos desejos.

Ele, Paulo Freire, e tantos outros com quem dialogamos, incitam-nos a novas leituras. Àquelas que nos levem a contextualizar a existência da Biblioteca Escolar na realidade cultural e política de nossos dias. Bernardes (2010) reflete que precisamos fazer a ligação da prática educativa com a educação política. Esse vínculo não deve ocorrer apenas na formação de uma consciência crítica e criativa de caráter subjetivo, envolvendo apenas alunos, professores e bibliotecários, mas na ligação concreta com a classe trabalhadora em sua luta e desenvolvimento histórico, alcançando um reconhecimento de pertença.



Figura 11 - André Kertész, *Artista de circo no camarim*, 1969.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando chegamos ao fim desta pesquisa, refletimos que foram muitas horas de dedicação às leituras e longas revisões, para que nosso trabalho fosse concluído. Os desafios foram muitos, mas não o suficiente para desanimar ou desistir. Sempre com muita dedicação acadêmica, chegamos à conclusão da pesquisa.

Partimos da questão: como formar o aluno leitor por meio das ações da biblioteca escolar na educação básica? Foi a partir dessa indagação que traçamos nosso objetivo na compreensão da função educativa da biblioteca escolar para a formação do leitor na educação básica.

Para apresentar os resultados da investigação realizada, utilizamos epígrafes visuais. Saímos da escrita convencional de frases ou versos e trouxemos imagens do fotógrafo húngaro André Kertész, feitas entre 1915 e 1980 nos diversos lugares do mundo por onde o fotógrafo andou, todas explicitando o universal prazer da leitura.

Selecionamos, como referencial teórico, pesquisadores que fundamentam a discussão sobre o sentido da leitura e o papel da biblioteca na formação do leitor, como Campello (2002), Carvalho Silva (2010), Ramos (2015), entre outros. Destacamos, inicialmente, um olhar especial a Marcel Proust, (2003) e Paulo Freire (2005). Os resultados revelam que, para o romancista, ensaísta e crítico literário francês, a leitura pode ser chamada de conclusão para o autor, e de estímulo para o leitor. Depreende-se que a sabedoria do leitor principia onde a do autor se encerra. Para Paulo Freire, ler é interpretar o mundo e poder lançar sua palavra sobre ele; é interferir no mundo pela ação. Ao apresentar-nos suas vivências e reflexões sobre o sentido da leitura, trouxeram-nos sua sabedoria sobre a formação de leitores, mostrando-nos um conteúdo para ser utilizado não apenas na vida escolar, mas, para ser adotado na transformação da vida das pessoas.

Em relação ao histórico da biblioteca escolar, os estudos mostram que a biblioteca, no período colonial, tem sua origem em instituições religiosas jesuítas e estende-se para as instituições não confessionais. Enquanto os métodos jesuítos eram escolásticos, outras ordens que vieram para o Brasil, como a dos franciscanos, dos carmelitas e dos beneditinos, contribuíram com seus métodos de estudos para o desenvolvimento das ciências, na medida em que novos ideais eram integrados aos modos de ensinar. Assim, as coleções das bibliotecas escolares das ordens eram

moldadas por intencionalidade estratégica e política. O ideal iluminista imposto pelas reformas pombalinas, a expulsão dos jesuítas e a criação da Imprensa Real, em 1808, acentuou o caráter elitista de cultura e de educação. O baixo poder aquisitivo limitava o acesso aos bens culturais e mantinha as desigualdades sociais no período colonial.

No período republicano, vemos a ênfase no ideal nacionalista, na proposta de uma educação laica, mas sem políticas efetivas de atuação e mesmo de implantação de bibliotecas escolares com uma preocupação que fosse além do material de leitura. Assume-se um modelo dualista no ensino, iniciado no império, um para o povo outro para a elite, voltados para o sistema social produtivo e para a organização da sociedade, entendidos como ideais da educação.

Analisando as políticas públicas educacionais brasileiras que se referem à biblioteca escolar e à formação do leitor, a partir da LDB/1996, encontramos ações que tratam dessa questão de forma tímida. Observamos que os diferentes programas, planos e leis que respaldam a educação e a biblioteca escolar apresentam um sentido mais voltado para o acervo e estrutura do que para a formação do leitor, além de serem, em muitas instituições, caracterizadas como de lugar de silêncio ou espaço de castigo; percepções que são fruto da elitização da leitura e do livro, das normas rígidas, ditatórias e restritivas. Continuamos sentindo falta de políticas que venham acolher com ênfase essa questão e que realmente atue na formação de leitores na educação básica

Quanto à informatização, as bibliotecas estão gradualmente aderindo, mas faltam recursos e formação pertinente de bibliotecários e professores. Considera-se que, para mudar as ações relacionadas à biblioteca escolar adequando-as para a formação do leitor, é necessário refletir sobre a concepção que se tem dela, a qual deve contemplar e explicitar uma natureza política e social de transformação do indivíduo e da sociedade.

Mesmo diante da informatização existente ainda falta muito que avançar nesse sentido. Há escassez de uma formação profissional específica para quem trabalha nas escolas, e mais especificamente nas bibliotecas escolares. Esses são problemas que ainda persistem e que podem ser temas de estudos futuros.

Além disso, o Brasil ainda é um país com altos índices de analfabetismo. É necessário primeiro enfrentar a questão do analfabetismo e, em paralelo, pensar no acesso às novas tecnologias da informação. E, para utilizá-las, é preciso o domínio da leitura e da cultura escrita e, portanto, o exercício do direito cidadão de frequentar

uma escola que por sua vez atenda os ideais democráticos do processo educativo.

A falta do hábito de ler foi um ponto tratado e refletido, pois quando falamos sobre o processo de aprendizagem nos deparamos com esse problema do processo educacional. Sabemos que existem projetos para formar leitores, mas ainda é preciso que se façam mais ações que realmente sejam fundamentais nessa conquista. Nesse sentido, tanto o bibliotecário quanto o professor podem ser o elo mediador e facilitador para a realização desse processo. E a biblioteca escolar pode se tornar um ambiente propício para essa prática da leitura.

Salientamos que a biblioteca escolar para muitos alunos é o primeiro ambiente onde eles tomam um livro na mão pela primeira vez. Por isso deve ser um local convidativo à leitura. Mas infelizmente não é o que ocorre, sobretudo em algumas regiões mais carentes do país, onde, muitas vezes, algumas escolas não dispõem de lugar apropriado e outras nem sequer possuem uma biblioteca. Outras ainda não têm um profissional formado para esse atendimento.

Pensamos que a biblioteca escolar ainda é um ambiente propício para a formação de leitores. Sabemos que esse espaço é muito mais que um local para guardar livros, como foi considerado por longos anos. Os anos iniciais da vida estudantil são de suma importância na formação humana. Ressaltamos que leitura pode contribuir para o desenvolvimento de um espírito crítico e a transformação da sociedade.

O acesso à leitura e à formação de leitores são temas que estão atrelados e constituem suportes para a educação básica. Entender a Biblioteca Escolar como espaço privilegiado à promoção da leitura e formação de leitores pode contribuir para desenvolver mudanças na existência e na função social e pedagógica desse espaço escolar. Para que tal fato ocorra, pensamos ser oportuno ampliar as discussões sobre a articulação entre as práticas docentes desenvolvidas na sala de aula e as ações realizadas na Biblioteca Escolar pelo bibliotecário, pois, ao promover o acesso à informação e fomentar a leitura, as bibliotecas escolares também estão promovendo a construção do conhecimento, formando alunos mais críticos em relação aos problemas que estão presentes nos diferentes cenários de sua vida. Esse entendimento revela a importância social e acadêmica desta investigação realizada.

Os estudos empreendidos poderão ser acrescidos e aprofundados com futuras pesquisas que deem protagonismo aos personagens implicados na formação de leitores: alunos, bibliotecários, professores e a comunidade escolar como um todo.



Figura 12 - André Kertész, En el balcón. La Boca, Buenos Aires, Argentina, 1962

REFERÊNCIAS

ABDALA, Rachel Duarte. **Fotografias escolares**: práticas do olhar e representações sociais nos álbuns fotográficos da Escola Caetano de Campos (1895-1966). 2013. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

ABREU, Vera Lúcia Furst Gonçalves. Pesquisa escolar. In: CAMPELLO, Bernadete Santos et al. **A biblioteca escolar**: temas para uma prática pedagógica. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. p. 25-28.

ALMEIDA, Fernando José de. **Folha explica**: Paulo Freire. São Paulo: Publifolha, 2009. Disponível em: <https://noticias.bol.uol.com.br/educacao/2009/10/27/paulo-freire-desenvolveu-novo-conceito-de-leitura-e-escrita-leia-trecho.jhtm> Acesso em 27 ago. 2018.

AMARAL, Renilda Gonçalves do. A Construção do conhecimento na Sociedade da Informação e Biblioteca Pública Escolar. **Interdisciplinar**, ano IV, v.8, p. 163-175, jan-jun., 2009. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/interdisciplinar/article/viewFile/1195/1033> Acesso: 10 nov. 2017.

ANTUNES, Celso. **As inteligências múltiplas e seus estímulos**. 15. ed. Campinas: Papyrus, 2009.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Mosteiro de São Bento**. Disponível em: <http://www.arquisp.org.br/regiao-se/paroquias/mosteiros-igrejas-historicas-oratorios-da-regiao-se/basilica-nossa-senhora-da-assuncao-mosteiro-de-sao-bento> Acesso em 15 ago. 2019.

ASSIS, Wanderlice da Silva. **O lugar da biblioteca escolar no discurso da legislação sobre o ensino secundário brasileiro (1838-1968)**, 2010. Dissertação (Mestrado em Educação). UFMS, Campo Grande, MS, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufms.br:8443/jspui/handle/123456789/104> Acesso em 01 set. 2018.

AZEVEDO, Militão Augusto de. **Academia de Direito e Convento de São Francisco**, SP, 1862. Biblioteca Mario de Andrade. Wikipédia. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Igreja_e_Convento_de_S%C3%A3o_Francisco_\(S%C3%A3o_Paulo\)#/media/Ficheiro:Academia_de_Direito_e_Convento_de_S%C3%A3o_Francisco,_SP,_1862.jpg](https://pt.wikipedia.org/wiki/Igreja_e_Convento_de_S%C3%A3o_Francisco_(S%C3%A3o_Paulo)#/media/Ficheiro:Academia_de_Direito_e_Convento_de_S%C3%A3o_Francisco,_SP,_1862.jpg) Acesso em 16 ago. 2019.

BEIRITH, Ângela. As escolas isoladas de Florianópolis no contexto da regulamentação do ensino primário (1946-1956). **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 10, n. 02, p. 156-168, jul./dez. 2009. Disponível em: [https://br.search.yahoo.com/search?fr=mcafee&type=E211BR0G0&p=As+escolas+isoladas+de+Florian%C3%B3polis+no+contexto+da+regulamenta%C3%A7%C3%A3o+do+ensino+prim%C3%A1rio+\(1946-1956\).](https://br.search.yahoo.com/search?fr=mcafee&type=E211BR0G0&p=As+escolas+isoladas+de+Florian%C3%B3polis+no+contexto+da+regulamenta%C3%A7%C3%A3o+do+ensino+prim%C3%A1rio+(1946-1956).) Acesso em: 28 ago. 2018.

BERNARDES, Sueli Teresinha de Abreu. As dimensões estética e política da formação de professores para a rede pública municipal de Uberaba, MG. **Práxis Educativa** (UEPG. Online), Ponta Grossa, v. 5, p. 205-212, 2010. Disponível em: <https://www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/viewFile/1312/1395> Acesso em 31 jun. 2018.

BACELAR, Jonildo. Guia Geográfico: História da Bahia. **Primeira Universidade do Brasil**. Disponível em: <http://www.historia-bahia.com/primeira-universidade.htm> Acesso: 14 ago. 2018.

BERNARDES, Sueli Teresinha de Abreu. **Educação e cultura**: diálogos entre um homem do campo e um cientista social. Revista de Educação Popular (IMPRESSO), Uberlândia, v. 10, p. 11-22, 2011.

BICUDO, Maria Aparecida Viggiani. A pesquisa em educação matemática: a prevalência da abordagem qualitativa. **R. B. E. C. T.**, v. 5, n. 2, p. 15-26, mai-ago.2012. Disponível em: <http://www.mariabicudo.com.br/resources/ARTIGOS/A%20pesquisa%20em%20educacao%20matematica%20a%20prevalencia%20da%20abordagem%20qualitativa.pdf>. Acesso em 24 abr. 2019.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Entre árvores e sabiás, memórias de Paulo Freire – conversa com Carlos Rodrigues Brandão. [Entrevista cedida a] FERNANDES, Andrea da Paixão; ALVARENGA, Marcia; SPIGOLON, Nima. **E-mosaicos** – Revista Multidisciplinar de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura do Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira, Rio de Janeiro, v. 6, n. 13, p. 5-22, dez., 2017. Disponível em: https://www.google.com/search?source=hp&ei=_bdkXbi6LZmw5OUPulmT0Ao&q=carlos+rodrigues+brandao+e+paulo+freire+trabalharam+juntos&oq=carlos+rodrigues+brandao+e+paulo+freire+trabalharam+juntos&gs_l=psy- Acesso em: 14 abr. 2018.

BRASIL. Presidência da República Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, **Lei n. 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Brasília: Presidência da República, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394compilado.htm Acesso em 10 out. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria do Ensino Fundamental. **Referência Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Nacional Biblioteca da Escola**. 1997. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12368:programa-nacional-biblioteca-da-escola&catid=309:programa-nacional-biblioteca-da-

escola&Itemid=574 Acesso: 28 ago. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Índice de Desenvolvimento de Educação Básica - Ideb**. Apresentação. 20--. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/secretaria-de-educacao-basica/programas-e-aco-es?id=180> Acesso em: 19 set. 2018.

BRASIL. Plataforma Pró-livro. **IPL na Bienal: Inaf 2018 e Retratos da Leitura no Brasil**. Disponível em: <http://plataforma.prolivro.org.br/ipl-na-bienal-inaf-2018-e-retratos-da-leitura-no-brasil/> Acesso: 15 set. 2018.

BRASIL Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos **Lei Nº 12.244**, de 24 de maio de 2010. Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País. Brasília, 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12244.htm. Acesso em: 06 abr. de 2019.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Atividade Legislativa. **Projeto de Lei n. 9484/2018**. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2167716>. Acesso em: 15 jul. 2019.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Legislação. **Lei n. 4.024, de 20 de dezembro de 1961**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html> Acesso em: 06 ago. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Portaria n. 522, de 9 de abril de 1997**. Cria o Programa Nacional de Informática na Educação. Brasília, DF, 1997. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=236. Acesso em: 12 mai. 2018.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei n. 13.005**, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm Acesso em 10 out. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Avaliação da aprendizagem**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/mais-educacao/190-secretarias-112877938/setec-1749372213/18843-avaliacoes-da-aprendizagem> Acesso em: 06 ago. 2018.

BUFFA, Ester e ALMEIDA PINTO, Gelson. **Arquitetura e Educação**: organização do Espaço e Propostas Pedagógicas dos Grupos Escolares Paulistas, 1893/1971. São Carlos: EDUFSCar/INEP, 2002.

CALIXTO, Benedito, **Pátio do Colégio**, s. d. Óleo sobre tela, 35 x 60 cm. Museu de

Arte Sacra de São Paulo, SP. Disponível em:
<http://www.novomilenio.inf.br/santos/calixt89.htm> Acesso em 25 ago. 2018.

CAMPELLO, Bernadete Santos et al. **A biblioteca escolar: temas para uma prática pedagógica**. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

CAMPELLO, Bernadete Santos et al. Pesquisas sobre biblioteca escolar no Brasil: o estado da arte. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, v. 18, n. 37, p. 123-156, mai./ago. Disponível em:
<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2013v18n37p123/25335>. Acesso em: 29 jun. 2019.

CARON, Leni de Fátima Bonnel. **Leitura literária nos anos iniciais: aspectos constitutivos implicados na formação do leitor**, 2012. Dissertação (Mestrado em Letras) - Fundação Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2012. Disponível em: <http://tede.upf.br/jspui/handle/tede/950> Acesso em 01 set. 2018.

CARVALHO SILVA, Jonathas Luiz. Perspectivas históricas da biblioteca escolar no Brasil e análise da lei 12.244/10. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v.16, n.2, p. 489-517, jul./dez., 2011. Disponível em:
https://revistaacb.emnuvens.com.br/racb/article/view/797/pdf_63 Acesso em: 16 ago. 2019.

DEAECTO, Marisa Midori. A cidade e os livros: ou como formar uma biblioteca? Notas históricas sobre a primeira Biblioteca Pública de São Paulo (1825 - 1887). **Perspect. ciênc. inf.**, Belo Horizonte, v. 22, n. esp, p. 152-167, jul. 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-99362017000600152&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em 28 ago. 2019.

DOUGLAS, Mary Peacok. **A biblioteca da escola primária e suas funções**. Rio de Janeiro: Cultura, 1971.

EGGERT-STEINDEL, Gisela; FONSECA, Caio Faria. A biblioteca escolar: participante da promoção da justiça e êxito na escola. In: Valle, Ione Ribeiro; Silva, Vera Gaspar da; Maria das Dores Daros (org.). **Educação escolar e justiça social**. Florianópolis: Núcleo de Publicações - NUP, 2010, v. 01, p. 249-270.

ERMAKOFF, George. **Bibliotecas brasileiras**. Rio de Janeiro: Ipsis, 20015.

FÁVERO, Leonor Lopes; MOLINA, Márcia Antônia Guedes. **As concepções linguísticas no século XIX: a gramática no Brasil**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.

FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE ASSOCIAÇÕES DE BIBLIOTECÁRIOS E INSTITUIÇÕES- IFLA. **Manifesto IFLA/UNESCO para biblioteca escolar**. Disponível em: <https://archive.ifla.org/VII/s11/pubs/portuguese-brazil.pdf> Acesso em: 18 set. 2018.

FIORINI, Fernanda Balestrerri. **As contribuições da biblioteca escolar para a promoção da leitura e da cidadania**. 2015. Dissertação (Mestrado em Letras) - Fundação Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2015.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. 46. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

FREITAS, Carlos Henrique Tavares de. **Bibliotecas, leituras e leitores**: um estudo no contexto da UFMT. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Educação, Cuiabá, 2012. Disponível em: <https://www1.ufmt.br/ufmt/unidade/userfiles/publicacoes/fabb0b4b03e91e2a903997d9fadbd77.pdf> Acesso em 20 set. 2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: Saberes necessários à prática educativa. 55.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

FROND, Victor. **Igreja e Colégio dos Jesuítas de Salvador BA** [foto de 1858]. In: Enciclopédia Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras. São Paulo: Itaú Cultural, 2019. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra25407/igreja-e-colegio-dos-jesuítas-salvador-ba>. Acesso em: 28 ago. 2019.

GAUTIER, Théophile. **Capitaine Fracasse** (Capitão Fracasso). [ilustrado com 60 desenhos de Gustave Doré]. Paris: Charpentier, Biblioteca Nacional da França, 1866.

HISTÓRIA DO BRASIL.Net. **Nova República**: resumo, características, presidentes. Disponível em: https://historiadobrasil.net/brasil_republicano/nova_republica.htm Acesso em: 15 ago. 2019.

GUIMARÃES, Janaína. **Biblioteca escolar e políticas públicas de incentivo à leitura**: de Museu de Livro a Espaço de Saber e Leitura. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente, 2010. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/92236/guimaraes_j_me_prud.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 10 ago. 2019.

GONCALVES, Diana Vidal. Experiências do passado, discussões do presente: a biblioteca escolar infantil do instituto de educação Caetano de Campos (1936-1966). **Perspect. ciênc. inf.**, Belo Horizonte, v. 19, n. spe, p. 195-210, dez. 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-99362014000500015&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 11 out. 2019.

IFLA. International Federation of Library Associations and Institutions. **Diretrizes da IFLA/UNESCO para a Biblioteca Escolar**. 1999. Disponível em: https://www.ifla.org/files/assets/school-libraries-resource-centers/publications/school-library-guidelines/school-library-guidelines-pt_br.pdf. Acesso em: 06 abr. de 2019.

INSTITUTO PAULO FREIRE. **Projeto memória**. Biografia [Paulo Freire]. [s. d.]. Disponível em: <http://www.projeto memoria.art.br/PauloFreire/> Acesso em 22 mar. 2019.

KUHLTHAU, Carol Collier. **Como usar a biblioteca na escola**: um programa de atividades para o ensino fundamental. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

KERTÉSZ, André. **On Reading**. Nova York: WW Norton, 2008. [Primeira edição: 1971].

KERTÉSZ, André. **Girls in fairy costumes**, New York, april 19, 1938. Disponível em: <http://www.mocp.org/exhibitions/2000/6/andr%C3%A9-kert%C3%A9sz-on-reading.php> Acesso em 31 ago. 2018.

KERTÉSZ, André. **Three boys reading**, 1915. Esztergom, Hungary. Disponível em: <http://www.mocp.org/exhibitions/2000/6/andr%C3%A9-kert%C3%A9sz-on-reading.php> Acesso em 31 ago. 2018.

KERTÉSZ, André. **Young man reading on canal side**, Venice, september 10, 1963. Disponível em: <https://i.pinimg.com/originals/7a/7c/50/7a7c501f4b58d9eac7518bf0d4908a14.jpg> Acesso em 31 ago. 2018.

KERTÉSZ, André. Artista de circo no camarim, 1969, Galeria Stephen Bulger. Disponível em: <https://www.theguardian.com/artanddesign/gallery/2009/jul/23/andre-kertesz-on-reading-exhibition> Acesso em 28 ago. 2018.

KERTÉSZ, André. **Le kiosque à journaux**, New York, novembre 1950. Disponível em: <https://vieuxmetiers.tumblr.com/image/61362649492> Acesso em 30 set. 2018.

KERTÉSZ, André. En el balcón. La Boca, Buenos Aires, Argentina, 1962. Disponível em: https://www.clarin.com/opinion/andre-kertesz-fotografias-corredor-bolsa_0_wlekbXGfn.html Acesso em 28 ago. 2018.

LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. São Paulo: Loyola, 2004. 10 v.

LEMOES, Dayana da Silva. **A biblioteca escolar nos processos de ensino-aprendizagem**: o cenário da produção acadêmica, 2015. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal Fluminense, Departamento de Ciência da Informação, Niterói, 2015. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/bitstream/1/7500/1/A%20BIBLIOTECA%20ESCOLAR%20NOS%20PROCESSOS%20DE%20ENSINO-APRENDIZAGEM.pdf> Acesso em: 01 set. 2018.

LOPES DE ABREU, Daniela Cristina. A institucionalização da escola primária na Primeira República. **Educação e Fronteiras** On-Line, Dourados, MS, v.2, n.4, p.156-168, jan/abr. 2012. Disponível em: <http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/educacao/article/view/1564/943> Acesso em 03 set. 2018.

LOURENÇO, Katiane Crescente. **Biblioteca escolar**: da mediação à prática de leitura, 2010. Dissertação (Mestrado em Linguística e Letras) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010. Disponível em: <http://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/1929/1/421023.pdf> Acesso em: 20 set. 2018.

MARICATO, Adriana. O prazer da leitura se ensina. **Revista Criança**: do professor de educação infantil. p. 18-26, set. 2005. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/educ_inf_rev_40.pdf Acesso em 22 maio 2019.

MORAES, Rubens Borba de. **Livros e bibliotecas no Brasil colonial**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1979. v. 6.

MOSTEIRO DE SÃO BENTO. Cultura Geral: diálogo com a contemporaneidade. Disponível em: <https://culturageralsaibamais.wordpress.com/projeto/> acesso em 20 set. 2018.

MÜGGE, Ernani. **Ensino médio e formação literária**: proposta de formação de leitor. Porto Alegre, 2011. Tese (Doutorado em Literatura Brasileira, Portuguesa e Luso-africana) – Instituto de Letras. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2011. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/35084/000794073.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em: 01 set. 2018.

MUSEUM OF CONTEMPORARY PHOTOGRAPHY, Columbia College Chicago, Il, s. d. Disponível em: <http://www.mocp.org/exhibitions/2000/6/andré-kertész-on-reading.php> Acesso em 31 ago. 2018.

OLIVEIRA, Rafaela de. **La vida em fotografia**. Disponível em: <https://lavidaenfotografia.wordpress.com/2014/04/27/andre-Kertész-leitura>. Acesso: 20 ago. 2018.

ORIÁ, Ricardo. **Bibliotecas escolares no Brasil**: uma análise da aplicação da Lei n.12.244/2010. Consultoria Legislativa. Câmara dos Deputados. Brasília, 2017. Disponível em: <http://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/34382> Acesso em 25 nov. 2018.

PAIM DOS SANTOS, Carmelice Aires. Breve história da leitura no Brasil: os livros, as tensões e os saberes na colônia (séc. XVIII). COLE - CONGRESSO DE LEITURA DO BRASIL, 17, 2009. **Anais** [...]. Campinas, SP, 2009. Disponível em: http://www.alb.com.br/arquivo-morto/edicoes_anteriores/anais17/txtcompletos/sem17/COLE_1267.pdf Acesso em 15 ago. 2019.

PAIVA, Jane; BERENBLUM, Andréa. Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE): uma avaliação diagnóstica. **Pro-Posições**, Campinas, v. 20, n. 1, p. 173-188, abr. 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73072009000100010&lng=en&nrm=iso. Acesso em 25 ago. 2018.

PROUST, Marcel. **Sobre a leitura**. 4. ed. Campinas, SP: Pontes, 2003. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/27246/mod_resource/content/1/sobre%20a%20leitura_proust.pdf Acesso em 22 maio 2019.

PROUST, Marcel. **Em busca do tempo perdido**. São Paulo: Ediouro, 2006. 3 v.

RAMOS, Raquel. **Fazer leitores na era digital**: o contributo da biblioteca escolar. Lisboa: BIBLIOTECARBE – Rede de Bibliotecas Escolares, 2015. v. 8. Disponível em:
<http://www.rbe.min-edu.pt/np4/file/1490/bibliotecarbe8.pdf> Acesso em 25 de mar. 2019.

RIBEIRO, João Ubaldo. **Um brasileiro em Berlim**. 4. Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

SALA, Fabiana; MILITÃO, Silvio César Nunes. Biblioteca escolar no Brasil: origem e legislação nacional educacional. CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, XIII; SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE REPRESENTAÇÕES SOCIAIS, SUBJETIVIDADE E EDUCAÇÃO, 4., 2017; **Anais [...]**. Curitiba: EDUCERE, 2017. Disponível em: http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/24341_12048.pdf Acesso em 3 out. 2018.

SANTIAGO, Emerson. **São Tomé e Príncipe**. INFOESCOLA navegando e aprendendo. [s. d.]. Disponível em: <https://www.infoescola.com/africa/sao-tome-e-principe/> Acesso em 22 abr. 2019.

SANTOS, Josiel Machado. Bibliotecas no Brasil: um olhar histórico. **RBBB. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 6, n. 1, 2010. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/132/168> Acesso em 15 ago. 2019.

SAVIANI, Dermeval. História da história da educação no Brasil: um balanço prévio e necessário. **EccoS – Rev. Científica**, São Paulo, v. 10. n. esp., p. 147-167, 2008. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=71509907>. Acesso em: 30 ago. 2018.

SCHWAB, Klaus. **A quarta revolução industrial**. Revolução 4.0. Disponível em; http://www.ihu.unisinos.br/images/ihu/apresentacoes_palestrantes/30_05_17_cesar_sanson_revolucao_4.0.pdf. Acesso em 22 maio 2019.

SILVA, Luiz Antonio Gonçalves da. As bibliotecas dos jesuítas: uma visão a partir da obra de Serafim Leite. **Perspect. ciênc. inf.**, Belo Horizonte, v.13 n.2, maio/ago.. 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-99362008000200014 Acesso em 22 maio 2019.

SILVA, Judson Daniel Oliveira da; CUNHA, Jacqueline de Araújo. O papel educativo da biblioteca escolar no contexto do Plano Nacional de Educação. **Encontros Bibli**: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, v. 21, n. 46, p. 45-58, maio/ago., 2016. Disponível em:
<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2016v21n46p45>
 acesso em 10 out. 2018.

SIQUEIRA, Edit Maria Alves. **Literatura e escola**: reflexões acerca da formação literária dos alunos do ensino médio das escolas públicas estaduais de Viçosa,

2011. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2011. Disponível em: <https://www.locus.ufv.br/handle/123456789/4832> Acesso em: 20 set. 2018.

SCHIWAB, K. **A quarta revolução industrial**. São Paulo: Edipro, 2016.

TEORIA E HISTÓRIA DAS ARTES E ARQUITETURA II. **Willian Morris**. [s. d.]. Disponível em <https://thaa2.wordpress.com/2009/07/24/william-morris/> Acesso em 22 abr. 2019.

VALADAS, Carmen Jorge Martins. **Tecnologias nas bibliotecas escolares**. 2015. Trabalho de projeto (Mestrado em Educação. Área de Especialização em Educação e Tecnologias Digitais) – Instituto de Educação. Universidade de Lisboa, Lisboa, 2015. Disponível em: http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/22476/1/ulfpie047510_tm.pdf Acesso em 03 out. 2018.

VARGAS, Thiane de. **O espaço da biblioteca escolar**: dinamização do acervo do PNBE 2013 nos anos finais do ensino fundamental, 2016. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos e Estudos Literários) - Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2016. Disponível em: <http://tede.upf.br/jspui/handle/tede/859> Acesso em: 20 set. 2018.

GONCALVES, Diana Vidal. Experiências do passado, discussões do presente: a biblioteca escolar infantil do instituto de educação Caetano de Campos (1936-1966). **Perspect. ciênc. inf.** Belo Horizonte, v. 19, n. esp., p. 195-210 dez. 2014.. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-99362014000500015&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 02 set. 2018.

VILALTA, Luiz Carlos. O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura. In: NOVAIS, Fernando A. (Coordenador geral da coleção); SOUZA, Laura de Mello e (org.). **História da vida privada no Brasil**, 1: cotidiano e vida privada na América portuguesa. São Paulo. Companhia das Letras. 1997. p. 332-385



Figura 13 - André Kertész, *Le kiosque à journaux*, New York, novembre 1950.

APÊNDICE A: DISSERTAÇÕES LEVANTADAS PARA O ESTUDO DO ESTADO DO CONHECIMENTO (2010-2017)

ASSIS, Wanderlice da Silva. **O lugar da biblioteca escolar no discurso da legislação sobre o ensino secundário brasileiro (1838-1968)**, 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) - UFMS, Campo Grande, MS, 2010.

Resumo

Procura compreender o lugar que a biblioteca escolar ocupou no discurso da legislação sobre o ensino secundário brasileiro no período de 1838 a 1968. Busca sua importância e função educativa no contexto educacional. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental, que se utiliza da legislação educacional dos períodos em estudo e de bibliografias referentes ao tema. A metodologia adotada está centralizada na análise de conteúdo de leis, decretos, decretos-lei, portarias, decisões, cartas e avisos imperiais, e exposições de motivos sobre o ensino secundário brasileiro. O critério da seleção dos documentos foi a presença da biblioteca escolar através de termos que a identifica: biblioteca, bibliotecário, livros e livros didáticos. Para a análise foram utilizados definidores de sua organização e funcionamento: usuários, conteúdo, organização, recursos humanos, e atividades e serviços. A biblioteca escolar foi apresentada com maior ênfase nos dispositivos referentes ao Colégio Pedro II e na Reforma Epitácio Pessoa. As instalações, localização, mobiliário e equipamentos da biblioteca, foram citados de forma implícita. Todos os aspectos utilizados na análise foram percebidos, evidenciando, portanto, que a biblioteca escolar tinha lugar nos discursos da legislação do ensino secundário.

GUIMARÃES, Janaína. **Biblioteca escolar e políticas públicas de incentivo à leitura: de museu de livros a espaço de saber e leitura**, 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Presidente Prudente, 2010.

Resumo

A presente pesquisa, vinculada à linha Políticas Públicas, Organização Escolar e formação de Professores, com financiamento da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) discute sobre algumas políticas públicas de incentivo à leitura, em especial o Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) e a contribuição destas na formação de leitores e valorização da biblioteca escolar. A biblioteca escolar é um espaço de grande potencial para o desenvolvimento de atividades relacionadas à leitura, o que contribui para despertar a criatividade e o senso crítico do aluno (SILVA, 2003), sendo, portanto, um instrumento fundamental no processo de aprendizagem. Falar de biblioteca é falar de pesquisa, busca de informação, ampliação de conhecimentos e, conseqüentemente, leitura. A leitura é considerada um processo de elaboração e verificação de hipóteses que levam à construção de uma interpretação. É justamente neste processo de leitura, descoberta e transformação da informação em conhecimento, que a biblioteca escolar surge como espaço rico em recursos e possibilidades. Desta forma, biblioteca e leitura estão intimamente ligadas, seja para realização de leituras de textos científicos ou literários, pois ela é (ou pelo menos deveria ser) o espaço ideal para realização de pesquisas, leituras e reflexões, por meio de atividades que dinamizem este local. Infelizmente este espaço e todo seu potencial tem sido pouco valorizado e muitas vezes esquecido durante o processo educacional. Na tentativa de mudar este cenário, alguns planos e ações por parte dos governos federal, estaduais e municipais, com o objetivo estimular a leitura e valorizar a biblioteca, veem sendo executados. Diante disto, a pesquisa teve como objetivo principal investigar se as políticas públicas de

incentivo à leitura (especificamente o PNBE) têm contribuído com o acesso à leitura; a formação de leitores e a dinamização da biblioteca escolar. Inicialmente fez-se um levantamento geral da atual situação das bibliotecas escolares deste município, considerando características como estrutura física, acervo e acessibilidade. Em seguida, foram aplicados questionários com professores, coordenador e responsável pela biblioteca e realização de entrevista semiestruturada com este último. Os resultados apontaram uma biblioteca escolar em condições precárias, com espaço pequeno, acervo limitado e mobiliário pouco adequado. Professores sem hábito de leitura literária e a responsável pela biblioteca não possui formação específica para atuar nela. Além disso, foi possível verificar a falta de atividades voltadas para a leitura neste espaço. Situação esta que reforça a necessidade de capacitação dos professores e “bibliotecários” para o trabalho de mediação de leitura, principalmente dentro da biblioteca escolar, pois, embora seja de extrema importância que as bibliotecas possuam material de qualidade e em boa quantidade, isso não garante a formação de leitores, é preciso que se tenha profissionais capazes de atuar como estimuladores e mediadores da leitura literária.

LOURENÇO, Katiane Crescente. **Biblioteca escolar: da mediação à prática de leitura.** 2010. Dissertação (Mestrado em Linguística e Letras) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

Resumo

Este trabalho tem como finalidade apresentar a criação de uma proposta para a formação do mediador de leitura literária fundada nos resultados de uma experiência empírica de pesquisa, por meio de um Curso de Formação, tendo como amostra 25 professoras responsáveis pelas bibliotecas escolares do município de São Leopoldo/RS. O Curso de Formação, Biblioteca escolar: da mediação à prática de leitura, apresentou diversas temáticas, por meio de oficinas, palestras, debates e grupos de estudos, com o intuito de sensibilizar as professoras responsáveis pelas bibliotecas escolares a repensarem a sua prática. Como material de pesquisa, adotaram-se as produções feitas pelas professoras, bem como as observações registradas durante o Curso, as quais permitiram identificar os seguintes itens, em relação ao mediador: perfil de entrada, qualificação e perfil de saída. A partir de então, formularam-se as conclusões dessa experiência, verificando-se, assim, as contribuições do Curso de Formação para o desempenho profissional do grupo envolvido no processo. A fundamentação teórica do trabalho e do Curso disse respeito aos estudos sobre o histórico e os gêneros da literatura infantil, bem como da leitura no ambiente escolar, com destaque para o papel do mediador de leitura na formação de leitores.

SIQUEIRA, Edit Maria Alves. **Literatura e escola: reflexões acerca da formação literária dos alunos do ensino médio das escolas públicas estaduais de Viçosa.** 2011. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2011.

Resumo

A modernidade exige um leitor fluente, capaz de entender o que lê, de fazer relações intertextuais e de estabelecer conexões com a realidade. Educar não é apenas transmitir conhecimentos prontos, mas sim redefinir novas práticas de ação, dentro de um processo permanente de diagnóstico, de discussão, de tomada de decisões. A proficiência em leitura é um dos objetivos principais da educação básica, portanto ao final do ensino médio espera-se que o aluno tenha domínio dessa ferramenta fundamental. Qualquer reflexão sobre a competência leitora do aluno passa pelos quatro grandes eixos da disciplina Língua Portuguesa: a linguagem, a literatura, a produção de textos e a oralidade. Nessa dissertação, o objetivo principal foi lançar um olhar específico para um desses eixos: a literatura, buscando identificar as práticas de leitura literária adotadas pela escola, assim como a verificação das

relações entre o ensino de literatura e a formação do leitor de textos literários. Para isso, foram utilizados diferentes instrumentos de pesquisa: análise dos documentos oficiais, questionários e entrevistas, além da investigação do papel das bibliotecas escolares nesse processo. Assim, foi possível observar as condições culturais em que o aluno se constituiu leitor e as diferentes linguagens a que ele teve acesso durante a educação básica. As análises apontaram uma relação precária entre escola, literatura, ensino e investimentos na formação do leitor de textos literários. Os alunos estudam literatura, mas estão distantes da leitura literária. A partir dessa perspectiva, foi possível identificar alguns fatores que vem contribuindo para dificultar a leitura literária nas escolas: a competição com as novas tecnologias, a seleção inadequada de obras para leitura, a diversificação das leituras escolares com a incorporação de diversos gêneros textuais, a rejeição dos alunos à leitura obrigatória, a falta de oportunidades concretas para que o aluno tenha acesso ao texto literário. Dessa forma, a busca de um novo modelo educacional pode começar pela definição clara dos objetivos para o ensino de literatura. Para atender a esses objetivos, a escola precisa se reprogramar de acordo com as novas diretrizes educacionais, considerando a substituição do conhecimento enciclopédico pela competência literária dos alunos.

BAGGIO, Ana Cristina. **Em busca de leitores no contexto da escola**, 2011. Dissertação (Mestrado em Letras) - Fundação Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2011.

Resumo

Ao longo dos tempos, o discurso sobre a formação da leitura no Brasil, envolvendo a escola, o professor e o aluno, não são nada animadores. O ato de ler não está devidamente consolidado e a má-formação das habilidades leitoras decorre da fragilidade do processo educacional presente no país. Nesse sentido, o presente trabalho - Escola - professor- aluno: caminhos de leitura - envolve a teorização baseada na visão diacrônica da leitura - a influência dos países europeus, mais precisamente de Portugal na escolarização do povo e na formação dos leitores, na presença da mulher nos campos familiar e profissional, nas influências leitoras de alguns escritores na família e na sociedade. Nas concepções de leitura há o cotejo de conceitos norteadores do trabalho dos professores; a `apresentação¿ da geração *Homo sapiens* e dos gêneros textuais emergentes, tornando as tecnologias aliadas ao processo educacional - grande desafio para os docentes. O trabalho dedicou também um olhar à formação dos leitores, especificando que no mundo da leitura encontram-se as crianças, os adolescentes, a escola, o professor, a biblioteca e as práticas leitoras, saindo da intenção à ação. Destacou-se ainda a relevância das ações desenvolvidas pelo Centro de Referência de Literatura e Multimeios, da Universidade de Passo Fundo. Contudo, para estabelecer uma interação entre teoria e prática foram realizadas entrevistas com professores das redes municipal e estadual de Paim Filho, objetivando conhecer as práticas leitoras dos professores e o uso das tecnologias - dentro e fora do ambiente escolar. A investigação chegou à conclusão de que o professor não possui uma base sólida de leituras literárias e o uso das tecnologias ficou restrito à vida pessoal. Após, realizou-se a apresentação de um colóquio para os entrevistados, revelando a importância da leitura literária para o professor enquanto pessoa e profissional leitor, pertencente à instituição escola, formador e mediador de novos leitores. Por fim, a criação e apresentação do blog, chamado *simpraleitura*, permitirá a interação, a exposição, a análise crítica e a sugestão de caminhos para a formação de leitores literários, sempre no intuito de evidenciar que o professor, apesar da sociedade plural e tecnológica, ainda é referência na formação e na mediação leitora

CARVALHO, Valdirene A leitura e a biblioteca escolar: o caso da rede estadual de São Paulo. São Paulo: Unicamp, 2011.

Resumo

Trata-se de um estudo exploratório acerca dos principais documentos voltados para políticas públicas de leitura e de biblioteca escolar. Busca definir quais são os pontos em que existe algum tipo de diálogo entre esses documentos e a biblioteca escolar da rede estadual de São Paulo, com foco, principalmente, no MANIFESTOIFLA/1999 em Prol da Biblioteca Escolar e o PNLL - Plano Nacional da Leitura e do Livro/2006. Desenvolve-se a pesquisa, tendo por base e referencial teórico os próprios documentos em torno do assunto, considerando-se que as diretrizes foram geridas no bojo das Reformas Educacionais dos anos 1990 e inseridas nas exigências econômicas de fortalecimento do neoliberalismo. Constatou-se a existência de políticas de acervo, mas não de política de biblioteca escolar como espaço de aprendizagem que visa ao desenvolvimento de trabalhos pedagógicos e a interlocução entre educadores e profissionais da biblioteconomia.

CARON, Leni de Fátima Bonel. **Leitura literária nos anos iniciais**: aspectos constitutivos implicados na formação do leitor, 2012. Dissertação (Mestrado em Letras) - Fundação Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2012.

Resumo

Nunca se falou tanto na importância da leitura como na atualidade. As discussões giram em torno de como formar alunos leitores, sobretudo, prevalecem dúvidas de como consolidar hábitos leitores em alunos de anos iniciais do Ensino Fundamental. Ciente da importância da leitura na vida do aluno dessa etapa de escolaridade é que se empreendeu a presente pesquisa de trabalho que teve como objetivo principal investigar o processo de constituição do leitor literário nos cinco primeiros anos do Ensino Fundamental na escola municipal Patronato Santo Antônio de Carazinho, no Rio Grande do Sul. Para realização da pesquisa, definiu-se o estudo investigativo como sendo uma pesquisa-ação. Como percurso metodológico, optou-se pela aplicação de questionários que foram respondidos pelas cinco professoras, regentes das turmas, pela bibliotecária, pela supervisora escolar e por uma amostra composta por 53 alunos, 50% do total de estudantes de anos iniciais da escola. Por meio do instrumento de pesquisa destinado aos alunos, buscou-se obter informações sobre hábitos, gostos e preferências de leitura para que se tornasse possível traçar o perfil leitor do aluno de anos iniciais. Com o questionário destinado às professoras, pretendeu-se conhecer suas propostas de trabalho com o texto literário em sala de aula, questões específicas sobre preferências literárias de seus alunos e a importância da leitura na formação da criança. A partir dos resultados obtidos por meio da investigação feita com os sujeitos implicados no processo investigativo e com base nas percepções da pesquisadora durante a realização do trabalho, desenvolveu-se um conjunto de ações de leitura literária multimídia. As ações denominadas de „Momentos de leitura literária na escola„ foram colocadas em prática pela proponente, na escola, contexto da pesquisa, com um grupo cinco alunos. As referidas ações, quando adaptadas ao perfil leitor de cada uma das turmas de anos iniciais, podem ser efetivadas pelas professoras nas suas respectivas turmas de primeiro a quinto ano do Ensino Fundamental

FREITAS, Carlos Henrique Tavares de. **Bibliotecas, leituras e leitores**: um estudo no contexto da UFMT. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2012.

Resumo

As Tecnologias da Informação e Comunicação são elementos importantes para o acesso à informação, a produção de novos conhecimentos e o desenvolvimento científico, estando presentes também no contexto do ensino superior e no ambiente das bibliotecas universitárias, tanto como recursos de informatização dos serviços técnicos e da gestão destas Unidades, quanto no desenvolvimento de produtos e serviços baseados em conteúdos digitais de informação. Nesse sentido, este estudo tem por objetivo investigar as características dos leitores e dos tipos de leitura desenvolvidos na Biblioteca Central da Universidade Federal de Mato Grosso, considerando que, atualmente, os recursos de leitura e pesquisa tradicionais dividem espaço com novos produtos e serviços, influenciados pelas Tecnologias da Informação e Comunicação. Para tanto, envolve uma pesquisa exploratória baseada em uma abordagem qualitativa, tendo como instrumentos de coleta de dados, a observação, o questionário, a entrevista estruturada e a observação participante. A pesquisa de campo foi dividida em duas etapas principais, sendo a primeira, a elaboração de um perfil socioeconômico e cultural, e a segunda etapa, a realização de entrevistas e observações dos processos de navegação dos usuários/leitores da biblioteca. Na primeira etapa, entre outros aspectos, observamos que os leitores da Biblioteca Central correspondem a um público diversificado e dinâmico, composto, em sua maioria por alunos de cursos de graduação que se encontram cadastrados no Sistema Pergamum. A maioria dos usuários/leitores utiliza a biblioteca frequentemente, sendo constatada também uma quantidade significativa de visitantes que utilizam o ambiente de estudo para concursos e similares. A pesquisa acadêmica corresponde à maior razão de uso da biblioteca e, quanto aos produtos e serviços, observou-se que os livros, a consulta local, o serviço de circulação de materiais bibliográficos e a utilização do ambiente para estudo são os recursos mais utilizados pelos leitores, havendo um baixo índice de uso das Tecnologias da Informação e Comunicação no ambiente da biblioteca, bem como dos serviços informatizados. A segunda fase da investigação compreendeu três momentos: abordagem dos sujeitos (quando ocorreu o agendamento das entrevistas e observações), entrevista estruturada e observação participante. As entrevistas envolveram questões referentes às características dos leitores, suas relações com as tecnologias, com o ciberespaço, produtos e serviços da Biblioteca Central. A observação participante explorou a solução de três problemas de navegação propostos aos pesquisados, qual seja, a realização de uma pesquisa genérica, a realização de uma pesquisa acadêmica e a exploração dos serviços on-line da Biblioteca Central (pesquisas no catálogo eletrônico, reservas, renovações etc.). Concluiu-se que todos os usuários pesquisados nesta etapa do estudo apresentaram características de leitores imersivos, mas alguns também se destacaram como leitores meditativos, sendo que estes perfis são influenciados pelo ambiente, situação e objetivos de pesquisa, bem como pela cultura dos leitores. Além disso, se por um lado, o fato de serem leitores imersivos não significa que prefiram utilizar apenas o ciberespaço, em detrimento dos livros e demais materiais impressos, esta mesma prerrogativa também não significa que estes leitores conhecem, dominam e utilizam amplamente os serviços eletrônicos da Biblioteca Central da UFMT.

FERREIRA, Vania Maria Tavares. **Diagnóstico de leitores em formação: sistema de avaliação**, 2012. Dissertação (Mestrado em Letras) - Fundação Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2012.

Resumo

Refletir acerca das avaliações sistêmicas certamente não é tarefa fácil, sobretudo no que concerne ao diagnóstico da competência leitora dos alunos em processo de construção de conhecimentos básicos necessários a sua inserção no mundo letrado. Pensando nisso, esta pesquisa propôs-se a investigar a forma como as avaliações externas mensuram as habilidades e competências leitoras dos alunos do 5º ano do Ensino Fundamental na prova de Língua Portuguesa. Assim, num primeiro momento, foi realizada uma pesquisa bibliográfica para traçar o panorama histórico da formação da leitura, destacando-se aspectos

relevantes da formação escolar no Brasil. Na sequência, procurou-se destacar os principais movimentos pró-leitura e suas manifestações no decorrer da história, fundamentais para tentar reverter o triste quadro dos fracassos no ensino da leitura que têm persistido nas diferentes épocas da educação nacional. A seguir, foi analisado o percurso histórico das avaliações sistêmicas, focalizando o Sistema Nacional da Educação Básica (Saeb) e a Prova Brasil, de modo a evidenciar suas semelhanças, diferenças e sua estrutura quanto à aplicação da prova de Língua Portuguesa. Também foi objeto de estudo o sistema de avaliação externa desenvolvido pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Carazinho/RS, em seus aspectos históricos, bem como a sua estrutura, de acordo com os moldes da Prova Brasil no que tange à diversidade de gêneros textuais abordados na prova de Língua Portuguesa. Para retratar com mais detalhes o desempenho dos alunos nessa prova, delimitaram-se como sujeitos da pesquisa, alunos de 5º ano de duas escolas da rede municipal do município de Carazinho, cuja avaliação externa foi aplicada no mês de agosto de 2011. Os dados obtidos contribuíram para estabelecer comparações referentes ao desempenho dessas turmas em relação aos comandos de leituras e à diversidade de textos abordados, demonstrando o quanto é importante aliar as avaliações sistêmicas à práxis docente na busca da melhoria da competência leitora.

BORBOREMA, Fernanda Cristina Agra. **Concepções de leitura: implicações na ação docente para a formação do sujeito leitor (professor/aluno)**, 2014. Dissertação (Mestrado Profissional em Formação de Professores) - Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2014.

Resumo

Durante muitos anos, acreditava-se que a entrada da criança no mundo da leitura iniciava-se apenas pelo desenvolvimento das habilidades de decodificação das palavras. Apesar de este ser um conhecimento necessário, a prática da leitura não se reduz ao desenvolvimento dessa habilidade. No entanto, esse modo de conceber a leitura ainda está bastante presente nas salas de aula. Nesse contexto, este trabalho tem como objetivo, a compreensão, reflexão e reavaliação do docente para com o seu fazer pedagógico, nas aulas que envolvem a leitura. O referencial teórico-metodológico traz contribuições de concepções sobre a Linguagem, a leitura, as condições da leitura em sala de aula, sob o ponto de vista teórico de Travaglia (2009), Kato (1985, 1987), Geraldi (1984, 1996 e 1997), Kleiman (1995, 2004), Soares (2008), Marcuschi (2008), Leffa (1996), entre outros. Recorte teórico que procura inserir a pesquisa e este trabalho no campo da Linguística Aplicada. A análise tem como corpus a prática de leitura de uma professora em uma turma do segundo ano do Ensino Fundamental, de uma Escola Municipal, localizada na zona leste na cidade de Campina Grande-PB. Essa análise é de natureza qualitativa uma vez que procura interpretar dados gerados no desenvolvimento de uma proposta de leitura voltada para a professora, inicialmente, e, no decorrer do trabalho, para a turma de alunos da referida professora. Nesse sentido, a pesquisa que responde por esses dados é considerada como uma pesquisa-ação que prevê a inserção da intervenção didática no campo de estudo em questão. Os resultados da análise revelam que a formação do professor implica diretamente na sua ação docente. Enfatizamos, nesse sentido, que a contribuição do trabalho de intervenção possibilitou a ampliação das concepções de leitura, fato que se evidencia no modo como a professora em questão aborda a leitura, indo além da decodificação do código escrito. Os dados, assim evidenciam a importância de oportunizar aos professores, formações continuadas (em caráter permanente) que atendam às reais necessidades e dificuldades dos professores, ou seja, se faz necessário conhecer a história dos professores e a sua prática docente.

FIORINI, Fernanda Balestrerri. **As contribuições da biblioteca escolar para a promoção da leitura e da cidadania**. 2015. Dissertação (Mestrado em Letras) - Fundação Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2015.

Resumo

Este estudo aborda as possíveis contribuições que a biblioteca escolar e a mediação de leitura podem oferecerem um âmbito escolar no qual o hábito de ler está perdendo sua importância. Desta maneira, este trabalho, bem como a pesquisa na qual está fundamentado, tem por objetivo ampliar a utilização da mediação e da biblioteca na educação dos alunos que se encontram nos anos finais de formação em uma escola municipal de ensino fundamental, localizada no município de São José do Herval, além de descrever o universo de leitores da instituição escolhida para a análise. Além disso, a pesquisa é de extrema importância, uma vez que foi desenvolvida em um ambiente escolar familiar à pesquisadora. Valendo-se do método de pesquisa-ação, busca-se compreender os fatores que influenciam os jovens ou a se tornarem leitores, ou a perderem o interesse pela leitura literária; porém, também através da mediação realizada pela pesquisadora, pretende-se reverter o quadro de desinteresse mostrado pelos leitores até então. Para tanto, essa pesquisa tem como base teórica os postulados de Michèle Petit (2008), Lúcia Santaella (2004), Jorge Larrosa (2002), Judith Langer (2005) e Teresa Colomer (2007). Com a aplicação das práticas leitoras, análise e interpretação dos dados, pode-se perceber a importância da mediação de leitura e, principalmente, o poder transformador que a leitura, em especial a literatura, possui na vida de jovens estudantes, tornando-se capaz de modificar sua forma de ver e viver o mundo atual

GUIMARAES, Cleber Ferreira. A mediação docente e a formação do leitor no Programa São Paulo Faz Escola. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Oeste Paulista, Presidente Prudente, 2016.

Resumo

O presente estudo teve como objetivo geral contribuir nas discussões crítico-reflexivas sobre o Programa São Paulo Faz Escola, identificando e analisando o papel mediador do professor de Ensino Médio, implícito nas propostas metodológicas de ensino e nas atividades de aprendizagem da leitura, sugeridas no Caderno do Professor e no do Aluno (2014-2017). A seleção do objeto de estudo partiu do problema (que nasce no passado e permanece no presente) de que parte dos alunos sai da escola sem desenvolver a competência de interpretação de textos. A partir dessa situação, questionamos: Como desenvolver a competência leitora nos alunos? O material utilizado pelo professor contribui (ou não) para o processo de mediação no ensino e na aprendizagem da leitura crítico-reflexiva, no Ensino Médio? Assim, foi desenvolvida uma pesquisa qualitativa (Análise Documental do referido Programa). Foram revisitados os conceitos e práticas de pesquisa qualitativa, formação docente, mediação docente, ensino de leitura. Os documentos selecionados para a análise foram: o Currículo do Estado de São Paulo (2010a) e os Cadernos (do professor e do aluno) da 1ª série do ensino médio, acoplados ao Programa Paulista. O aporte teórico utilizado centrou-se nos estudos da filosofia materialista da linguagem, sobretudo em Bakhtin (2000; 2006) e Vygotsky (1993; 1998). Como resultado final, ficou constatado que os modelos de propostas metodológicas, sugeridas para o ensino e aprendizagem de leitura, previstos no programa paulista, não oportunizam condições de efetivação, na prática, da função mediadora docente, necessária à construção do perfil crítico do jovem leitor.

VARGAS, Thiane de. O espaço da biblioteca escolar: dinamização do acervo do PNBE 2013 nos anos finais do ensino fundamental. 2016. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos e Estudos Literários) - Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2016.

Resumo

No contexto educacional, a biblioteca escolar e seus atores constituem-se como importantes protagonistas na formação social dos estudantes, pelas possibilidades educativas e culturais, mediante a dinamização dos acervos da biblioteca e da ação docente. A presente pesquisa, cujo tema é a biblioteca escolar como espaço de formação de leitores, propõe um estudo

acerca da dinamização do acervo literário do Programa Nacional Biblioteca na Escola (PNBE) 2013, pela mediação docente no espaço da biblioteca escolar de uma escola da rede municipal de ensino da cidade de Passo Fundo, RS. O PNBE faz parte de uma política pública de formação de leitores, promovido pelo governo Federal, o qual, historicamente, busca garantir o acesso dos estudantes das escolas públicas a obras literárias de qualidade. Compreendendo a importância do PNBE na escola, a dimensão que a biblioteca escolar possui no processo de formação de leitores e realidade como esse espaço vem sendo tratado, percebe-se a importância de se pesquisar medidas de dinamização dos acervos literários do PNBE existentes na biblioteca. Nesse sentido, o objetivo geral desta investigação visa ressignificar a utilização do espaço e a mediação de leitura na biblioteca escolar, por intermédio da dinamização do acervo literário do PNBE 2013, objetivando a formação de leitores críticos, reflexivos e atuantes na sociedade, com atividades voltadas aos educandos dos anos finais do ensino fundamental. O trabalho de pesquisa caracteriza-se como bibliográfico e exploratório, os procedimentos técnicos podem ser considerados como uma pesquisa-ação. Os referenciais teóricos utilizados para as questões da leitura e da formação de leitores na escola encontram-se nos preceitos de Chartier (1999, 2002, 2007, 2010, 2014, 2016), Silva (1986, 1996, 2009) e Zilbermann (2009). O aporte teórico de Lévy (1999) remete às questões do ciberespaço, da cibercultura e os diferentes suportes de leitura disponíveis aos leitores. Cool (2010), por sua vez, faz referência à importância das tecnologias de informação e comunicação na educação. Ainda, vislumbra-se o protagonismo dos novos perfis de leitores, preconizados por Santaella (2004, 2013). Ao final, aborda-se a importância da mediação de leitura pelo docente e o perfil do mediador de leitura na biblioteca escolar, de acordo com os preceitos de Rösing (1996, 2001, 2009, 2011), Santos (2009) e Silva (2009). Para refletir sobre o Programa Nacional Biblioteca na Escola, buscaram-se referenciais dos documentos oficiais da Política de Formação de Leitores e em Ramos (2013). A proposta de intervenção no espaço da biblioteca da escola se deu pela construção de um conjunto de portfólios para a dinamização do acervo literário do PNBE 2013, por intermédio do docente responsável pela biblioteca, e da organização do espaço, na perspectiva de um centro cultural multimídia. Essa iniciativa contribuiu para despertar o interesse dos educandos para a leitura literária e, conseqüentemente, para a ampliação de seu universo cultural

VEIGA, Miriam Santana. **Práticas de letramento informacional: o uso da informação como caminho da aprendizagem nas bibliotecas multiníveis do Instituto Federal de Rondônia**, 2017. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Escolar) - Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2017.

Resumo

Este trabalho apresenta o resultado de pesquisa desenvolvida no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), na Unidade Campus Porto Velho-Calama. O objetivo é entender as práticas de Letramento Informacional e o uso da informação, ambas desenvolvidas por Docentes, Bibliotecários e Discentes do IFRO. Buscamos relacionar essas práticas, com a criação de um Programa Educativo de Letramento Informacional, que visa a melhoria e estruturação das atividades de ensino desenvolvido pela Biblioteca do IFRO-Calama. O levantamento de dados e análise documental ocorreu no Campus Porto Velho-Calama, no Período de março de 2016 a abril de 2017. O método utilizado foi o indutivo, tendo como tipo de pesquisa a pesquisa-ação que é uma proposta metodológica, que têm por objetivo superar a visão do pesquisador de ser apenas o observador de um problema e busca contribuir na mudança de uma dada realidade, com aprendizagem para todos os sujeitos da pesquisa. Os instrumentais utilizados foram análise documental, questionários e entrevistas semiestruturadas. Foi utilizada para a fundamentação legal a LDB (Lei nº 9394/96), a Lei nº 12.244 que trata sobre a universalização das bibliotecas escolares, a Constituição Federal (1988) e a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948).

Constituem referencial teórico: sobre os conceitos de Competência e Letramento Informacional Campello (2009), Gasque (2012) e Dudziaki (2001); os conceitos de biblioteca Aprendente e Multinível foram trabalhados com Almeida (2015); sobre o desenvolvimento da Pesquisa-Ação e sua metodologia utilizamos Thiollent (1996), Alves (2009), Tripp (2005) e Engel (2000); os conceitos de Educação, Informação, Conhecimento e Biblioteca, foram discutidos com enfoque nas ideias de Bufrem (1985), Silva (2003), Freire, (1988) Martins (2001) e LeCoadic (1996); quanto ao aspecto histórico do Letramento Informacional no Brasil embasaram-se em Dudziak (2001, 2004,) e Campello (2009). A pesquisa por fim, verificou a importância das práticas educativas de uso da informação pelas bibliotecas Multiníveis do IFRO, segundo a ação educacional das bibliotecárias, com foco no perfil informacional de alunos e professores. O Programa Educativo de Letramento Informacional e as ações foram construídos a partir das propostas e observações feitas pelos sujeitos da pesquisa, tendo como base a proposta de conteúdos de Letramento Informacional para o Ensino Médio, criado por Gasque (2012) e o projeto educativo em Competências Informacionais criado por Almeida (2015), para as Bibliotecas Multiníveis da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (REDE FEDERAL EPCT).

APÊNDICE B: POLÍTICAS EDUCACIONAIS E LEGISLAÇÃO VIGENTE SOBRE BIBLIOTECAS ESCOLARES E QUESTÕES SOBRE A FORMAÇÃO DO LEITOR, A PARTIR DO ANO DE 1996 ATÉ 2017.

BERENBLUM, Andréa; PAIVA, Jane. **Por uma política de formação de leitores.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=48341-por-politica-formacao-leitores-1&category_slug=dezembro-2010-pdf&Itemid=30192
Acesso em: 20 out. 2018.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília: MEC/SEF, 1997. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf> Acesso em 10 out. 2018.

BRASIL. Presidência da República Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília: Presidência da República, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394compilado.htm Acesso em 10 out. 2018.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei n. 12.244**, de 24 de maio de 2010. Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12244.htm Acesso em: 10 set. 2018.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei n. 13.005**, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm Acesso em 10 out. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo nacional de desenvolvimento da educação. Conselho deliberativo. **Resolução n. 7, de 20 de março de 2009.** Dispõe sobre o Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE). Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13212-resolucao-7-de-20-de-marco-de-2009-pdf&category_slug=maio-2013-pdf&Itemid=30192 Acesso em 20 out. 2018.